Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

ESTEVÃO ALVES DA SILVA

**AS TRANSFORMAÇÕES NO QUADRO PARTIDÁRIO BRASILEIRO PÓS-
REVOLUÇÃO DE 30**

São Paulo

2012

ESTEVÃO ALVES DA SILVA

**AS TRANSFORMAÇÕES NO QUADRO PARTIDÁRIO BRASILEIRO PÓS-
REVOLUÇÃO DE 30**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciência Política, do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Paolo Ricci, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paolo Ricci

São Paulo

2012

Agradecimentos

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse concluído, seja com apoio, seja pelo interesse demonstrado pelos professores presentes em minha banca de qualificação, como Fernando Limongi e Rogério Arantes. Agradeço em especial meu orientador (a) Prof. Dr. Paolo Ricci na sua atuação incisiva na escolha do tema e no desenvolvimento da pesquisa e a todos os demais que tiveram alguma participação neste meu trabalho acadêmico. Agradeço, também, o apoio do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e a todo pessoal do administrativo dele e também ao CNPQ, pelo suporte financeiro a mim concedido, o qual foi de substancial importância para a realização e conclusão deste trabalho.

Resumo

Nesta dissertação, investigarei a configuração do quadro partidário brasileiro pós-revolução de 30 e busco levantar explicações sobre o porquê deste rearranjo partidário. Estas explicações foram levantadas com base em dois elementos explicativos encontrados na literatura, que corresponde: a explicação institucionalista e a contingencial e em cima destas será elaborada a resposta sobre o problema em tela. Este trabalho ao dar atenção a este tema traz luz a um problema ainda não investigado pela ciência política brasileira e abre um leque para a emergência de uma nova agenda de pesquisa na Ciência Política brasileira.

Palavras Chaves: Revolução de 30; Rearranjo Partidário; Explicação Institucionalista; Explicação Contingencial.

Abstract

In this dissertation I will investigate the Brazilian party framework configuration in the period after the revolution of 1930 and I aim to seek for explanations about this party rearrangement. These explanations were raised in connection with two explanatory elements found in the literature: the institutionalism and contingency explanations, over these two theories the answer to the research problem will be given. This work pretends to give attention to a very important problem that wasn't investigated by Brazilian political science and consequently this will open a new research agenda inside Brazilian political science.

Key Words: Revolution 30; Rearrangement Partisan; Institutionalism Explanation; Contingency Explanation.

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1. Legislação Eleitoral Brasileira e o Código Eleitoral de 1932.....	16
1.1 Legislação Eleitoral e Histórico de Reformas	16
1.2 A Formulação do Código Eleitoral de 1932	21
1.3 As Inovações Institucionais do Código eleitoral de 1932	25
1.4 O Debate em Torno do Código Eleitoral na Constituinte.....	30
1.5 Considerações sobre o Código de 1932.....	31
Capítulo 2. Modelos Analíticos Sobre Reforma Eleitoral.....	34
2.1 Escolhas de Sistemas Eleitorais pela Procura da Maximização de Poder.....	35
2.2 Escolhas de Sistemas Eleitorais Motivadas por Valores.....	40
2.3 Código de 32 entre Valores e Maximização de Poder.....	43
2.4 Em busca de uma Hipótese Alternativa a Reforma de 1932.....	58
Capítulo 3. A Dinâmica Política Pós-Revolução de 30.....	68
3.1 Jogo Político Pós – Revolução de 30.....	70
3.2 Efeitos das Mudanças Sobre a Competição Política.....	85
Anexo.....	102
Bibliografia.....	119

Índice Quadros, Gráficos e Tabelas

Quadros

Quadro 1. Sistemas Eleitorais nas eleições para Câmara dos Deputados na Primeira República(1889–1930)	17
Quadro 2. Momentos de Escolha das Regras Eleitorais Pós – Promulgação do Código Eleitoral de 1932	20
Quadro 3. Resultado Eleitoral do Primeiro Turno	26
Quadro 4. Resultado Eleitoral Final	27
Quadro 5. Aspectos da Reforma	36
Quadro 6. Aspectos da Reforma	38
Quadro 7. Aspectos da Reforma	41
Quadro 8. Aspectos da Reforma	44
Quadro 9. Aspectos da Reforma	59
Quadro 10. Cronograma Pós – Revolução de 30	69

Gráficos

Gráfico 1. Nº de Partidos Representados por Estado na Constituinte de 1933	85
Gráfico 2. Nº de Partidos Representados por Estado para a Câmara Federal 1934	86
Gráfico 3. Nº de Partidos Representados por Estado para as Constituintes Estaduais de 1934	87
Gráfico 4. Resultados Eleitorais dos Pleitos Pós – Revolução de 30	88
Gráfico 5. Resultado Eleitoral de 1933	109
Gráfico 6. Resultado Eleitoral Câmara Federal 1934	110
Gráfico 7. Resultado Eleitoral Constituintes Estaduais 1934	111

Tabelas

Tabela 1. Eleições Presidenciais de 1894 – 1930	49
Tabela 2. Composição Ministerial de 1930 – 1935	72
Tabela 3. Interventores Indicados por Vargas de 1930 – 1935	73
Tabela 4. Configuração do Sistema Partidário Pré – Constituinte de 1933	83
Tabela 5. Resultado Eleitoral por Estado na Constituinte de 1933	89
Tabela 6. Resultado Eleitoral por Estado para Câmara Federal 1934	91
Tabela 7. Resultado Eleitoral por Estado para as Constituintes de 1934	93
Tabela 8. Perfil Sócio – Político na Constituinte de 1933	94
Tabela 9. Perfil Sócio – Político da Legislatura de 1934	95
Tabela 10. Partidos Representados por Estado na Constituinte de 1933	103
Tabela 11. Partidos Representados por Estado na Câmara Federal 1934	105
Tabela 12. Partidos Representados por Estado para as Constituintes Estaduais de 1934	107
Tabela 13. Partidos Políticos Presentes no Contexto Político Pós Revolução de 30	114

Introdução

O assunto a ser tratado nesta dissertação será a configuração partidária no período pós-Revolução de 30, ou seja, seu objetivo será compreender a reconfiguração partidária ocorrida no sistema partidário brasileiro no período de 1930 a 1935, que corresponde a uma questão pouco trabalhada pela Ciência Política brasileira. Assim, esta dissertação se deterá nessa reconfiguração, um problema importante para que se compreenda a trajetória percorrida pelas instituições políticas do Brasil.

O problema em tela apresenta, como pano de fundo, uma conjuntura política de transição cujas estruturas políticas estavam em transformação, ou seja, um momento em que havia ocorrido uma revolução que teve como resultado a queda do Regime Político, denominado de Primeira República. Assim, os atores políticos envolvidos nesse processo estavam procurando construir um novo arcabouço político-institucional visando à construção de um novo Regime. No que tange ao sistema partidário, o país caminha na direção citada acima, na qual a estrutura partidária existente vinha sendo desmontada, e os atores políticos buscavam uma alternativa que melhor se adequasse aos objetivos do novo sistema político que visavam construir.

É sabido por autores como Franco (1974), Leal (1975), Cardoso (1977), entre outros, que a Primeira República foi marcada pela constante prática das fraudes eleitorais, pelo “coronelismo”, inexistência de oposição e pela inexistência de partidos nacionais, desenhando um sistema político caracterizado pela ausência de competição política, no sentido oposição/governo e pelo fenômeno político que Leal (1975) denomina de *governismo*, como aparece no trecho abaixo, descrito por Leal (1975; 48,49):

É evidente, como já ficou indicado, que nem todos os chefes de facções municipais, nem todos os “coronéis” são aliados do oficialismo estadual. Podem estar na oposição, como se vê em quase todos os municípios. Mas a situação de oposicionista, no âmbito municipal, é tão desconfortável que a regra é ficar na oposição somente quem não pode ficar com o governo. Segundo já têm sido observado, as correntes políticas municipais se digladiam com ódio mortal, mas comumente o que cada uma delas pretende é obter as preferências do governo do Estado; não se batem para derrotar o governo no território do município, a fim de fortalecer a posição de um partido estadual ou nacional não-governista: batem-se para disputar entre si o privilégio de apoiar o governo e nele se apoiar

Já quando olhamos o quadro partidário constituído para a disputa das eleições para Constituinte de 1933, Câmara Federal e Constituinte Estaduais em 1934¹, constatamos um cenário em que o jogo político - partidário permanece regional, no entanto, o quadro partidário se apresenta bem mais difuso que no período descrito acima, pois cada estado apresenta, no mínimo, dois partidos, disputando as eleições, sendo que, desses, geralmente, um apoia o governo e outro é de oposição a ele. Portanto, a situação - existente na Primeira República - de um partido por estado foi desfeita e se modelou uma situação de maior competição política².

Assim, é de substancial importância compreender esse processo de reconfiguração do quadro partidário brasileiro, e, principalmente, identificar os elementos que influenciaram o desencadear dessa mudança. Historiadores e juristas, como Franco (1974) e também cientistas políticos, como Hollanda (2009), Sadek (1995), chamam a atenção para as reformas eleitorais presentes no Código Eleitoral de

---

¹ Informação retirada e que será apresentada ao longo da dissertação dos Boletins Eleitorais de 1933 e 1934.

² Esse termo será usado estritamente no que se refere à competição eleitoral, porque outras dimensões que envolvem competição política, como a disputa no parlamento e em outros níveis do sistema político, não serão trabalhadas nesta dissertação.

1932, como a adoção do Voto Secreto, Justiça Eleitoral e Representação Proporcional³ as quais vieram a contribuir para o enfraquecimento da lógica partidária da Primeira República e estruturação de um novo contexto partidário.

Essas afirmações encontram amparo na literatura internacional de ciência política, pois autores, como Rae (1967) Sartori (1986), Duverger (1987), destacam que os sistemas eleitorais afetam a configuração partidária. Um dos principais nomes dessa agenda de pesquisa é Maurice Duverger (1987), com sua célebre “Leis de Duverger”, na qual postula que o formato do quadro partidário depende do sistema eleitoral adotado por aquele sistema político. Assim, países que se utilizam da representação majoritária apresentam sistemas bipartidários, já aqueles que adotam a representação proporcional possuem sistemas pluripartidários.

Com isso, o primeiro elemento considerado neste trabalho é o efeito que as reformas eleitorais contidas no código de 32 podem ter tido sobre a configuração do sistema partidário, ou seja, a mudança do sistema eleitoral e a criação de novas instituições impactaram sobre o quadro partidário, provocando substanciais mudanças em sua lógica. Dessa forma, se faz necessário compreender a intencionalidade dos atores no momento da escolha das novas instituições eleitorais, ou seja, trazer luz aos interesses que estavam por trás da escolha desse novo arcabouço institucional, procurando revelar os objetivos que os atores envolvidos nesse processo tinham ao decidirem mudar as regras eleitorais do sistema político.

Um argumento bastante difundido na literatura está presente em autores, como Franco (1965), Santos (1937), Hollanda (2009), Sadek (1995), entre outros, os quais argumentam que os atores políticos tinham a intenção de moralizar o processo eleitoral brasileiro; o que, no argumento deles, não ocorria na Primeira República, graças às regras eleitorais vigentes, que permitiam a prática da fraude, do “coronelismo” e do sufocamento das oposições, resultando em um sistema representativo defeituoso. Assim, o Código Eleitoral de 1932 é condição *sine qua non* à concretização desses objetivos, pois, com a introdução do voto secreto, da justiça eleitoral e da representação proporcional, a prática da fraude, a violência sobre o eleitor e a hegemonia política dos partidos republicanos estariam comprometidas.

---

³ Mais à frente, essa classificação do sistema eleitoral de 1932 será debatida.

Esse argumento será complementado nesta dissertação, em relação às motivações que guiaram os atores a reformarem as instituições eleitorais. Pois, se para Vargas e o grupo político⁴ que o acompanhou na revolução de 1930, o grande inimigo político eram as oligarquias, já que elas detinham o monopólio político - pela utilização de práticas, como o “coronelismo”, as fraudes eleitorais, o excessivo federalismo que culminou na política dos governadores e no domínio político de um partido por estado (os partidos republicanos) - se conclui que o grande objetivo dos revolucionários era destruir todos esses recursos políticos das oligarquias, não apenas com o intuito de aperfeiçoar as instituições republicanas, mas visando, também, ganhos de influência sobre o sistema político.

Portanto, nesses argumentos, a explicação para o formato de sistemas partidários é derivada, unicamente, das regras eleitorais vigentes em um sistema político, ou seja, a variável dependente, no caso, a reconfiguração partidária é precisamente explicada pela variável independente, as instituições eleitorais, isto é, a mudança no modelo do formato dos partidos - existente na Primeira República - para outro mais plural, de 1933 e 1934, foi unicamente resultante das reformas eleitorais presentes no Código Eleitoral de 1932.

No entanto, esta dissertação não se limitará a trabalhar apenas com a explicação de viés institucional, visto que o período em análise é bastante dinâmico, envolvendo, por isso, outros elementos fora da lógica institucionalista, ou seja, não se pode deixar de considerar o jogo político desenvolvido nesse período. Assim, a movimentação dos atores políticos, a identificação deles, seus interesses, o capital político de cada ator e as estratégias desenvolvidas por eles, em um momento de incertezas de nossa história política, podem ter influenciado as transformações no quadro partidário.

Portanto, um segundo elemento que terá atenção nesta dissertação, corresponde aos elementos contingenciais, principalmente o jogo político travado pelas forças políticas relevantes nesse período, procurando compreender a lógica desenvolvida no momento pós-Revolução de 30, visando trazer luz às preferências das forças políticas do momento, seus projetos de construção político-institucionais e suas articulações

---

⁴ Refiro-me aos tenentes e parte das oligarquias dissidentes - como alguns indivíduos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais o Partido Democrático de São Paulo e as oligarquias do Norte e Nordeste-.

visando o ganho de capital político para a consecução de seus objetivos na elaboração dos alicerces do novo regime.

É sabido que a Aliança Liberal, grupo responsável pela concretização da Revolução de 30, apresentava vários subgrupos, com diferentes projetos políticos para o país. Silva (1967) argumenta que a Aliança Liberal era composta, sinteticamente, por três grupos:

- 1) Pelos oligarcas dissidentes, pertencentes aos antigos quadros dos PRs, mas que passaram a se opor a certa hegemonia da oligarquia paulista⁵;
- 2) Pelos liberais, históricos opositores aos grupos políticos dominantes na Primeira República, como o Partido Democrático, em São Paulo e o Partido Liberal, no Rio Grande do Sul⁶;
- 3) Pelos Tenentes, avessos às instituições liberais, principalmente aos partidos políticos;

A disputa entre esses grupos, no período pós - revolução de trinta, é descrita por Silva (1967: 46):

“A estruturação da nova ordem jurídica esteve sempre ameaçada, principalmente por aqueles que haviam prometido implantá-la (...) Nem um dia sequer, desde a queda de Washington Luís, deixou-se de conspirar. Conspiraram os carcomidos, os tenentes, os legalistas vencidos, as frentes únicas do Rio Grande e de São Paulo. Baianos e Mineiros. Paulistas e Gaúchos. Era o Fervilhar de intrigas, a competição diuturna de ambições que caracterizaram o pós – revolução de 1930.”

---

⁵ Principalmente depois que o Presidente Washington Luís, que era paulista, indicou, para sua sucessão, outro paulista, Júlio Prestes.

⁶ Históricos opositores como Assis Brasil, Rui Barbosa, Nilo Peçanha e outros, que acusavam o *modus operandi* da Primeira República, o qual, de acordo com eles, era baseado na fraude, na violência sobre o eleitor, ferindo os valores liberais.

Assim, é de considerar que os diferentes projetos e a disputa entre esses grupos influenciaram nas escolhas institucionais do Governo Provisório, inclusive no sistema partidário que seria adotado no novo regime, já que o modelo a ser implantado era de substancial importância para a estabilidade e concretização dos projetos políticos ambicionados pelo Governo Provisório, pois a construção de apoio político ao governo era essencial no objetivo de enfraquecimento político das antigas oligarquias, ou seja, nesse argumento, o formato do novo quadro partidário foi a melhor escolha possível naquele contexto, isto é, dentre as escolhas possíveis naquele momento, a opção maximizadora dos objetivos do governo provisório era a abertura de uma competição política controlada regionalmente, como se nota nos dados apresentados a seguir.

Portanto, esta dissertação terá como foco de seu argumento dois possíveis elementos explicativos do problema em tela. O primeiro apresenta um viés institucional, explicitando que as alterações presentes nas instituições eleitorais provocaram as alterações notadas no quadro partidário; já o segundo corresponde ao jogo político, explicitando que as mudanças observadas no sistema partidário foram resultantes da escolha dos atores políticos. Essa escolha é fruto de um cálculo racional que leva em conta os constrangimentos contingenciais do período. Assim, esta dissertação, ao longo do seu desenvolvimento, terá como objetivo analisar esses dois elementos, e, a partir deles, será elaborada uma conclusão sobre o problema em tela. Para tanto, ela apresentará a seguinte estruturação: O capítulo 1 terá como foco a questão da legislação eleitoral brasileira, as mudanças contidas no Código Eleitoral de 1932 e o debate em torno dele; no capítulo 2, serão desenvolvidos os modelos analíticos sobre reforma eleitoral, os argumentos sobre as inovações institucionais presentes no código de 32 e o impacto dessas novas instituições na lógica partidária; já o capítulo 3 abordará o argumento sobre o jogo político desenvolvido após a Revolução de 30 e os possíveis impactos dele sobre as escolhas tomadas pelo líderes do Governo Provisório e também serão apresentados os dados que comprovam as mudanças no quadro partidário pós-Revolução de 30 e por fim será elaborada a conclusão.

Capítulo 1. Legislação Eleitoral Brasileira e o Código Eleitoral de 1932

Este capítulo irá mapear a legislação eleitoral brasileira e o histórico de reformas eleitorais ocorridas no Brasil desde a Primeira República até a promulgação do Código Eleitoral em 1932 (adoção da representação mista, introdução do voto secreto e da justiça eleitoral) procurando salientar a importância do código para a história política brasileira; principalmente pela atualidade dele, já que ocorreram poucas mudanças na legislação eleitoral brasileira⁷, o que torna o estudo sobre o código de 32 de suma importância para compreensão do desenvolvimento das instituições políticas brasileiras. Mesmo porque a maioria dos estudos sobre o código de 1932 não passam de estudos descritivos sobre ele. A literatura não aborda o porquê das inovações institucionais presentes no código, como a justiça eleitoral, voto secreto e introdução do sistema misto. Assim, um dos propósitos desta dissertação é trazer luz sobre esse aspecto, procurando compreender o motivo da mudança da legislação eleitoral, assim como o vínculo entre as mudanças das regras eleitorais presentes no código de 1932, e de outros elementos, como o jogo político pós-Revolução de 30, sobre as alterações presentes no sistema partidário pós-Revolução de 30.

1.1 Legislação Eleitoral e Histórico de Reformas

A legislação eleitoral brasileira, até a promulgação do código eleitoral de 1932, pode ser classificada, de acordo com Nicolau (2002), na família dos sistemas eleitorais majoritários, ou seja, os sistemas eleitorais utilizados na Monarquia e na Primeira República foram todos variantes dessa família. Kinzo (1980) também destaca que toda legislação eleitoral da Primeira República é uma variante da representação majoritária e que todas as reformas efetuadas nesse período não passavam de pequenas mudanças, que não alterariam, substancialmente, a lógica de funcionamento do sistema⁸. O quadro abaixo mostra as características das principais leis a que estava submetido o pleito no período republicano.

---

⁷ E boa parte das reformas que ocorreram foram superficiais, não alterando profundamente o funcionamento do sistema eleitoral.

⁸ Já que estas mudanças não mudavam o sistema eleitoral de uma família para a outra, como por exemplo, da família dos sistemas majoritários para a família dos sistemas proporcionais e mistos.

**Quadro: 1 Sistemas Eleitorais Utilizados nas Eleições para Câmara dos Deputados
na Primeira República (1889 – 1930).**

Período	Circunscrição Eleitoral	N de Votação	Sistema Eleitoral	Apuração
1890	Estado	Tantos Nomes quanto fossem as cadeiras do Estado na Câmara dos Deputados	Maioria Simples: os mais votados nos Estados eram eleitos	Realizada pela Mesa Eleitoral
1892	Distrito de três Representantes	Dois Nomes	Maioria Simples: Os Três mais votados do distrito eram eleitos	Ocorriam duas apurações: a parcial realizada pela mesa eleitoral e a final, realizada por uma Junta Apuradora local, composta pelos cinco vereadores mais votados e cinco cidadãos eleitos pelo presidente do Governo Municipal.
1904	Distrito de Cinco Representantes	Quatro Nomes e o Eleitor poderia repetir o voto no mesmo candidato quatro vezes (voto cumulativo)	Maioria Simples: os Cinco Nomes mais votados eram eleitos	Ocorriam duas apurações: a parcial realizada pela mesa eleitoral e a final, pelo presidente do Governo Municipal
1916	Distrito de Cinco Representantes	Quatro Nomes e o Eleitor poderia repetir o voto no mesmo candidato quatro vezes (voto cumulativo)	Maioria Simples: os Cinco Nomes mais votados eram eleitos	Ocorriam duas apurações: a parcial realizada pela mesa eleitoral. E a final era realizada na capital do Estado por uma junta apuradora composta por membros do poder judiciário

Fonte: Adaptação de Nicolau (2002).

Kinzo (1980) destaca que a primeira legislação eleitoral da República é elaborada em 8 de fevereiro de 1890, sob o nome de Regulamento Alvim, no governo de Deodoro da Fonseca (1889 – 1891). Essa lei estendeu o sufrágio a todos os cidadãos maiores de 21 anos, abolindo o critério censitário presente no período monárquico, mas não promoveu a participação dos analfabetos e nem das mulheres sob o argumento de eles não apresentarem capacidade para exercer atividades dessa magnitude. O sistema eleitoral considerava que os distritos eram correspondentes aos estados e o voto era completo na lista⁹ e não secreto; a mesa eleitoral era composta por dois vereadores e dois eleitores que se encarregavam de receber e apurar os votos, o vencedor seria o candidato que conseguisse atingir maioria simples.

No governo de Floriano Peixoto (1891 – 1894) se elabora a primeira reforma na legislação eleitoral do período: é a lei nº 35, de 1892 que instituía distritos com magnitude três e com voto incompleto¹⁰. A apuração parcial era feita pelas mesas eleitorais, e a final, no município sede do distrito, por uma comissão composta por cinco vereadores mais votados e cinco cidadãos eleitos pelo presidente do Governo Municipal.

A reforma seguinte foi trazida pela lei nº 1.269 de 15 de novembro de 1904, no governo de Rodrigues Alves (1902 – 1906), denominada de lei Rosa e Silva, que instituiu distritos com magnitude cinco, voto incompleto e cumulativo¹¹, as mesas eleitorais continuaram com a função de contabilizar os votos, e a apuração final, foi colocada à responsabilidade dos presidentes das câmaras municipais do distrito eleitoral.

A última reforma, que ocorreu no final da Primeira República, foi denominada de Bueno de Paiva, e se constituía de duas leis, a nº 3.139, de 2 de agosto e a nº 3.208, de 27 de dezembro de 1916, no governo de Venceslau Brás (1914 – 1916). A primeira instituía aos estados a competência no alistamento para os pleitos estaduais e municipais e confiava a qualificação para as eleições federais às autoridades judiciais; a segunda retirou dos municípios a apuração final dos votos, transferindo-a para as capitais do estado, sob a responsabilidade de uma junta apuradora composta por membros ligados

---

⁹ Tantos os votos quanto a magnitude do distrito.

¹⁰ Cada eleitor apresentava um número de votos menor à magnitude dos distritos.

¹¹ Cada eleitor tinha o direito de votar em até quatro candidatos, num total de cinco, e apresentava a alternativa de canalizar esses quatro votos a um mesmo candidato.

ao Poder Judiciário; já as apurações iniciais e o encerramento da votação continuaram sob o domínio das mesas eleitorais.

Observamos em toda legislação eleitoral da Primeira República um grande número de reformas, que alteraram muitos procedimentos eleitorais da época, mas, como pode ser observado no quadro acima, foi mantido o sistema eleitoral majoritário. Benoit (2004) destaca que mudanças nas famílias dos sistemas eleitorais não são um fato corriqueiro no mundo político, pois correspondem a instituições de alta estabilidade. Vai na mesma direção, Liphart: (2003: 169) “Raros são os casos de democracias que mudam do método da representação proporcional para o de maioria simples, ou maioria absoluta, ou vice e versa”.

Essa afirmação é tão correta que, na história política brasileira, o único exemplo da ocorrência desse tipo de mudança no sistema eleitoral foi a passagem, em 1932, do sistema majoritário para o misto, visto que, durante a Primeira República, não ocorreu esse tipo de reforma. E, após o código eleitoral de 1932, também só observamos pequenas alterações nas instituições eleitorais, como pode ser constatado no quadro abaixo:

Quadro 2: Momentos de Escolhas das Regras Eleitorais Pós-Promulgação do Código Eleitoral de 1932.

Período	Legislação	Escolha
10 de fevereiro de 1931 a 24 de fevereiro de 1932	Início: decreto nº 19.546 (criação das subcomissões de análise). Término: decreto nº 21.076 (código eleitoral).	Mudança para o sistema misto / proporcional ¹²
03 de maio de 1933 a 16 de julho de 1934.	Constituição Federal do Brasil.	Permanência do Sistema Misto
04 de maio de 1935.	Lei nº 48. (novo código eleitoral)	Pequena mudança no critério de alocação das sobras ¹³ e real implantação da representação proporcional de lista aberta.
18 de fevereiro de 1945 a 28 de maio de 1945.	Início: lei nº 9 (convocação de eleições). Término: decreto nº 7.586 (lei Agamenon).	Manutenção da representação proporcional. Com alteração no modo de distribuição dos restos
02 de dezembro de 1945 a 18 de setembro de 1946.	Constituição Federal do Brasil	Manutenção da Representação proporcional
Novembro de 1946 a 24 de julho de 1950.	Lei nº 1.164 (código eleitoral).	Manutenção da Representação proporcional. Com alteração no modo de distribuição dos restos
5 de Outubro de 1988	Constituição de 1988	Manutenção da Representação Proporcional

Fonte: Elaborado Pelo Autor.

¹² Apesar de, no texto legal, aparecer voto proporcional, autores como Kinzo (1980) e Nicolau (2002) consideram tal sistema misto, pois tal método apresentava dois turnos. No primeiro, os candidatos eleitos eram aqueles que atingiram o quociente eleitoral. Já no segundo, a disputa era pelas cadeiras não preenchidas no primeiro e o preenchimento delas cabia aos candidatos mais votados, até se completar o número de cadeiras disponíveis – sistema majoritário -. Assim, a partir de agora, não será mais utilizado o termo proporcional para o sistema eleitoral adotado em 1932, e sim, misto.

¹³ Kinzo (1980) e Nicolau (2002) consideram que essa lei vem a afirmar realmente a representação proporcional, pois retira o critério majoritário do segundo turno e adota, para o preenchimento das sobras, o sistema de maiores médias. Porventura, a lei Agamenon reafirma o modelo implantado em 1935; no entanto, o altera no tocante à distribuição das sobras, cujo preenchimento seria concedido aos partidos que alcançaram o maior número de votos. O código eleitoral de 1950, entretanto, restabelece o sistema de 1935 e reimplanta o sistema de maiores médias.

Pode-se, portanto, argumentar que a reforma eleitoral de 1932 corresponde a um fato político marcante e transformador na história política brasileira. Assim, a análise do objetivo dos atores, com tal mudança, é de substancial importância para compreender se eles, realmente, almejavam que as modificações feitas nas instituições eleitorais produzissem efeito sobre a configuração partidária.

1.2 A Formulação do Código Eleitoral de 1932

Assim, terminada a revolução de 1930, Getúlio Vargas cria pelo decreto nº 19.546, uma grande comissão com o objetivo de adequar a legislação brasileira aos desejos da revolução. Essa grande comissão seria dividida em várias subcomissões temáticas e, entre elas, foi criada a Subcomissão de Reforma da Lei e Processos Eleitorais, composta por três integrantes¹⁴: o gaúcho João Francisco de Assis Brasil, o piauiense João C. da Rocha Cabral e o paulista Mário Pinto Serva, que, de acordo com Pires (2009), teriam dupla tarefa; a primeira: analisar e propor alterações nas regras eleitorais vigentes até as eleições de 1930 e a segunda: estabelecer as novas regras eleitorais para a futura Assembleia Constituinte, ainda sem data marcada para começar suas atividades

Essa subcomissão inicia seus trabalhos no dia 4 de maio de 1931, sem a presença de Mário Pinto Serva (devido a problemas de saúde) finalizando-os no dia 24 de fevereiro de 1932. O primeiro dilema colocado aos integrantes da subcomissão: Fazer um trabalho superficial e deixar a Constituinte elaborar a legislação duradoura ou elaborar um código eleitoral profundo e duradouro? Decidiu fazer um trabalho profundo e duradouro¹⁵.

---

¹⁴ Dois já mencionados neste trabalho: Assis Brasil e João Cabral.

¹⁵ Não tenho informação sobre isso, pois é algo de bastidor, mas creio que Getúlio não queria deixar a elaboração completa da legislação eleitoral para a Constituinte, porque, não sabendo a composição dela, poderia correr o risco de entregar a “bola na mão do inimigo” e ter que aceitar alternativas de sistemas eleitorais que não lhe interessavam. Já na subcomissão, por ter indicado integrantes de sua confiança, tinha mais segurança em lhes atribuir a tarefa de (se) elaborar um código eleitoral completo e aprofundado, já que tinha maior controle sobre ela.

Como aponta (Pires: 2009: 53 – 54 *apud* Cabral 1934: 13 -14)

“Utilizando uma comparação entre a nova realidade do país e uma construção, tratava-se de lançar os alicerces do edifício político. Edifício que na época presente exige bases de extrema solidez e resistência. E quaisquer falhas nesses fundamentos começariam por tornar duvidosa a própria solidez do edifício, a própria autoridade da convenção”.

Fica evidente, na colocação acima, que a estratégia do governo provisório era utilizar a subcomissão, da qual ele tinha controle¹⁶, para construir uma base sólida e, depois, convocar a Constituinte para tratar de uma legislação eleitoral que lhe propiciasse mais segurança política, como argumenta Pires (2009) ao citar um discurso de Vargas comentando que a convocação da Constituinte viria após a reforma eleitoral.

O que também fica, de certa forma, nítido, é a intenção do governo provisório de prolongar, o quanto fosse interessante, os trabalhos da subcomissão e, conseqüentemente, a convocação da Constituinte¹⁷, ou seja, o governo provisório fez de tudo para tornar os trabalhos da subcomissão, morosos, já que não indicou nenhum substituto para Serva¹⁸ e sobrecarregou Assis Brasil de tarefas, ao nomeá-lo ministro da Agricultura e Desenvolvimento e embaixador na Argentina, o que atrapalhou o gaúcho na tarefa de elaboração do novo código eleitoral.

---

¹⁶ Como já exposto acima.

¹⁷ Pois o governo provisório esperava convocar a Constituinte em um contexto político partidário mais favorável ao seu interesse, pois, em 1931, os partidos republicanos ainda eram muito fortes, e Vargas começava a iniciar o processo de enfraquecimento deles e também a criar as novas agremiações partidárias comprometidas com o governo provisório.

¹⁸ Sendo os trabalhos da subcomissão feitos apenas por Assis Brasil e Cabral.

Esse interesse em prolongar os trabalhos da subcomissão é comentado por Pires (2009: 55)

“Enquanto a subcomissão esteve subordinada a Osvaldo Aranha¹⁹, os trabalhos não fluíram e havia vários membros do governo provisório que queriam adiar ao máximo a publicação do código e conseqüentemente a convocação da constituinte”.

Consta, no Diário de Vargas (1995), que Assis Brasil mostra a proposta inicial a ele em julho/agosto de 1931 e, neste, ele dividia os trabalhos da subcomissão em duas partes, uma relacionada ao alistamento e outra relacionada ao processo de eleição em si. Já em novembro de 1931, Getúlio Vargas afasta Osvaldo Aranha²⁰ e indica o gaúcho Maurício Cardoso para o Ministério da Justiça, que assume o posto em 31 de dezembro de 1931, e sua principal tarefa seria revisar e concluir o código eleitoral, pois as pressões das oligarquias, tanto da oposição como as das que apoiavam o governo, aumentavam pela constitucionalização do país.

Uma das últimas atividades da subcomissão, de acordo com Pires (2009), foi a revisão efetuada por Vargas, em janeiro e fevereiro de 1932, a qual teve, como principal modificação, a emenda do Clube 3 de Outubro²¹ exigindo a representação profissional que acabou sendo incorporada ao código. Assim, no dia 24 de fevereiro, é promulgado o novo código eleitoral brasileiro, que era uma estratégia de controlar as oligarquias que, no momento, estavam descontentes²², dando-lhes um sinal de que a Constituinte iria ser convocada. No entanto, as eleições para a Constituinte são marcadas apenas no dia 4 de maio de 1933 e a Assembleia instalada em 15 de novembro de 1933. Um período em que o governo já tinha conseguido enfraquecer os partidos republicanos, elaborar um

---

¹⁹ Esse era ministro da Justiça e, por dever de função, tinha a responsabilidade de controlar os trabalhos da subcomissão.

²⁰ Esse era ligado ao Tenentismo. Esse é o momento em que as oligarquias que haviam apoiado a revolução (principalmente a do Rio Grande do Sul), descontentes com o espaço dado no governo ao Tenentismo, começam a ameaçar apoiar as oposições. Vargas, por isso, estava procurando equilibrar as relações de força dentro do governo.

²¹ Organização tenentista.

²² Principalmente as oligarquias dos estados que haviam apoiado a revolução de 1930.

rearranjo no sistema partidário, através da criação de partidos comprometidos com o governo provisório, e feito a reforma eleitoral, ou seja, as eleições e a instalação da Assembleia são feitas em um período bem mais favorável ao governo do que aquele exigido pelas oligarquias.

Como fica claro nas palavras de um grande opositor a Vargas, Octávio Mangabeira²³ (Silva: 1969: 234; Bonavides e Andrade: 2004: 288 *Apud* Pires: 2009: 83-84):

“Houve revoluções, em 1930, em vários países sul-americanos: Argentina, Bolívia, Chile, Peru. Nenhum precisou de mais de um ano para reentrar na ordem legal, ou para por no lugar da ditadura deposta a legalidade restaurada. Só o Brasil deu ao continente o espetáculo de necessitar de mais de três anos para que pudesse reunir a sua Constituinte. Só o Brasil passou pelo desgosto de ver derramado o sangue de seus filhos pela causa da volta do país ao primado da lei”.

Esses fatos tornam nítidas as intenções do governo provisório de retardar a promulgação do código não porque queria atrasar a finalização do novo código, mas sim, por dissidências dentro do governo provisório, já que os tenentes puxavam Vargas para a não convocação da Constituinte e, conseqüentemente, não ocorrência de eleições; já a ala oligarca e liberal do governo provisório o pressionava pela constitucionalização do país, o que coloca o líder do governo provisório em um impasse decisório, que acabou impactando o desenvolvimento dos trabalhos da subcomissão.

---

²³ Era membro das antigas oligarquias baianas, sendo min. Rel. Ext. 1926 – 1930. Foi grande líder de oposição ao governo provisório ao lado de Borges de Medeiros e Arthur Bernardes e esteve exilado na França a mando do governo provisório. Nas eleições para legislatura de 1935, fundou uma legenda com seu nome para se opor ao Partido Social Democrático da Bahia que apoiava o governo provisório no estado.

1.3 As Inovações Institucionais do Código Eleitoral de 1932

Nesta seção, serão abordadas, superficialmente, as principais inovações institucionais presentes no código eleitoral de 1932. A primeira inovação presente no código foi a introdução da representação mista, que consistia em uma inovação no método de transformação de votos em cadeiras, para os cargos legislativos.

Esse método tinha a seguinte lógica: poderiam disputar as eleições, partidos, alianças de partidos, grupos de cem eleitores e candidatos avulsos, as quais ocorreriam em dois turnos; no primeiro, estariam eleitos os candidatos que atingissem o quociente eleitoral²⁴, isto no caso dos candidatos avulsos, já no caso das agremiações (partidos, alianças de partidos e lista de eleitores) o número de candidatos eleitos seria correspondente ao quociente partidário²⁵ da legenda (seriam, então, eleitos os candidatos mais votados pela legenda até se atingir a quota disponível para essa agremiação). O segundo turno, porém, seria destinado a preencher as vagas não preenchidas no primeiro turno, tendo direito a elas os candidatos mais votados, no sentido majoritário do termo²⁶, até se preencher o total de vagas restantes, lembrando que os distritos eleitorais correspondiam ao Estado.

Nicolau (2012) demonstra como funcionava o sistema eleitoral de 1932. O autor utiliza o exemplo de um pleito com magnitude nove em que concorrem quatro partidos - Autonomista, Republicano, Aliança Social e Liberal - e mais dois candidatos que pleiteiam, como avulsos - João e Maria -. Supondo que o Partido Autonomista tenha obtido 31 mil votos, o Republicano 11 mil, a Aliança Social 6 mil e o Liberal 2 mil, e, entre os avulsos, João obteve 7.500 votos e Maria 5.500, contabilizando um total de 63 mil votos, o primeiro passo, de acordo com esse sistema, é calcular o quociente eleitoral através da divisão do total de votos válidos, no caso, 63 mil, dividindo-o pela magnitude que corresponde a 9, obtendo um quociente eleitoral de 7 mil. Por conseguinte, se calcula o quociente partidário, por meio da divisão do total de votos, obtida pelo partido pelo quociente eleitoral; o resultado dessa divisão corresponde à quantidade de cadeiras a que cada partido tem direito. No caso dos candidatos avulsos,

---

²⁴ Esse seria calculado pelo número total de votos efetuados pelo número de vagas a serem preenchidas

²⁵ Esse era calculado pelo número de votos recebidos pela agremiação dividida pelo quociente eleitoral.

²⁶ Não era utilizado nenhum método proporcional para alocar os restos, como das maiores médias, o método D'Hondt, Hare ou Andrae.

eles seriam eleitos, caso a sua votação atingisse o valor do quociente eleitoral. A distribuição das cadeiras no primeiro turno, no exemplo de Nicolau (2012) ficou assim:

Quadro 3: Resultado Eleitoral do Primeiro Turno

Partido ou Candidato	Cadeiras
Partido Autonomista	4
Partido Republicano	1
Aliança Social	-
Partido Liberal	-
João	1
Maria	-
Total de Cadeiras	6

Fonte: Adaptado de Nicolau (2012).

Após ser realizada a contabilidade do resultado eleitoral utilizando-se o método descrito acima, era calculado, em caso de sobra, o restante das vagas que não foram preenchidas, adotando-se o critério majoritário para alocação dessas vagas, que no código de 32, é chamado de segundo turno das eleições. No exemplo de Nicolau (2012), sobraram três cadeiras que seriam preenchidas pelo método de maioria simples, ou seja, os candidatos mais votados, de qualquer partido ou avulsos que não foram eleitos, no primeiro turno, ficariam com as vagas restantes; no caso em questão, as outras três vagas remanescentes ficariam com o Partido Autonomista, já que o total de votos dele é muito superior aos demais. O resultado seria este:

Quadro 4: Resultado Eleitoral Final

Partido ou Candidato	Cadeiras
Partido Autonomista	7
Partido Republicano	1
Aliança Social	-
Partido Liberal	-
João	1
Maria	-
Total de Cadeiras	9

Fonte: Adaptado de Nicolau (2012).

Assim, após descrever a lógica de funcionamento do sistema eleitoral de 1932, a interpretação de Nicolau (2002), de Kinzo (1980) entre outros autores, verifica-se que o sistema eleitoral contido no código eleitoral de 1932 correspondia ao modelo misto e não a um sistema de representação proporcional puro - como afirmam alguns autores, como Franco (1965), Leal (1975) ²⁷ -.

O sistema eleitoral de 32 apresentava dois processos de contabilização dos votos, com metodologias completamente distintas: na primeira, imperava a lógica do quociente eleitoral e partidário, o que atribuía proporcionalidade ao método; já na segunda, tratava-se, simplesmente, da aplicação do sistema majoritário, em que aqueles que obtivessem o maior número de votos seriam eleitos.

Apesar de haver essa discordância entre os autores acima a respeito da família na qual pode classificado o sistema eleitoral brasileiro de 32 não se promoveu um debate na ciência política brasileira sobre o tema, por não ocorrerem interpretações diferentes, já que autores, como Franco (1965) e Leal (1975), assumiram o sistema de 32, como proporcional, já que no próprio código constava essa terminologia. E foi essa visão que acabou prevalecendo na ciência política brasileira. O contraponto presente em Nicolau (2002) e Kinzo (1980) é fruto de uma reflexão recente em que os recursos de análise e classificação de sistemas eleitorais foram amplamente desenvolvidos pela ciência

---

²⁷ Esses não defendem que o sistema de 32 era proporcional, mas, sim, acatam o que aparece no texto normativo do código.

política internacional e nacional, o que os possibilitou uma análise mais crítica e profunda a respeito da lógica de funcionamento do sistema eleitoral de 1932.

Portanto, de acordo com Nicolau (2002) e Kinzo (1980), a mudança no sistema eleitoral realizada em 1932 pode ser interpretada como uma profunda reforma, uma vez que as alterações efetuadas no sistema fizeram o Brasil mudar de um sistema eleitoral da família do sistema majoritário (vigente na Primeira República) para um da família dos sistemas eleitorais mistos, no qual se introduziu, pela primeira vez, na legislação eleitoral brasileira, o critério da proporcionalidade, o que alterou a lógica de funcionamento do sistema.

Já, a segunda grande inovação do código aparece em seu artigo 5º, na segunda parte do código, referente à justiça eleitoral e se refere à sua implantação, que teria a função contenciosa e administrativa no processo eleitoral. Comporiam esse órgão oito membros efetivos e oito substitutivos, todos, membros do poder judiciário: o presidente seria o vice-presidente do Superior Tribunal Federal (STF), os demais membros seriam assim designados: dois efetivos e dois substitutivos seriam sorteados dentre os ministros do STF, outros dois efetivos e substitutivos seriam sorteados entre os Desembargadores de Apelação do Distrito Federal, os outros três membros efetivos e os quatro substitutivos seriam escolhidos pelo chefe do governo provisório, dentre quinze cidadãos propostos pelo STF²⁸.

A implantação da justiça eleitoral é interpretada por Marchetti (2008) através do conceito de governança eleitoral que consiste no “vasto número de atividades que cria e mantém o vasto arcabouço institucional no qual se realizam o voto e a competição eleitoral e que opera em três níveis: o da formulação das regras (*rulemaking*), o da aplicação das regras (*ruleapplication*) e adjudicação das regras (*ruleadjudication*)”.

O primeiro nível corresponde à escolha da definição das regras, como fórmula eleitoral, distritos; o segundo é a implementação e o gerenciamento do jogo eleitoral, como registro de partidos, distribuição das urnas, aquelas regras que garantam a transparência, a eficiência e a neutralidade na administração do jogo; e, por fim, o terceiro que corresponde à administração dos possíveis litígios entre os competidores e

---

²⁸ Os critérios para alguém fazer parte dos quinze cidadãos propostos pelo STF e com possibilidade de escolha pelo chefe do governo provisório seriam estes: ter notável saber jurídico e idoneidade moral e não ser funcionário demissível.

o contencioso eleitoral, ou seja, nesse nível, se determinam procedimentos, contagem dos votos e publicação dos resultados finais. Marchetti (2008) argumenta que o primeiro nível é definido pelas normas constitucionais e os códigos eleitorais, já os outros dois ficam sob responsabilidade de um órgão específico, que, no Brasil, ele classifica como a justiça eleitoral, por corresponder à instituição responsável pela administração do jogo eleitoral e do contencioso eleitoral.

Para o autor, a introdução desse órgão no Brasil, em 1932, nasceu com o objetivo de restringir os interesses políticos de participarem da organização e execução do processo eleitoral, e, devido a esse fator, esse órgão concentrou toda sua atividade no poder judiciário deixando à margem, tanto o executivo e o legislativo como os partidos políticos. De acordo com Marchetti (2008), a governança eleitoral brasileira executada pela justiça eleitoral exclui os interesses políticos da organização do processo eleitoral, pois ela nasceu devido à desconfiança em relação à política, fruto do descrédito em relação ao modelo representativo existente na Primeira República.

Por fim, a terceira grande inovação foi a instituição do voto secreto, que visava coibir a prática da violência contra o eleitor, através do sigilo do voto, garantido por meio de duas medidas: a primeira consistia na padronização dos envelopes que recebiam as cédulas eleitorais, a qual visava evitar a utilização de envelopes diferentes, que objetivavam controlar o voto do eleitor; já a segunda medida referia-se à utilização, no momento de votar, de lugares indevassáveis, ou seja, locais fechados, longe dos olhares do público, visando garantir o sigilo do voto.

Assim, se notam nessas inovações institucionais presentes no código de 1932, três importantes diferenças em relação à Primeira República. Primeira diferença é a mudança da utilização do sistema eleitoral majoritário puro, como o utilizado na Primeira República, para um sistema misto que privilegiava o partido, em especial, na apuração do primeiro turno. Segunda diferença - em relação aos processos eleitorais da Primeira República - reside em se retirar das mãos dos atores interessados a apuração do pleito e deslocá-lo para uma instituição neutra e, por fim, a introdução do sigilo do voto visando combater represálias contra o eleitor e, conseqüentemente, a “fabricação” de votos e o falseamento da representação, como ocorria na Primeira República.

1.4 O Debate em Torno do Código Eleitoral na Constituinte

Após a promulgação do código eleitoral, em 24 de fevereiro de 1932, é instalada a Constituinte, em 15 de Novembro de 1933. E para a literatura que analisa os debates referentes ao tema *código eleitoral*, ao longo dos trabalhos constituintes, verifica-se um senso comum, a legislação eleitoral não foi o centro de gravidade do conflito político dinamizado na Assembleia. Gomes (1974) chama a atenção para questões como o federalismo, a representação dos estados e o mandato de Vargas, que foram as que moveram o jogo político, naquele momento.

De acordo com Pires (2009), o tema da legislação eleitoral passou bastante despercebido na Constituinte; por isso, na Constituição, apenas um artigo trata do tema. Faoro (2001) argumenta que esse fato ocorreu porque os desejos dos liberais, como o voto secreto, entre outros, já tinham sido contemplados no código, não sendo, portanto, necessário debatê-los na Constituinte. Já Santos (1937) apresenta o argumento de que a legislação eleitoral, como tema, realmente, não foi o foco das discussões, que envolveram outros temas, como os já apresentados acima.

Olhando para a composição da Constituinte, pode se destacar que o sistema eleitoral não foi realmente o foco do conflito político, porque, naquele momento, não interessava, nem aos constituintes nem ao governo provisório, levantar o debate sobre ele, já que o governo havia conseguido obter bom número de cadeiras na Constituinte, sendo que, do total de 213 constituintes, 151 eram da base de apoio ao governo provisório, 61 eram de oposição e 1, indefinido; números que constam do Boletim Eleitoral de 1933. Por isso, naquele momento, abrir um debate a respeito do sistema eleitoral não era interessante ao governo, já que ele tinha conseguido ganhar espaço no sistema político. Assim, a agenda da Constituinte foi tomada por temas mais interessantes ao governo, naquele momento, e também considerados mais urgentes à oposição, como, por exemplo, o tema do federalismo, o da representação dos estados (importante para os estados do Norte/Nordeste) e o referente ao mandato de Vargas, bastante destacados por autores como Santos (1937), Faoro (2001) e Pires (2009).

Podemos, portanto, observar pela literatura que analisa a dinâmica da Constituinte de 1933-34 que o tema *processo eleitoral* não pautou a agenda da Constituinte, preocupada com outros temas que monopolizaram o jogo político da Assembleia. Pode-se considerar que isso ocorreu devido ao fato de o governo ter obtido boa vitória nas eleições, não sendo, portanto, esse tema prioridade na agenda dele e nem da oposição, naquele momento.

1.5 Considerações Sobre o Código de 1932

O estudo das inovações institucionais presentes no código de 32 apresenta uma relevância elevada: primeiro, por não haver uma série de estudos sistemáticos sobre esse tema na ciência política brasileira²⁹; segundo, por se tratar da única grande mudança promovida no sistema eleitoral brasileiro cuja base é mantida até os dias atuais, com apenas graduais alterações³⁰, como aponta Nicolau (2002: 99): “A primeira versão da representação proporcional foi adotada no Brasil em 1932 e sua estrutura permanece até os dias atuais”; terceiro, pelo caso brasileiro servir para comparação com outros países que sofreram profundas mudanças em seus sistemas eleitorais, como os casos europeus do século XIX, quando muitos países passaram dos sistemas majoritários para os proporcionais.

A parte da literatura que se dedica a analisar o porquê da mudança do sistema eleitoral majoritário para o proporcional, na Europa do séc. XIX dá, como explicação desse fato, o aumento do eleitorado, devido à promulgação do sufrágio universal, o que resultou na organização do movimento trabalhista e, conseqüentemente, na emergência dos partidos socialistas. Rokkan (1970) argumenta que esse avanço eleitoral dos partidos socialistas³¹ provocou diferentes reações nos partidos já consolidados na arena eleitoral, variando de país para país.

Nos casos em que ocorreu a mudança, o autor salienta que essa escolha foi fruto de um cálculo racional dos partidos tradicionais que disputavam o mesmo eleitorado, e com o avanço socialista, ficaram enfraquecidos, politicamente. Já que, no modelo

---

²⁹ Existem estudos na área da História, encontrados em Franco (1974), Santos (1937), Gomes (1974), Silva (1969), mas poucos estudos na Ciência Política.

³⁰ Como será visto ao longo do trabalho.

³¹ Fato ocorrido devido à sua penetração no movimento trabalhista da época.

majoritário, aquele com maior votação consegue maioria, os partidos tradicionais, ao dividirem voto³², ficariam muito enfraquecidos, porque os socialistas teriam espaço político livre, uma vez que não iriam dividir votos como seus adversários e, conseqüentemente, conseguiriam maioria no Parlamento. Visando bloquear esse avanço, muda-se o sistema eleitoral para o modelo proporcional, a fim de não permitir uma vitória esmagadora do partido socialista, garantido, assim, espaço dentro do sistema político.

Argumento parecido é formulado por Boix (1999) sobre o caso inglês e outras nações europeias, ou seja, o aparecimento, na arena eleitoral, de uma nova parcela de eleitores – o eleitorado socialista, por exemplo – causou impacto no quadro partidário e também nas disputas eleitorais, pois essa nova camada eleitoral possibilitou o surgimento de novos partidos políticos que passaram a competir com os partidos tradicionais. Esse fato provoca dois tipos de reação nos antigos partidos: em alguns casos, - como o inglês - resolvem manter a representação majoritária, o que provocou o surgimento de um sistema bipartidário e o desaparecimento de um dos partidos tradicionais³³, pois, para um dos partidos tradicionais, esse efeito era interessante; ou resolvem alterar o sistema para o modelo proporcional evitando, dessa maneira, o desaparecimento de algum partido, mas apresentando, como resultado dessa escolha, a formação de um sistema pluripartidário e, por consequência, de um sistema político mais inclusivo.

Assim, observamos no argumento dessa literatura que a explicação para a mudança do sistema eleitoral majoritário para o proporcional, na Europa do séc. XIX, foi fruto de uma escolha racional dos atores, mas que foi motivada por alterações presentes na arena eleitoral, as quais tiveram efeitos sobre a lógica da competição, resultando em profundas modificações nos sistemas políticos de países europeus.

Há outros casos de reforma dos sistemas eleitorais. A Nova Zelândia, por exemplo, em 1993, substituiu o sistema majoritário utilizado pelo país, por mais de setenta anos, por um modelo misto. De acordo com Vowles (1995) e Mackerras (1996), esse fato ocorreu pelo descontentamento da população para com dois governos

---

³² Pois disputavam o mesmo eleitorado.

³³ No caso, O Partido Liberal

impopulares³⁴ que despertaram nela a necessidade de maior controle sobre o governo. Assim, em 1992, é realizado o primeiro *referendum*³⁵ sobre a alteração do sistema e tem a aprovação de 84% da população. Em 1993, é elaborado um segundo *referendum*³⁶, cujo resultado foi a aprovação da população pela alteração do sistema.

Caso semelhante ocorreu na Itália, em 1993. De acordo com Pasquino (1997), a Itália, nos anos 80, vinha sofrendo com o desgaste das instituições políticas, em especial, dos partidos políticos. Devido a esse fato, é instalada uma Comissão Parlamentar que funcionou de 1983 a 1985 e, por uma segunda vez, de 1992 a 1994 que visava reformar as instituições – inclusive o sistema eleitoral – e a própria Constituição. Tal objetivo, no entanto, não se concretizou graças ao elevado número de *veto players* existentes no desenho institucional do parlamento italiano.

Não obstante, o Judiciário inicia uma campanha pela moralização das instituições e pela reforma delas, centrando suas críticas na ‘partidocracia’³⁷ e na corrupção. Essa campanha conseguiu substancial adesão da sociedade civil e foi chamada, na época, de ‘movimento pelas mãos limpas’. Assim, em abril de 1993, é proposto um *referendum* sobre a mudança da lei eleitoral para as eleições legislativas. Em agosto do mesmo ano, é alterado o sistema eleitoral para o modelo misto, que funcionaria da seguinte maneira: 75% dos parlamentares seriam eleitos pelo sistema majoritário e 25%, pelo proporcional.

Notamos nos dois exemplos acima – Nova Zelândia e Itália – que a pressão da sociedade civil sobre os atores políticos foi um elemento de suma importância para a catalisação da reforma eleitoral, ou seja, a sociedade civil foi o ator protagonista nesses casos.

---

³⁴ Governos de cunho Neoliberal

³⁵ Correspondeu a uma consulta preliminar

³⁶ Esse tinha caráter obrigatório, ou seja, a decisão do *referendum* teria que ser seguida obrigatoriamente pelo Parlamento.

³⁷ O cenário político, até a reforma, era dominado pela Democracia Cristã e pelo Partido Socialista Italiano.

Agora, no que diz respeito ao caso brasileiro de 1932, o que teria motivado os atores políticos a alterarem o sistema eleitoral majoritário, vigente na Primeira República, para um modelo misto? Será que essa alteração em nossa legislação eleitoral segue a mesma lógica dos casos descritos acima ou corresponde a um caso diferente dos desses países, cujas explicações não se aplicam ao caso brasileiro? Então, quais seriam os fatores que explicariam a mudança introduzida pelo Governo Provisório na legislação eleitoral brasileira em 1932? O próximo capítulo responde a essa inquietação.

Capítulo 2. Modelos Analíticos sobre Reforma Eleitoral

Neste capítulo, serão mapeados os modelos analíticos e os mecanismos explicativos relacionados à problemática da reforma eleitoral, com foco nas explicações que apresentam, como variável independente, a ação estratégica dos atores, ou seja, os modelos, aqui trabalhados, explicam os processos de reforma eleitoral pela ação intencional dos atores políticos³⁸.

Benoit (2004) considera que os estudos sobre a escolha de sistemas eleitorais, na maioria, não passam de estudos de caso, que são construídos, indutivamente. Ele atribui tal fato às dificuldades de generalizações desse problema, que apresentam uma lógica muito peculiar e inusitada. No entanto, a literatura sobre o assunto avançou um pouco em suas explicações, como observamos em Benoit (2004, 2007) e Renwick (2010), que, baseados nos estudos de casos existentes, elaboram tipologias explicativas para o problema da escolha de sistemas eleitorais.

Renwick (2010), primeiramente, olha para os atores políticos responsáveis pelas reformas eleitorais e classifica os processos em dois tipos: o primeiro é denominado pelo autor de “*Elite Majoritary Imposition*” e corresponde àqueles processos em que os políticos³⁹ controlam toda a dinâmica da reforma, ou seja, os únicos atores com capacidade decisória são os próprios políticos. Já o segundo tipo é denominado pelo

---

³⁸ Portanto, não será trabalhada, neste capítulo, a literatura estruturalista cuja explicação recai sobre elementos conjunturais, como cultura ou economia, utilizada por autores como Rolland (2004), pois não corresponde ao caso aqui estudado. Entende-se que esses seriam elementos que remetem a explicações necessárias, mas insuficientes para detalhar as mudanças ocorridas no Brasil. Como mostraremos nas páginas a seguir, apenas uma explicação apontada pela literatura relativa à necessidade de moralizar o pleito eleitoral será levada em consideração.

³⁹ O autor se referiu a partidos, grupos políticos e à figura individual de um político.

autor de “*Elite Mass Interaction*” e se refere aos processos em que os políticos perdem sua hegemonia decisória para outros atores, como a sociedade civil, judiciário, especialistas e atores externos.

Não obstante, tanto Renwick (2010) como Benoit (2004, 2007) salientam que as explicações sobre reforma eleitoral devem se apegar à identificação das motivações dos atores na escolha do sistema. Assim, os autores constroem modelos analíticos que apresentam dois elementos motivacionais para a ação dos atores: A escolha de sistemas eleitorais em que a motivação dos atores é a busca pela maximização de poder Renwick (2010), ou, na terminologia de Benoit (2004, 2007), quando os atores buscam satisfazer seus interesses egoístas⁴⁰, como, por exemplo, ao terem como objetivo a reforma eleitoral que lhes atribua maior número de cadeiras no Parlamento e aquelas escolhas em que os atores se guiam por valores Renwick (2010), ou, na terminologia de Benoit (2004, 2007), buscam (a) atender interesses públicos, como maior representatividade, fortalecimento dos mecanismos de *accountability*, entre outros. Esses dois tipos de escolhas serão analisadas abaixo.

2.1 Escolhas de Sistemas Eleitorais pela Procura da Maximização de Poder

Renwick (2010), no quadro abaixo, demonstra, com nitidez, as dimensões presentes em um processo de reforma eleitoral, envolvendo partidos na busca da maximização de poder:

---

⁴⁰ Tanto a terminologia de Renwick (2010) como a de Benoit (2004, 2007) apresentam o mesmo significado, ou seja, tanto a busca da maximização de poder, como a satisfação de interesses egoístas correspondem à mesma motivação, isto é, àquela em que o ator político só está preocupado com aquilo que lhe interessa negligenciando o interesse público.

Quadro 5. Aspectos da Reforma		
Objetivo	Resultado	Ato ⁴¹
I Preferência Eleitoral	Centrar a competição nos candidatos, partidos ou líderes	(a) Responder a eleitores que desejavam reformas (b) Evitando reformas vistas como ilegítimas
II Busca por Votos	(a) Efeito Psicológico (b) Distribuição do candidato no interior da coalizão	
III Busca por Cadeiras	Efeito Mecânico	
IV Busca por Cargos	Garantir uma favorável dinâmica da coalizão	Manter os aliados da coalizão
V Busca por Influência	(a) Melhorar a influência do partido no interior da coalizão (b) Provocar a divisão de um oponente	(a) Assegurar outros objetivos políticos (b) Sustentar a Legitimidade (c) Minimizar custos de transação

Fonte: Renwick (2010: 30)

Tanto Renwick (2010) como Benoit (2004, 2007) destacam que a literatura sobre processos de reforma eleitoral utiliza, com mais frequência em suas explicações, tomando como base o quadro acima, os objetivos I, II e III. Assim, essas serão explicações pormenorizadas abaixo.

⁴¹ Essa dimensão corresponde a um aspecto que envolve a estratégia que os atores responsáveis pela reforma devem adotar visando os efeitos que a reforma eleitoral provocará no comportamento dos demais atores afetados pela mudança.

O primeiro objetivo, citado acima, consiste no seguinte raciocínio: Os sistemas eleitorais apresentam a capacidade de direcionar a competição política por vários caminhos, isto é, ter como foco dessa disputa candidatos, líderes partidários ou organizações partidárias. Assim, os partidos conhecem em qual elemento desses reside seus poderes eleitorais. Essa informação lhes possibilita escolher sistemas eleitorais que organizem a lógica da competição que melhor atenda aos seus interesses eleitorais.

O argumento acima aparece em Renwick⁴² (2010: 30 – 31):

“... Na medida em que a força do partido está, digamos, em seus candidatos localmente enraizados, pode esperar ganhar mais votos no âmbito de um sistema que enfatiza estes candidatos, em vez de um que direciona a atenção para as plataformas partidárias...”

O segundo e o terceiro objetivos dos partidos consistem na explicação *votes/seat-seeking*, ou seja, as regras eleitorais são instituições de tipo redistributivas cujo jogo é de soma zero, visto que um ator, ao desejar se eleger ou se reeleger, necessita que os agentes rivais percam quotas eleitorais. Assim, os atores políticos escolherão as alternativas institucionais que lhes produzam efeitos de maximização de sua representação eleitoral, isto é, os partidos escolherão sistemas eleitorais que lhes disponibilizem o maior número possível de votos e cadeiras legislativas⁴³.

Renwick (2010) cita o exemplo do Chile, em 1989, quando, no fim do regime Pinochet, o partido governista, sabendo que ficaria em segundo lugar, nas eleições seguintes, reforma o sistema eleitoral, atribuindo maior número de cadeiras legislativas ao segundo maior partido ou coligação. Ele também destaca que a adoção do voto alternativo, na Austrália, em 1918, se deu graças à percepção, de alguns partidos, de que

---

⁴² O autor cita o exemplo da África do Sul em que o Congresso Nacional Africano apoia a Representação Proporcional, pois, conhecendo do alto nível de analfabetismo entre muitos de seus possíveis eleitores, sabia que iria se beneficiar de um sistema que concentra a sua atenção nos seus símbolos populares e líderes, como, no caso, o Mandela.

⁴³ Essa abordagem atribui substancial importância aos efeitos psicológicos e mecânicos de Duverger, ou seja, primeiro consideram que diferentes sistemas eleitorais afetam o número de cadeiras de cada partido e também subordinam a preferência dos eleitores aos efeitos do sistema eleitoral.

esse modelo evitaria o *Split – vote* e, com isso, ganhariam mais votos e, por isso, mais cadeiras.

Essa hipótese é também aplicada por Boix (1999), em seu estudo sobre a escolha de sistemas eleitorais, em democracias avançadas quando sugere a explicação nas quais os atores políticos escolhem arranjos eleitorais, que maximizem suas chances de obter representação parlamentar e, conseqüentemente, lugares no gabinete.

Já no quadro abaixo, Renwick (2010) sintetiza as dimensões presentes em um processo de reforma eleitoral, na qual os atores protagonistas apresentam objetivos individuais, denominado por Benoit (2004, 2007) de explicações *PersonalGain*:

Quadro 6. Aspectos da Reforma		
Objetivo	Resultado	Estratégia
I Reeleição	Ajuste entre sistema e recursos pessoais	(a) Responder a eleitores que desejavam reformas (b) Evitar reformas vistas como ilegítimas
II Ganho de poder no interior do partido	Poder no interior do partido sobre membros e líderes	Construção de um crédito pessoal dentro do partido
III Influência sobre o sistema político	Reconfiguração do sistema partidário	Atrair potenciais aliados de outros partidos

Fonte: Renwick (2010: 30)

Será pormenorizado neste trabalho apenas o objetivo III, tomando como base o quadro acima, já que as demais explicações não se encaixam no caso brasileiro, pois o objetivo I e II remete a um tipo de reforma em que os partidos buscam mudar as regras do jogo, mesmo permanecendo como os atores dominantes nesse processo. Não seria o caso em questão, pois não dá para se pensar em reeleição, em um período em que não havia ocorrido nenhuma eleição; o mesmo raciocínio vale para o segundo objetivo, já que esse é caracterizado pela disputa de poder no interior dos partidos, sendo que no

momento estudado, um sistema partidário nacional era inexistente⁴⁴. O que realmente estava em jogo era a formação de um novo quadro partidário com, possivelmente novos atores.

Assim, o terceiro e último objetivo apresentado acima corresponde ao propósito deste trabalho. E esse consiste na estratégia de um político ou um grupo de políticos em escolher um sistema eleitoral que produza efeitos no sentido de ampliar a influência deles sobre o resto do sistema político. Trata-se de uma escolha que tem como objetivo conseguir um arranjo eleitoral que produza o efeito de indução na reconfiguração do sistema partidário⁴⁵. O autor explicita que o líder interessado em reconfigurar o sistema partidário deve ter a habilidade política de articular com potenciais aliados de outros partidos e atraí-los para os novos partidos que emergirem nessa nova situação institucional.

O argumento acima é posto nos seguintes termos por Renwick (2010: 36 - 37):

“... Os atores podem desejar mudar o formato de todo sistema partidário. Atores podem desejar esta mudança por dois motivos. Um é que eles acreditam que um formato diferente seria melhor para o país – maior representação etc. A outra razão é que certos atores acreditam que seu próprio poder será reforçado se o sistema partidário for reconfigurado⁴⁶.”

---

⁴⁴ Não havia nem partidos políticos constituídos nesse período, apenas aqueles advindos do regime anterior.

⁴⁵ O autor cita o exemplo dos debates sobre a reforma do sistema eleitoral na Bélgica em 1990, onde, acreditavam que a escolha do sistema majoritário remodelaria o sistema partidário e, esse fato serviria aos interesses de determinado grupo de políticos, no longo prazo.

⁴⁶ A tradução foi feita pelo autor da dissertação.

2.2 As Escolhas de Sistemas Eleitorais Motivada por Valores

Nesta seção, serão analisados os processos de reforma eleitoral em que a escolha é motivada por valores, ou seja, em que os atores envolvidos querem aperfeiçoar o sistema político, visando a atender interesses públicos. Como veremos, essa é uma das hipóteses mais propagandeadas na época e, de certa forma, ainda defendida por analistas contemporâneos. No quadro abaixo, Renwick (2010) sintetiza este tipo de explicação:

Quadro 7. Aspectos da Reforma		
Valores	Resultado	Estratégia
I Democracia	(a) Distribuição justa dos assentos (b) Evitar resultados anômalos (c) Justa distribuição de poder (d) Representação da sociedade (e) Escolha do eleitor (f) Controle dos governos (g) Controle individual dos políticos (h) Checksand balances (i) Incentivo à construção de efetivos partidos políticos (j) Simplicidade	(a) Processo de escolha do sistema democrático (b) Processo de escolha do sistema constitucional
II Estabilidade	Prevenir conflitos entre grupos	Prevenção de conflitos/impasse sobre a escolha do sistema
III Governo	(a) Processo eficiente de tomada de decisão (b) Controle eficaz da decisão (c) Evitar a corrupção (d) Evitar compra de votos	
IV Resultado de Políticas	Objetivos da política econômica	
V Serviço prestado	Qualidade do serviço prestado	
VI Identidade	(a) Afirmação de vínculos à tradição nacional (b) Afirmação das ligações com estados amigos	
VII Praticabilidade	Simplicidade administrativa	

Fonte: Renwick (2010: 39)

Tanto Benoit (2004, 2007) como Renwick (2010) argumentam que a maioria das explicações desse tipo, tomando como base o quadro acima, é focada no primeiro e terceiro objetivos, ou seja, o da valorização da Democracia e do funcionamento do governo. Assim, a seguir, serão pormenorizadas essas explicações.

O primeiro valor identificado acima visa à promoção do aprimoramento democrático cujo sistema eleitoral aparece como um importante elemento na consecução dele, ou seja, os efeitos de um arranjo eleitoral podem afetar a democracia em várias dimensões e promover resultados negativos ou positivos sobre ela. Por isso, quando os atores procuram reformar as instituições eleitorais, eles visam aprimorá-las em vários aspectos, como a representação, accountability e a melhoria do funcionamento das instituições políticas.

De acordo com Benoit (2004, 2007) muitos casos desse tipo são explicados pela tentativa de os atores atingirem uma representação igualitária das clivagens políticas existentes, tais como minorias étnicas, religiosas e ideológicas. Essa escolha está relacionada com a intenção de maximizar a representação através de uma contabilidade mais proporcional dos votos. Como exemplo dessa hipótese, podemos considerar a citação de Benoit (2004) ao trabalho de Dunleavy e Margetts (1995) sobre as reformas eleitorais de países como a Rússia, Japão e Nova Zelândia, as quais apontam que os atores políticos, no momento de escolha de tais instituições, se preocuparam com questões ligadas à representatividade dos grupos políticos existentes no país⁴⁷.

No que se refere ao aperfeiçoamento dos mecanismos de accountability, são apresentados três: a) sistemas eleitorais que aperfeiçoem a accountability sobre os governos⁴⁸; b) sobre os políticos⁴⁹; c) e aqueles que aperfeiçoam os instrumentos de pesos e contrapesos do governo⁵⁰. No que se refere à melhora do funcionamento das instituições políticas, são apresentados dois resultados desejáveis ao se reformar o

---

⁴⁷ Uma das hipóteses sobre a reforma eleitoral, ocorrida no Brasil em 1932, pode ser classificada nesse tipo de explicação, como se verá a seguir.

⁴⁸ Essa accountability consiste no controle que os eleitores têm sobre o desempenho do governo através da avaliação eleitoral deste, ou seja, decide-se o governo continua ou não (accountability vetical).

⁴⁹ O segundo caso corresponde a um controle mais direto sobre o indivíduo político, legislador, ou seja, controle sobre as atividades dele.

⁵⁰ Já o aperfeiçoamento dos mecanismos de checks and balances corresponde a uma tentativa de controle permanente sobre o governo, em todas as suas instituições (executivo, legislativo, judiciário).

sistema eleitoral: a) Desenvolvimento e consolidação dos partidos políticos⁵¹; b) Simplicidade em seu funcionamento⁵².

O terceiro valor corresponde ao funcionamento do governo, ou seja, à sua capacidade de tomar decisões. Assim, reformas eleitorais, de acordo com Renwick (2010) podem visar resultados que promovam um processo decisório eficiente, mas não no sentido da tomada fácil de decisões, e sim, na construção de um processo decisório em que decisões coletivas sejam possíveis (evitar paralisia decisória); que essas decisões, entretanto, sejam fruto de um bom trabalho ao longo do *decision-making* (sejam efetivas); não obstante, a reforma eleitoral que visa sanar problemas de governabilidade pode não querer atacar apenas os problemas da governabilidade em si, mas também aqueles decorrentes de sua lógica, como a corrupção (clientelismo, compra de votos entre outros.).

2.3 O Código de 32 Entre Valores e Maximização do Poder

Esta seção será dedicada a analisar o caso brasileiro de 1932, através dos modelos analíticos acima apresentados, o que enseja a pergunta: As alterações presentes na legislação eleitoral brasileira, em 1932, podem ser compreendidas por meio de quais modelos analíticos trabalhados ou a reforma presente no código eleitoral de 1932 corresponde a um caso em que as duas explicações já trabalhadas estão presentes?

---

⁵¹ Existem sistemas eleitorais que incentivam o desenvolvimento de organizações partidárias fortes, mas há arranjos eleitorais que afetam, negativamente, o desenvolvimento dos partidos políticos.

⁵² O autor argumenta que um sistema eleitoral deve ser simples em dois aspectos: 1) deve ser simples para os eleitores compreenderem as opções de candidatos e partidos disponíveis 2) deve ser simples no que diz respeito à facilidade de os eleitores expressarem suas preferências, ou seja, deve ser um sistema eleitoral em que seu entendimento seja simples.

A Hipótese da Valorização da Democracia

Esse argumento, construído por boa parte da literatura que será trabalhada nesta dissertação relaciona a intenção dos atores na reforma eleitoral de 1932 ao aspecto da valorização da democracia; e também considera que os agentes políticos responsáveis pela mudança foram uma pequena elite política e intelectual da época. Assim, ao enquadrar essa hipótese na tipologia de Renwick (2010), obtemos o seguinte modelo de hipótese:

Quadro 8. Aspectos da Reforma			
Atores	Valor	Resultado	Estratégia
(I) O Executivo do Governo Provisório (Getúlio Vargas, Tenentistas e Oligarcas Dissidentes);	Democracia.	(I) Representação da Sociedade;	Processo de Escolha do Sistema Democrático.
(II) Subcomissão de Análise Composta por Assis Brasil, João da Rocha Cabral e Mário Pinto Serva;	Democracia	(II) Incentivo à Construção de Efetivos Partidos Políticos.	
(III) Comissão Revisora Presidida pelo Ministro da Justiça Maurício Cardoso;	Democracia		
(IV) Partidos e Lideranças Representados na Constituinte.	Democracia		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos observar que essa hipótese, na tipologia de Renwick (2010), corresponde ao tipo *Elite Majoritary Imposition*, já que todo processo decisório que envolveu a reforma eleitoral ficou nas mãos dos políticos, como será demonstrado ao longo da apresentação do argumento e, ao mesmo tempo, demonstrar também que a motivação que guiou os atores na elaboração da reforma eleitoral foi o interesse em se aprimorar a democracia, através de uma melhor representação da sociedade e da construção de efetivos partidos políticos, que seriam alcançados pela mudança do sistema eleitoral majoritário para o misto⁵³. Explica-se: a intenção dos agentes políticos não é da maximização de poder, mas sim, a do valor da democracia.

No entanto, antes de se aprofundar na hipótese sobre a reforma eleitoral, é necessário reconstruir o debate anterior sobre a política eleitoral da Primeira República. Para melhor entender por que autores como Leal (1975), Franco (1965), Santos (1937), Holanda (2009), Sadek (1995) interpretam essa reforma eleitoral como uma tentativa de os atores aperfeiçoarem a democracia.

Assim, a maioria das interpretações sobre a Primeira República aponta o elemento regional como condição *sine qua non* para se entender a lógica política dinamizada em tal momento, isto é, a força motriz da dinâmica política da época seria os estados somados aos interesses de suas elites, configurando-os como os atores protagonistas do jogo que era jogado no período republicano, no Brasil. A literatura destaca que os atores políticos eram regionais, pois a mentalidade republicana era essencialmente antipartidária, no sentido nacional; o que existia eram partidos estaduais que representavam as oligarquias dos estados. Como pode ser observado neste trecho do trabalho de Souza (1974:187):

---

⁵³ Na época, o sistema de 32 foi classificado na família dos sistemas proporcionais.

“Num sistema onde estavam ausentes os partidos nacionais o encaminhamento sucessório assumia uma forma bastante complexa. A estrutura partidária de cada estado tornava-se fundamental na determinação da importância que competia a cada um deles. A hegemonia do processo, avocada pelos estados de grande força econômica e demográfica, Minas e São Paulo era garantida por suas organizações político – partidárias. Apresentavam quase o mesmo quadro: partido único que absorvia quase totalidade das forças políticas PRP em São Paulo e PRM em Minas (...) De modo geral as representações paulista e mineira formavam os grupos compactos no Congresso Federal.”

Essa mesma compreensão é descrita por Franco (1975:63):

“A primeira República foi, no Brasil, essencialmente anti-partidária, no sentido nacional. Todas as tentativas de formação de partidos nacionais fracassaram ou eram simples coalizões dos partidos estaduais, sendo estes a verdadeira realidade política, oficialmente reconhecida como dogma pelo presidente Campos Sales(...) os famosos PR estaduais representavam as oligarquias dos estados, às vezes o domínio aberto de uma só família, principalmente nos estados do norte”.

Franco (1974) argumenta que a ausência de partidos nacionais, como canais de representação e instrumentos de governo, catalisou a criação de um arranjo institucional que atribuiu uma inovadora lógica ao funcionamento do sistema político da Primeira República, a qual correspondia à política dos governadores cuja lógica consistia em uma correia de trocas entre as forças municipais, estaduais e federais; os primeiros, representados pela figura do chefe político local⁵⁴, os segundos, pelos governadores de estado e o terceiro, pelo presidente da República.

O ator municipal tinha o compromisso de obter os votos necessários ao candidato apoiado pelos governadores e presidente e, assim, ele obtinha autonomia política municipal e conseguia os recursos provenientes do estado. O ator estadual se comprometia com o chefe político municipal, a satisfazer seus interesses e necessidades em troca dos votos, e com o presidente a apoiar os seus candidatos em troca da autonomia política estadual; já o ator federal necessitava do apoio dos estados para conseguir maioria legislativa e, para isso, concedia total independência política aos governadores.

Para Cardoso (1977), esse pacto objetivava atingir, basicamente, três metas. A primeira era a independência entre os poderes com a preeminência do presidente, a segunda é decorrente da primeira, pois se alicerça na ideia de que o legislativo não governa, ou seja, “o poder, que pela natureza de suas prerrogativas, se acha em condição de esclarecer e dirigir, é o executivo”, a terceira era a formação de maiorias parlamentares harmoniosas com o executivo.

O resultado da política dos governadores é apontado por Cardoso (1977: 49):

"(...) sem criar um partido único, deixou que a multiplicidade das oligarquias locais consolidassem o poder em seu âmbito e chamou à presidência a condução das grandes questões, para as quais contava com o apoio incondicional do localismo".

---

⁵⁴ Correspondia o coronel mais poderoso - que detivesse o maior número de votos sobre seu domínio - da região.

Em razão a tal sistema, emerge o “coronelismo” que, de acordo com Leal (1949), consistia no compromisso entre o poder estatal e o poder econômico privado, explicando: a eleição em nível municipal e estadual, na ausência de partidos, conduziu a um mercado entre o estado - fornecedor dos serviços públicos - e os coronéis que disponibilizavam os “votos de cabresto”, como explicita Leal (1949: 43):

“(...) De um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem conduzem tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no estado que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre da graça e poder da desgraça”.

Não obstante, Leal (1949) também destaca a constante prática das fraudes eleitorais. Essas existiam em quatro níveis: no alistamento, no voto, na apuração e na verificação de poderes. No primeiro nível, era muito comum falsificar e criar nomes de eleitores. Isso ocorria com o intuito de se elevar o número de eleitores a votar no candidato situacionista; No segundo nível, era muito comum falsificar as atas eleitorais, visando à fabricação dos votos; o terceiro nível corresponde ao da apuração, quando ocorria falseamento na contabilização dos votos e a fraude no reconhecimento dos diplomas; por ultimo, existia a verificação de poderes, que, de acordo com Ricci e Zulini (2012), era realizada pela chamada comissão dos cinco, que consistia em uma arena decisória formada dentro da câmara dos deputados por quatro parlamentares mais o presidente⁵⁵, que decidiam quais diplomas eram legítimos e quais eram falsos. O critério para tal decisão, a partir de 1898, foi o de considerar a decisão tomada pela maioria das juntas apuradoras. Isso significa que o controle do governo sobre o processo

---

⁵⁵ Até as eleições de 1898, o critério para escolha do presidente da comissão, de acordo com Ricci e Zulini (2012), era baseado na idade, ou seja, o membro mais velho da câmara dos deputados era nomeado presidente e os quatro, aparentemente mais novos, completariam a comissão. Após as eleições de 1898 e a posse de Campos Sales (1898), alterou-se esse critério no regimento, sendo considerado presidente aquele que tivesse exercido esse cargo na câmara de deputados. Esse fato propiciaria ao governo maior controle sobre as ações e decisões dessa comissão.

eleitoral nos estados e municípios - através do “coronelismo”, do “voto de cabresto” e das fraudes eleitorais - lhe propiciava imensa vantagem eleitoral, já que a instância superior com a prerrogativa de reconhecer quais políticos foram legitimamente eleitos tomava sua decisão baseada na decisão da instância inferior, que eram as juntas apuradoras. Assim, o controle sobre elas, através dos mecanismos acima citados, propiciava ao governo total controle sobre todo processo eleitoral, podendo interferir sobre o resultado dele.

Notamos, assim, ao longo dos argumentos desenvolvidos pela literatura, que a Primeira República apresentava um sistema representativo marcado pelo “coronelismo”, pelas fraudes eleitorais e, portanto, pelo falseamento da representação. Isso resultou em um sistema político com duas características marcantes: o elevado situacionismo e a ausência de competição política, como demonstra a tabela abaixo referente às eleições presidências na Primeira República.

Tabela 1: Eleições Presidenciais de 1894 – 1930

Candidato Vencedor	N Votantes (Milhares)	% de Votantes Sobre a População	% dos Votos do Vencedor Sobre Total de Votantes
Prudente de Moraes (1894)	345	2,2	84,3
Campos Sales (1898)	462	2,7	90,9
Rodrigues Alves (1902)	645	3,4	91,7
Afonso Pena (1906)	294	1,4	97,9
Hermes da Fonseca (1910)	698	3	57,9
Venceslau Brás (1914)	580	2,4	91,6
Rodrigues Alves (1918)	390	1,5	99,1
Epitácio Pessoa (1919)	403	1,5	71
Artur Bernardes (1922)	833	2,9	56
Washington Luís (1926)	702	2,3	98
Júlio Prestes (1930)	1.890	5,6	57,7

Fonte: Carvalho (2003).

Como pode ser observado na tabela acima, as eleições na Primeira República, realmente, careciam de competição política, pois, das onze eleições para presidente, que ocorreram nesse período, apenas em três, se observa uma disputa mais acirrada, as eleições de 1910, 1922 e 1930, em que a taxa de votação dos candidatos vencedores não superou o índice de 50% dos votos; nas demais, o candidato vencedor superou a taxa de 70%, o que revela um sistema político em que o espaço para o pluralismo político é praticamente inexistente.

Devido a esse fato, Franco (1974) argumenta que a Primeira República foi a experiência política brasileira que lançou os estados de Minas Gerais e São Paulo à apropriação do poder central e da vida política do país. Para Cardoso (1977), esse experimento da história política brasileira foi marcado pela predominância do executivo, ausência de oposição, de partidos nacionais e domínio das oligarquias.

O argumento acima aponta aspectos da representação política brasileira como: constante prática da fraude eleitoral, ausência de representação das minorias, violência contra o eleitorado, “coronelismo”, entre outros. O mesmo ocorre na reflexão feita por dois membros que participaram da subcomissão responsável pela criação do código eleitoral de 1932. Nas falas desses autores, nota-se a presença de espírito crítico e desejo de mudanças em relação ao sistema representativo.

Um dos principais pensadores e teóricos que tratam desse tema é Assis Brasil, com sua obra (1931) *Democracia Representativa – do voto e do modo de votar*, na qual elabora uma densa reflexão sobre a representação política e sobre como deve ser uma boa representação nas democracias. Nessa obra, o autor faz uma reflexão propositiva de como deveria funcionar o sistema representativo brasileiro para que obtivéssemos aquilo que ele denomina de “verdadeira representação”, superando, assim, os vícios presentes na Primeira República.

Quando analisamos o item relacionado à adoção do sistema misto⁵⁶, notamos a seguinte lógica em seu raciocínio: a de que o princípio da proporcionalidade iria permitir aos grupos minoritários mais organizados, acesso real ao parlamento, os quais

---

⁵⁶ Não será analisada a obra do autor, por completo, pois não faz parte do objetivo desta dissertação fazer um mergulho no pensamento político de Assis Brasil, mas sim, tentar sintetizar alguns pontos interessantes ao tema do trabalho aqui desenvolvido. Para aprofundar o estudo sobre Assis Brasil, consultar Hollanda (2009).

devem ter esse direito garantido, já que o pluralismo de ideias faz bem à democracia representativa.

O processo eleitoral deve garantir duas necessidades, como aponta Assis Brasil (1931: 145):

“O surgimento sem utilização da fraude ou violência de um grupo forte, sólido e capaz de governar e assegurar, ao mesmo tempo, que os grupos minoritários mais organizados também tenham suas vozes ouvidas”.

Portanto, na visão de Assis Brasil, notamos sua preocupação com a representação das minorias, mas não com a representação de todos os grupos políticos minoritários, mas sim, com a daqueles que apresentem organização e coesão suficientes para conseguirem expressão política na sociedade. Aqueles que não se fizerem representar, por indisciplina e falta de organização, não terão direito a se opor ao sistema, pois não é este o culpado, e sim, a própria incompetência desse grupo político.

Assim, para Assis Brasil, a fórmula do quociente eleitoral é a mais eficiente para garantir as duas necessidades acima citadas, com aponta Brasil (1931: 145 – 153):

“Cada opinião tem o direito a tantos representantes quantas vezes mostrar possuir o quociente resultante da divisão do número de votantes pelo de representantes a eleger, as forças que se perderem por não alcançarem o quociente, ou por excederem dele, aumentarão aquela a que tiver de incumbir o poder de deliberar”.

João C. da Rocha Cabral, personagem responsável pela elaboração do código eleitoral de 1932 (relator do projeto), em sua obra de 1929, *Sistemas Eleitorais do ponto de vista da representação proporcional das minorias*, também sai em defesa de uma reforma eleitoral no país, a única maneira de curar a “anemia política” gerada pelos maus processos eleitorais. Assim, Cabral (1929) defende o sistema eleitoral proposto por Assis Brasil⁵⁷, argumentando que o princípio da proporcionalidade do sistema iria aumentar o escopo representativo da sociedade, possibilitando, assim, às minorias chances de serem representadas, além de o sistema de listas partidárias incentivarem a partidarização evitando o modelo partidário da Primeira República.

O argumento acima aparece em Cabral (1929: 43):

“As listas forçariam a formação de partidos ou grupos, que previamente se habilitem para a eleição, propagando suas ideias, apresentando e fazendo inscrever, segundo a lei, suas listas de candidatos para cada eleição”.

---

⁵⁷ Cabral (1929) tece uma crítica ao sistema de Assis Brasil argumentando que seu sistema, apesar de ser um grande progresso para o sistema representativo brasileiro, pecava por não ser um sistema proporcional puro, apresentando critérios majoritários. Ele também critica o critério de quociente eleitoral, em que esse fator favoreceria demais a maioria, em detrimento das minorias, podendo fazer com que as oposições não conseguissem atingir o quociente eleitoral. Assim, tanto o critério majoritário como o quociente eleitoral, na visão de Cabral, poderiam levar ao aniquilamento das minorias.

Cabral resume sua posição em relação ao sistema representativo brasileiro e suas necessidades em quatro pontos (Cabral: 1929: 193 – 196):

- 1) *“Que o sistema legal das eleições, no Brasil é dos mais atrasados, virtualmente falhos e praticamente corrompidos;*
- 2) *Que sua reforma radical se impõe como necessidade inadiável, precisamente para cumprir-se o dispositivo constitucional a respeito da representação da minoria na câmara dos Deputados;*
- 3) *Que, para isso, indispensáveis se tornam uma lei geral e uma política vigorosa, de valorização do eleitor e das assembleias legislativas;*
- 4) *Que são partes essenciais do sistema almejado: alistamento perfeito reforma radical da distribuição das cadeiras da Câmara, escrutínio de lista, por partidos, com aproveitamento dos votos por circunscrições e, si possível, por todo o país, estabelecido também o direito de substituição (modelo alemão); voto absolutamente secreto; garantia de funcionamento das mesas receptoras, sob a direção de juízes; garantia de apuração dos votos e julgamento de questões eleitorais por um tribunal especial.”*

Assim, a interpretação de parte da literatura sobre a reforma eleitoral de 1932 considera que os atores políticos responsáveis pela reforma objetivavam corrigir os problemas no sistema representativo brasileiro, destacados pelos autores acima; explicitando: tinham a intenção de acabar com o “coronelismo”, a fraude eleitoral e com a ausência de oposições, buscando aperfeiçoar a democracia brasileira.

Esse argumento se destaca nas palavras de Santos (1937):

“Toda a vida republicana e mesmo na última fase da monarquia serviram de pressuposto ao código de 1932. Indiscutivelmente, foram os vícios em evidência pela prática das antigas leis, e falsificação das eleições, o sentido antidemocrático das campanhas políticas, a angústia das minorias sufocadas, que contribuíram e prepararam através (de) demorado “processos” o sistema finalmente consagrado no Código de 1932 e ratificado na lei nº 48, de 4 de maio de 1935”.

O argumento do aperfeiçoamento democrático aparece também em Afonso Arinos de Mello Franco (1965), quando afirma que um dos objetivos da adoção da representação mista, no novo código eleitoral, seria o de incentivar a nacionalização dos partidos políticos, evitando o regionalismo presente no experimento político anterior.

Assim, se dá o argumento de Franco (1965:72):

“Ainda na Fumaça e no sangue da Revolução Federalista, Assis Brasil publica o seu ainda hoje admirável livro Democracia Representativa e três anos mais tarde, o outro também valioso estudo Do Governo Presidencial. Em sugestões que seriam então ousadas mesmo para o velho mundo, Assis Brasil recomenda a eliminação completa do sistema eleitoral de 1891, baseado na coação e na fraude das autoridades estaduais, e a adoção do voto proporcional e do quociente eleitoral. Seguindo as idéias ainda mal aceitas de Stuart Mill, o ilustre rio-grandense, sob a aparência de reformas de superfície, estava de fato atingindo a área das reformas de base. Por isso o sistema que preconizava – e acabou prevalecendo com a sua assistência direta no Código Eleitoral de 1933 – significava, de fato, o fim das oligarquias estaduais e o predomínio dos partidos políticos na criação do poder”.

Estudos mais recentes também destacam a importância do Código como momento-chave para o avanço das instituições democráticas brasileiras. Cristina Buarque de Hollanda (2009), ao estudar o tema da representação política na Primeira República até a promulgação do código eleitoral de 1932, segue a mesma linha argumentativa dessa literatura. Para ela, as mudanças e inovações institucionais do novo código eleitoral apresentavam, por parte dos atores políticos envolvidos, o desejo de superação dos vícios eleitorais, presentes na primeira experiência republicana do país.

Esse argumento aparece nos seguintes termos, em Hollanda (2009: 240):

“Uma profunda reforma do voto e da maneira de votar era vista como uma necessidade incontornável da República. Em larga medida, a possibilidade de superação dos erros passados baseava-se na expectativa de que uma nova forma eleitoral pudesse habilitar um novo modo de existência política”.

Assim, ao dissertar sobre o tema da representação mista presente no novo código, Hollanda (2009) argumenta que, ao introduzir o princípio da proporcionalidade no processo eleitoral, Assis Brasil objetivava superar a problemática da representação das minorias, buscando atribuir aos grupos políticos minoritários uma expressão política mais refinada e substancial, ou seja, a introdução de um mecanismo mais sofisticado⁵⁸, de conversão de votos em mandatos; visava, com isso, não tornar a representação política do país um espelho da sociedade brasileira⁵⁹, mas oferecer chances reais às minorias de serem representadas.

Com a introdução da proporcionalidade no processo eleitoral, Assis Brasil viria a sanar um problema que tinha sido uma de suas principais bandeiras políticas durante a Primeira República, o acesso dos grupos políticos minoritários à representação parlamentar, ou seja, a autêntica representação política da sociedade. Por isso, na interpretação de Hollanda (2009), os atores políticos envolvidos no processo da reforma eleitoral em 32 tinham como motivação corrigir as distorções presentes na nossa representação política, oferecendo, de fato, às minorias chances reais de acesso ao parlamento.

---

⁵⁸ A autora utiliza o termo “mais sofisticado”, pois, na Primeira República, já haviam sido utilizados mecanismos, como o voto cumulativo, lei do terço, entre outros, como tentativa de dar expressão às minorias.

⁵⁹ Até porque o sistema proposto e instituído no código não era proporcional puro, mas sim, híbrido, visto que o primeiro turno obedecia aos critérios de proporcionalidade (quociente eleitoral e partidário), mas o segundo turno era simplesmente majoritário.

Sadek (1995) também argumenta que o código de 1932 foi criado no sentido de moralizar o processo eleitoral brasileiro. A autora dedica seu argumento ao estudo da justiça eleitoral e explicita que a criação desta foi fruto da motivação dos atores revolucionários de reduzir a violência das disputas eleitorais e de atingir a “verdade eleitoral”, através do combate às fraudes, tão recorrentes na Primeira República. Para tanto, a autora argumenta que as eleições deveriam ser blindadas da influência dos atores políticos e que a criação de uma instituição neutra seria a estratégia mais viável, naquele momento.

Notamos, portanto, ao longo do debate travado na literatura sobre a política eleitoral da Primeira República e também sobre as motivações que levaram a uma profunda reforma das nossas instituições eleitorais em 1932, um ponto comum, ou seja, foram os vícios presentes em nosso sistema representativo, naquele momento, um dos principais instrumentos institucionais que permitiu às oligarquias obter o monopólio político, excluindo, quase que completamente, a existência de oposições e prejudicando, por isso, a nossa prática democrática.

Como aponta Leal (1975: 235):

“Tão visivelmente defeituosa era a prática do nosso sistema representativo que os estadistas, legisladores e escritores políticos do Império e da Primeira República costumavam atribuir-lhe a principal responsabilidade pelos males do Regime.”

Assim, a interpretação desses autores para as reformas eleitorais de 1932 é a de que a elite política, alijada do poder na Primeira República, ao assumir o poder, com a Revolução de 30 de outubro de 1930, procura, via mudança das instituições eleitorais, corrigir os defeitos de nosso sistema representativo, o principal fator prejudicial à nossa democracia⁶⁰.

---

⁶⁰Especificamente em relação ao tema aqui estudado, para essa literatura, a substituição da representação majoritária pela proporcional iria produzir efeitos benéficos à nossa prática democrática,

Como aponta Leal (1949: 230):

“Tendo erigido a moralização do nosso sistema representativo em um de seus máximos ideais, a revolução vitoriosa de 3 de outubro procurou cumprir a promessa com o código eleitoral, aprovado pelo decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932”.

2.4 Em busca de uma hipótese alternativa sobre a reforma de 1932

Esta seção se dedicará a apresentar um argumento complementar à hipótese apresentada acima, em que o elemento adicional reside em questionar a intenção dos atores políticos ao reformarem as instituições eleitorais, procurando colocar em evidência, se, realmente, o que estava por trás da decisão dos atores de mudar as instituições eleitorais era apenas a busca do aperfeiçoamento do nosso sistema representativo e, conseqüentemente, o aprimoramento de nossa democracia.

O argumento adicional reside em questionar a hipótese anterior, uma vez que ela “olha” apenas para a cena política e, sobretudo, para o papel das ideias; e, em cima do que observa nelas, passa a fazer deduções do porquê da reforma eleitoral, ou seja, com base na interpretação das obras⁶¹ dos personagens envolvidos na reforma, deduzem –se os objetivos e motivações que moveram os atores a optarem pela mudança da legislação eleitoral. A crítica principal que deve ser, então, levantada, diz respeito ao fato de que a explicação tradicional negligencia o jogo político e os interesses envolvidos no período 1922 – 1937, assim como, também, os resultados eleitorais provenientes das eleições de 1933 para a constituinte e, 1934, para a câmara federal e constituintes estaduais.

Em resumo, o argumento adicional é que as intenções demonstradas ao público nem sempre são as reais intenções dos atores, pois o jogo político que está por trás daquilo que aparece na cena política pode revelar os reais interesses contidos nas ações

---

como a justa representação da sociedade através da representação das minorias e também e o voto em lista, o que fortaleceria nossas instituições partidárias.

⁶¹ Refiro-me à “Democracia Representativa – do voto e do modo de votar de João Francisco de Assis Brasil; e a “Sistemas Eleitorais do ponto de vista da representação proporcional das minorias”, de João C. da Rocha Cabral.

dos atores envolvidos em um processo de reforma do sistema eleitoral; ainda mais, tratando-se desse tipo de instituição, tão importante para a distribuição de capital político.

Assim, a tabela abaixo sintetiza a proposta alternativa, à luz do modelo analítico de Renwick (2010).

Quadro 9. Aspectos da Reforma			
Atores	Objetivo	Resultado	Estratégia
(I) O Executivo do Governo Provisório (Getúlio Vargas, Tenentistas e Oligarcas Dissidentes); (II) Subcomissão de Análise Composta por Assis Brasil, João da Rocha Cabral e Mário Pinto Serva; (III) Comissão Revisora Presidida pelo Ministro da Justiça, Maurício Cardoso; (IV) Partidos e Lideranças Representados na Constituinte.	Reestruturar o sistema partidário e construir uma alternativa a Primeira República	Reconfiguração do Sistema Partidário.	Atrair Potenciais Aliados de Outros Partidos Políticos.

Fonte: Elaborado pelo autor

Assim, o argumento complementar corresponde, no modelo de Renwick (2010), ao tipo *Elite Majoritary Imposition*. Já entre os dois tipos de motivação apresentadas na tipologia, observamos, no quadro acima, o interesse dos atores⁶² na busca pela maximização de poder. Em relação ao objetivo, se nota a proposta de construção de um sistema partidário alternativo ao da Primeira República, através da adoção de instituições eleitorais que produzissem efeitos que resultassem em uma reconfiguração do sistema partidária; todavia, a estratégia que esses atores terão que trilhar, objetivando

⁶² Nesse caso, corresponde, na tipologia de Renwick (2010), à busca de maximização de poder por indivíduos ou grupo de políticos.

a concretização de seus interesses, residirá, também, na capacidade deles em conseguir atrair potenciais aliados para os novos partidos.

Como já trabalhado no argumento da hipótese clássica, notamos uma interpretação geral de que a Primeira República foi marcada pelo monopólio político dos partidos republicanos e dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Assim, a consideração a se fazer é que Getúlio e o grupo político que o apoiou fizeram a revolução visando obter maior influência sobre o sistema político. Para que esse objetivo se concretizasse, seria necessário enfraquecer, politicamente, as oligarquias⁶³, através da eliminação dos recursos que as sustentavam no poder, um desses era o monopólio político dos partidos republicanos, conseguido graças à fraude e ao sufocamento das minorias, produzido pelo sistema eleitoral majoritário⁶⁴.

Portanto, Getúlio, com seu grupo político de apoio, objetivando ganhar espaço no sistema político pós-revolução, decide enfraquecer, politicamente, as oligarquias, através da substituição das instituições eleitorais, que garantiam aos partidos republicanos vitórias unânimes, por outro arranjo institucional capaz de quebrar os recursos políticos que sustentavam o predomínio político delas. Assim, a implantação do código eleitoral de 1932 seria um desses elementos, pois suas inovações institucionais possibilitariam chances reais de representação a grupos minoritários e, como consequência, o aumento no número de forças políticas, o que poderia levar a uma reconfiguração do sistema partidário, que favoreceria a construção de uma base política de apoio ao governo provisório⁶⁵.

A lógica do argumento que serve de complemento à explicação clássica é que a adoção do novo código eleitoral não objetivava apenas fortalecer nossa democracia, mas também, enfraquecer as oligarquias através da reconfiguração do sistema partidário. Além do mais, como aponta o modelo de Renwick (2010), aqui adotado, o efeito de se reconfigurar o sistema partidário não é fruto apenas da mudança do sistema eleitoral,

---

⁶³ Já que essa era o principal inimigo político do grupo revolucionário de 1932. Essa afirmação é de fácil conclusão sabendo que a revolução foi feita contra o predomínio político dessa oligarquia.

⁶⁴ Como visto na literatura trabalhada no capítulo anterior.

⁶⁵ É sabido, na literatura de Ciência Política, que o aumento no número de partidos efetivos, no parlamento, dificulta a formação de uma base política estável, no entanto, na situação acima, essa lógica se inverte, porque as novas forças políticas que poderiam surgir abririam espaço de articulação a Getúlio lhe oferecendo espaço político para ganhar influência sobre o sistema político. Em contrapartida, a situação partidária anterior, em que o número de partidos era menor, mas a posição política destes era contrária ao do governo provisório, constrangia o espaço de manobra de Getúlio e, consequentemente, retirava dele a capacidade de influenciar o sistema político.

mas, também, de uma ação contingencial dos atores envolvidos nesse processo, para conseguir incentivar a criação de novos partidos políticos e atrair aliados para essas novas agremiações.

Assim, as reformas eleitorais, presentes no código eleitoral de 1932, não podem ser interpretadas, somente, pela motivação dos atores políticos em fortalecer nossa democracia através da moralização do processo eleitoral, porque, além desse objetivo, estava o projeto do governo provisório de enfraquecimento político das oligarquias, através da eliminação dos recursos que as sustentavam no poder, como o excessivo regionalismo, a falsa representação e o monopólio político dos partidos republicanos, como destacam Souza (1990), Gomes (1974), Octávio (1984).

Um fato que confirma o objetivo acima é revelado pelos próprios antecedentes políticos dos três integrantes responsáveis pela realização da reforma eleitoral, começando pelo líder da Subcomissão da lei e processos eleitorais, Assis Brasil, com um histórico político marcado pela contestação ao sistema representativo da Primeira República:

Como aponta (Pires 2009: 51 *Apud* Ribeiro 2001: 136 – 138):

“Assis Brasil era o líder do Partido Libertador, herdeiro dos Federalistas do início da República e das guerras civis do Rio Grande do Sul. Sua luta fora sempre contra a fraude e pela verdade eleitoral. Do início da República, em 1889, até a eleição de Getúlio Vargas para o governo do Rio Grande do Sul, quase quarenta anos depois, em 1928, os federalistas e depois os libertadores denunciaram a mentira eleitoral da República Velha”.

Assim, a maior parte da literatura interpreta esse histórico de contestação ao sistema representativo da Primeira República como reflexões e proposições desprovidas de motivação política, cujo interesse era apenas corrigir as falhas de nosso sistema representativo. No entanto, como aponta Antonacci (1981), Assis Brasil fazia parte da classe dominante gaúcha, marginalizada do poder, naquele momento.

Essa afirmação aparece nestes termos em Antonacci (1981: 107)

“Assis Brasil, dissidente do PRR num sistema de poder que não dava espaço para a atuação das oposições, preocupou-se em debater os fundamentos da situação política vigente”.

Explicitando: Antonacci (1981) destaca que, ao longo da Primeira República, Assis Brasil sempre esteve do lado da oposição em seu estado. Logo no início da República, ele se torna dissidente do Partido Republicano Rio Grandense (PRR) e se filia ao Partido Federalista, que fazia oposição ao PRR; depois se tornou integrante do Partido Democrático e, por fim, se tornou líder do Partido Libertador, sendo ferrenho opositor do presidente do estado e do PRR (Borges de Medeiros). Brasil sempre contestou o monopólio político do PRR defendendo o rodízio no poder e a representação das minorias, até que, em 1923, após se candidatar ao governo do estado por uma coligação oposicionista e sair derrotado dela⁶⁶, se rebelou e organizou a Revolução de 1923, que, a princípio, não conseguiu seu objetivo (a quebra do monopólio político borgista e de seu partido), mas preparou o terreno para a vitória de Getúlio Vargas, em 1928, para presidente do estado.

Trindade (1979) também argumenta que Assis Brasil, além de ser oposição ao governo estadual, também apresentava a mesma postura política no plano nacional, tendo apoiado todas as candidaturas civis de oposição à Presidência da República. Esse comportamento ganha maior relevância após a revolução de 1923, quando funda a Aliança Libertadora no Rio Grande do Sul (coligação das forças oposicionistas do estado⁶⁷) e lidera a aliança dela com o Partido Democrático de São Paulo⁶⁸ e com o Partido Democrático Socialista (PDS), do Rio de Janeiro. Em 1926, fundam um partido

---

⁶⁶ Acusou ter havido fraude nas eleições.

⁶⁷ Composta por integrantes do Partido Libertador e de dissidentes do PRR.

⁶⁸ Partido opositor ao PRP.

de oposição nacional, o Partido Democrático Nacional (PDN), com propostas políticas alternativas às das oligarquias dominantes⁶⁹.

Em relação a João C. da Rocha Cabral, Pires (2009) argumenta que ele não apresenta uma trajetória política tão rica como a de Assis Brasil, sendo uma figura mais restrita à política piauiense, tendo, como único cargo político, a cadeira de deputado federal, no ano 1920. No entanto, quatro anos depois, por ser do partido de oposição em seu estado, passa a sofrer com a lógica política reinante na Primeira República.

Isso se evidencia nas palavras de Cabral (1929: 11):

“Quando, em 1924, pela última vez nos dirigimos ao eleitorado piauiense rogando-lhe a honra dos seus sufrágios, para uma reeleição, que o despotismo então reinante no estado ‘consentira’ até às vésperas dos trabalhos eleitorais, e logo sorrateiramente ‘proibiu’ com imprudência descomunal, mandando substituir nosso nome nas votações, pelo de um adolescente e desconhecido testa de ferro, que deveria guardar, como de fato guardou, a cadeira na câmara, para o governador saliente...”

A partir desse episódio político, Pires (2009) aponta que Cabral começa a escrever artigos em jornais da época⁷⁰ comparando as regras eleitorais de outros países com as do sistema eleitoral brasileiro, procurando argumentar sobre a falência de nosso sistema representativo. Esses artigos deram substância a Cabral para que, no ano de 1929, ele publicasse o livro já trabalhado aqui, “Sistemas eleitorais do ponto de vista da Representação Proporcional⁷¹”.

---

⁶⁹ Após esse fato, Assis Brasil participa da Aliança Liberal e da Revolução de 1930.

⁷⁰ Jornais como o Imparcial do Rio de Janeiro entre outros.

⁷¹ As críticas feitas por Cabral ao modelo vigente na Primeira República já foram expostas no capítulo dois, na seção em que foi apresentada a hipótese sobre a valorização da Democracia.

Já o terceiro integrante, que acabou não participando dos trabalhos da subcomissão por motivos de saúde, foi o paulista Mário Pinto Serva, também ligado a forças políticas oposicionistas na Primeira República. De acordo com Pires (2009), foi um dos fundadores do PD de São Paulo e, mais tarde, juntamente com Assis Brasil, liderou o processo de fusão entre a Aliança Libertadora e o PD, para que, em 1927 fosse fundado o PDN. De acordo com Porto (2000), Serva também apresentava estudos ligados ao sistema eleitoral, sendo que, em 1931, durante os trabalhos da Subcomissão, ele publica a “Reforma Eleitoral”, mencionando vários pontos que já haviam sido propostos pelos demais integrantes da subcomissão acima citados e que estariam presentes no código de 1932, como: Voto Secreto, Sufrágio Universal, Representação Proporcional, entre outros.

Portanto, como podem ser observados, os responsáveis pela reforma da legislação eleitoral apresentam antecedentes políticos condizentes com os objetivos do governo provisório por serem eram antigos opositores dos partidos republicanos e dos instrumentos que os sustentavam no poder. Assim, esses personagens eram figuras dúbias, pois, ao mesmo tempo em que eram especialistas em sistemas eleitorais e propunham fórmulas para a “boa representação”, eram, politicamente, engajados e tinham interesses políticos. Colomer (2005) argumenta que esses tipos de autores foram figuras comuns nessa época, em que seus “livros eram obras engajadas com um modelo inventado por um acadêmico politicamente motivado”.

A afirmação acima é assim posta por Colomer (2005: 3 e 29):

“Esses autores, junto com ativistas e líderes políticos começaram a buscar sistemas eleitorais alternativos que fossem capazes de atraparalhar os partidos únicos de varrer seus adversários e produzir vitórias excludentes”.

Em vista disso, podemos destacar que as propostas de representação política feitas por Assis Brasil, Cabral e Serva, em suas obras sobre o assunto, não eram modelos interessados em apenas aperfeiçoar o sistema representativo brasileiro; mas também, apresentavam uma motivação política, já que eles queriam propor alterações

no sistema eleitoral, em um período em que seus interesses políticos estavam substancialmente ligados ao modelo de sistema eleitoral vigente, porque, opositores dos partidos republicanos na Primeira República e adeptos da Revolução de 30⁷², eles e o governo provisório tinham a ganhar com a mudança do sistema eleitoral.

Como aponta Vale (2009: 46):

“A criação dessa instituição⁷³ se deu em meio a uma luta entre facções oligárquicas que tinham como único objetivo conquistar o poder do Estado... As fraudes eleitorais eram praticadas por todos, sem exceção. Assis Brasil, por exemplo também se beneficiou de fraudes eleitorais”.

Assim, como destaca Renwick (2010), esses personagens atuaram como lideranças políticas que utilizaram seus conhecimentos sobre o assunto a fim de criar uma visão sobre o assunto e angariar apoio político para elas, procurando apresentar suas posições como a melhor opção para o funcionamento da democracia e deslegitimar a situação política que queriam contestar⁷⁴, argumentando que esta correspondia ao grande mal da política brasileira. Por isso, podemos destacar o fato de Vargas ter passado a eles a responsabilidade da reforma eleitoral, não porque tivessem como único objetivo melhorar nosso sistema representativo e nossa democracia⁷⁵, mas, também, porque essas figuras eram atores políticos com interesses na reforma e, conseqüentemente, no enfraquecimento político dos partidos republicanos.

Como pode ser observado, ao longo do argumento acima, os atores envolvidos na elaboração do código eleitoral de 1932 tinham dois objetivos que se completam: primeiro, corrigir as mazelas presentes no nosso sistema representativo, e segundo, (como o principal inimigo político dos revolucionários eram os que se beneficiavam, politicamente, dessas mazelas) substituir as instituições eleitorais da Primeira República, o que era fundamental para o enfraquecimento das oligarquias e

---

⁷² Como foi Assis Brasil, o grande líder nesta subcomissão.

⁷³ A autora se refere à criação da justiça eleitoral, mas o mesmo raciocínio serve para o sistema eleitoral.

⁷⁴ Refiro-me ao processo eleitoral da Primeira República.

⁷⁵ Como apontam suas obras.

concretização dos objetivos do grupo que assume o poder com o advento da revolução de 1930.

Portanto, pode-se observar naquilo que existe na literatura sobre a promulgação do código eleitoral de 1932 que os atores políticos, revolucionários, intencionavam, com a reformulação das instituições eleitorais, alterar o modelo representativo imperante no primeiro experimento republicano brasileiro, principalmente, acabar com as fraudes eleitorais, a violência contra o eleitor, a ‘monopartidarização’ estadual e o regionalismo, elementos que consolidavam o poder das oligarquias.

É por isso que o argumento desenvolvido acima pode se encaixar como uma possível explicação para a mudança observada no quadro partidário pós-Revolução de 30, já que, como posto, os atores revolucionários objetivavam, com a promulgação do código, corrigir defeitos em nosso sistema representativo, o que incluía alterações na lógica partidária da Primeira República; primeiro, em seu caráter regionalista⁷⁶ e segundo, na ausência de um pluralismo partidário, visto que os partidos republicanos monopolizavam a cena política, nesse período, e não abriam espaço para a atuação das minorias; questões que, de acordo com o argumento desenvolvido, poderiam ser resolvidas pelas novas instituições eleitorais.

Franco (1974) é um dos estudiosos da política que diz que as alterações presentes no código decorrem das mudanças do quadro partidário no período pós-Revolução de 30. Essa afirmação aparece nos seguintes termos em Franco (1974: 63):

---

⁷⁶ Lembrando que o quadro partidário não se nacionalizou pós-código eleitoral.

“O Código não promoveu, porém, a criação de organizações partidárias nacionais e por isso mesmo, as eleições para a constituinte de 1934 se processaram nos velhos moldes do partidarismo estadual. Houve, contudo, uma diferença, que foi a divisão interna dos Estados. Com efeito, as garantias acima consignadas permitiram às oposições estaduais, uma liberdade de ação desconhecida no velho presidencialismo de ‘apoios incondicionais’ e das unanimidades forjadas na ata falsa e no chanfalho da polícia.”

Assim, o capítulo 3 irá mapear todo jogo político que está por trás da reforma eleitoral de 1932 e tentará associar o quanto ele influenciou as inovações institucionais presentes no código e, conseqüentemente, o modelo partidário adotado no período pós-Revolução de 30, além de mostrar as alterações que ocorreram na estrutura partidária nos três pleitos ocorridos no período.

Capítulo 3. A Dinâmica Política Pós – Revolução de 30

Neste capítulo, será reconstruído o jogo político que ocorreu entre os grupos envolvidos na disputa para construção do novo marco institucional brasileiro e elaborar um link dos constrangimentos emergentes dessa disputa e as decisões tomadas pelo Governo Provisório, ou seja, este capítulo irá identificar os atores, seus interesses, e colocar ‘lupa’ sobre a disputa entre as várias facções políticas envolvidas na reconstrução das instituições políticas brasileiras e verificar se ela influenciou as escolhas do governo provisório.

Não obstante, antes de nos atermos ao pretendido neste capítulo, é necessário mapear os principais acontecimentos pós- Revolução de 30, como posto no quadro abaixo:

Quadro 10. Cronograma pós-Revolução de 30	
Fato Político	Período
Revolução de 1930	3 a 24 de outubro de 1930
Reorganização Partidária do País	24 de outubro de 1930 a 15 de novembro de 1933
Instalação da Subcomissão da Reforma da Lei e Processos Eleitorais	4 de maio de 1931
Promulgação do Novo Código Eleitoral	24 de fevereiro de 1932
Revolução Constitucionalista	9 de julho a 23 de setembro de 1932
Eleições para a Constituinte	3 de maio de 1933
Instalação da Constituinte	15 de novembro de 1933
Promulgação da Nova Constituição	16 de julho de 1934
Instalação da Comissão Legislativa Responsável pela revisão do Código	24 de agosto de 1934
Eleições para a Câmara dos Deputados e Constituintes Estaduais	14 de outubro de 1934
Promulgação da lei Nº 48 referente à nova reforma eleitoral	4 de maio de 1935

Fonte: Elaborado pelo Autor.

3.1 O Jogo Político Pós - Revolução de 30

O período compreendido no pós-Revolução de 30 até o da pré-instalação da Constituinte de 33 é, de acordo com a literatura, marcado por grande instabilidade em relação ao cenário político vigente. Gomes (1974) argumenta que o período de 1930–1932 é marcado pelos conflitos de interesse que começam a emergir entre os atores que compunham a aliança liberal, porque, de um lado, se encontrava o grupo dos tenentes com um projeto de centralização política, cuja base ideológica residia na negação das instituições liberais e, de outro, as oligarquias dissidentes, com o objetivo de reformar as instituições que existiam na época.

O contexto da Constituição elaborada pelo governo provisório⁷⁷ favorece o fortalecimento do Tenentismo, que passa a influenciar, substancialmente, as decisões programáticas do governo. Esse fato provoca um incomodo nas oligarquias, já que os tenentes e Getúlio, objetivando efetuar uma centralização política⁷⁸, iniciam ações no sentido de eliminar os principais obstáculos à consecução dela: o regionalismo e os tradicionais partidos estaduais republicanos. Isso provoca uma cisão na base de apoio do governo provisório, colocando, assim, de um lado, as oligarquias do Centro-Sul e, de outro, o Tenentismo e as oligarquias do Norte-Nordeste.

Assim, o esboço do conflito político travado nesse momento é o seguinte: de um lado, parte das oligarquias que apoiaram Getúlio, no processo revolucionário, e as tradicionais oligarquias derrotadas na Revolução de 30⁷⁹ - ambas favoráveis à constitucionalização do país, e de ideologia liberal - e de outro, os tenentes contrários à constitucionalização do país e avessos às instituições liberais, inclusive aos partidos políticos.

---

⁷⁷ Sob a liderança de Getúlio Vargas.

⁷⁸ Meio pelo qual seria possível executar um programa revolucionário.

⁷⁹ Essa corresponde às oligarquias paulista e parte das oligarquias que apoiaram Getúlio no processo revolucionário: as do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia.

Essa dinâmica do conflito entre essas forças políticas é apresentada por Gomes (1974):

“Buscando recuperar a hegemonia, as oligarquias desencadearam todo um processo de campanha e de pressão pela volta do país, ao regime constitucional. Processo que possibilitaria a reativação de seus instrumentos políticos antigos e abriria um campo de atuação política fechado com a nova ordem dominada pelos tenentes. (...) Para os tenentes, a questão residia na definição de uma estratégia de conquista de uma base social de apoio político, sendo que, as oligarquias já tinham suas bases de apoio e controlavam os partidos regionais”.

Desenha-se esse conflito dentro do próprio governo provisório, devido ao processo de fortalecimento do Tenentismo no interior dele, o que gerou descontentamento em parte dos oligarcas dissidentes apoiadores da revolução. O crescimento político do Tenentismo se verifica quando olhamos para a quantidade de postos importantes do governo ocupados por elementos ligados ao movimento tenentista. A tabela abaixo mostra os ministros do governo provisório até 1935⁸⁰:

---

⁸⁰ Os procedimentos de coleta e classificação estarão expostos no anexo, posto no fim da dissertação, mais precisamente na nota metodológica 3.

Tabela 2. Composição Ministerial de 1930 – 1935.

Período	Nome	Ministério	Grupo Político
1930 - 1932	Assis Brasil	Ministro da Agricultura	Republicano Liberal
1932 - 1934	Juarez Távora	Ministro da Agricultura	Tenentista
1934 - 1937	Odilon Braga	Ministro da Agricultura	Oligarca Dissidente
1930 - 1932	Francisco Campos	Ministro da Educação e Saúde Pública	Oligarca Dissidente
1933 - 1934	Washington Pires	Ministro da Educação e Saúde Pública	Oligarca Dissidente
1934 - 1945	Gustavo Capanema	Ministro da Educação e Saúde Pública	Tenentista
1930 - 1931	José Maria Whitaker	Ministro da Fazenda	Republicano Liberal
1931 - 1934	Osvaldo Aranha	Ministro da Fazenda	Tenentista
1934 - 1945	Arthur Costa	Ministro da Fazenda	Burocrata
1930 - 1931	José de Castro	Ministro da Guerra	Tenentista
1932 - 1933	Augusto Cardoso	Ministro da Guerra	Tenentista
1934 - 1935	Góis Monteiro	Ministro da Guerra	Tenentista
1930 - 1931	Osvaldo Aranha	Ministro da Justiça e Negócios Interiores	Tenentista
1931 - 1932	Mauricio Cardoso	Ministro da Justiça e Negócios Interiores	Republicano Liberal
1932 - 1934	Francisco A. Maciel Júnior	Ministro da Justiça e Negócios Interiores	Republicano Liberal
1934 - 1937	Vicente Rao	Ministro da Justiça e Negócios Interiores	Republicano Liberal
1930	José de Noronha	Ministro da Marinha	Tenentista
1930 - 1931	Conrado Heck	Ministro da Marinha	Tenentista
1931 - 1935	Protógenes Guimarães	Ministro da Marinha	Tenentista
1930 - 1933	Afrânio de Mello Franco	Ministro das Relações Exteriores	Oligarca Dissidente
1934 - 1937	José Carlos Soares	Ministro das Relações Exteriores	Republicano Liberal
1930 - 1932	Lindolfo Collor	Ministro do Trabalho Comércio e Indústria	Oligarca Dissidente
1932 - 1934	Joaquim Pedro Salgado	Ministro do Trabalho Comércio e Indústria	Tenentista
1934 - 1937	Agamenon Magalhães	Ministro do Trabalho Comércio e Indústria	Tenentista
1930 - 1934	José Américo de Almeida	Ministro da Aviação e Obras Públicas	Tenentista

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se, na tabela acima, que do total de 25 ministros que passaram pelas pastas ministeriais, no período de 1930 – 1935, 13 tinham vínculo com o grupo tenentista, um total de 52%. Já em relação aos demais grupos que compunham o governo provisório, 6 eram Republicanos Liberais, contabilizando 24% e 5 eram Oligarcas Dissidentes, contabilizando 20% e, por fim, 1 burocrata, que contabiliza 4%, ou seja, mesmo somando os dois grupos acima, o valor não equivale à porcentagem obtida pelos tenentes em relação ao número de ministérios. Portanto, é bastante expressiva a influência política tenentista no governo provisório.

Esse espaço político preenchido pelos tenentistas no governo provisório fica mais evidente quando olhamos para o quadro de interventores indicados por Vargas até 1935, como mostra a tabela abaixo⁸¹:

⁸¹ Os procedimentos de coleta e classificação estarão expostos no anexo, posto no fim da dissertação, mais precisamente na nota metodológica 3.

Tabela 3. Interventores Indicados Por Vargas de 1930 – 1935.

UF	Interventor	Período no Cargo	Grupo Político
AC	Francisco P. Assis Vasconcelos	1930 - 1934	-
AL	Hermilio de Freitas Melro	1930 - 1931	Tenentista
AL	Tasso de Oliveira Tinoco	1931 - 1932	Tenentista
AL	Francisco Afonso de Carvalho	1933 - 1934	-
AL	Osman Loureiro de Farias	1934 - 1935	Não pertence a grupos políticos
AM	Álvaro Botelho Maia	1930 - 1933	Republicano Liberal
AM	Nelson de Melo	1933 - 1935	Tenentista
BA	Juracy Magalhães	1931 - 1937	Tenentista
CE	Roberto Carlos V. C. de Mendonça	1931 - 1934	Tenentista
DF	Adolfo Bergamini	1930 - 1931	Republicano Liberal
DF	Pedro Ernesto Batista	1931 - 1934	Tenentista
ES	João PunaroBley	1930 - 1943	Tenentista
GO	Pedro Ludovico Teixeira	1930 - 1934	Oligarca Dissidente
MA	Lorival Seroa da Mota	1931 - 1933	-
MA	Antônio Martins de Almeida	1933 - 1935	Tenentista
MG	Olegário Maciel	1930 - 1933	Oligarca Dissidente
MG	Benedito Valadares	1933 - 1945	Oligarca Dissidente
MT	Artur Antunes Maciel	1931 - 1932	Tenentista
MT	Leônidas Antero de Matos	1932 - 1934	Oligarca Dissidente
PA	Joaquim de Magalhães C. Barata	1930 - 1935	Tenentista
PB	Antenor de França Navarro	1930 - 1932	Civil ligado à Revolução de 30
PB	Gratuliano da Costa Brito	1932 - 1934	Oligarca Dissidente
PE	Carlos de Lima Cavalcanti	1930 - 1935	Tenentista
PI	Landry Sades Gonçalves	1931 - 1935	Tenentista
PR	Mário Alves M. Tourinho	1930 - 1931	Tenentista
PR	Manuel Ribas	1931 - 1945	Civil ligado à Revolução de 30
RJ	Plínio Casado	1930 - 1931	Tenentista
RJ	Ari Parreiras	1931 - 1935	Tenentista
RN	Bertino Dutra da Silva	1932 - 1933	Tenentista
RN	Mário Leopoldo P. da Câmara	1933 - 1935	Civil ligado à Revolução de 30
RN	Hercolino Carcado	1931 - 1932	Tenentista
RS	Flores da Cunha	1930 - 1937	Tenentista
SC	Ptolomeu de Assis Brasil	1930 - 1932	Tenentista
SC	Aristiliano Ramos	1933 - 1935	Tenentista
SE	Augusto Maynard Gomes	1930 - 1935	Tenentista
SP	João Alberto Lins de Barros	1930 - 1931	Tenentista
SP	Valdomiro Castilho de Lima	1932 - 1933	Tenentista
SP	Armando Sales de Oliveira	1933 - 1935	Republicano Liberal

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se, na tabela acima, que de um total de 36 interventores indicados por Vargas, 23 eram vinculados ao grupo dos tenentistas, contabilizando um percentual de 64%. Em relação aos outros grupos, temos 3 interventores ligados aos Republicanos Liberais, contabilizando um percentual de 9 %; já os Oligarcas Dissidentes tiveram 5 interventores nesse período, contabilizando um percentual de 14% e, por fim, temos 3 interventores que não estavam vinculados a grupos políticos que contabilizam 9%, dos outros 4%, não foram encontrados dados suficientes para classificá-los de acordo com essa tipologia, ou seja, novamente somando o grupo dos Republicanos Liberais com o dos Oligarcas Dissidentes e dos sem vínculo político, temos um percentual de 32%%, exatamente a metade do valor de interventores tenentistas, dado que revela a força política desse grupo sobre o Governo Provisório.

Isso aparece neste trecho da obra de Silva (1967):

“ De 3 de Novembro de 1930 a 9 de Julho de 1932, o tenentismo foi uma força em ascensão, seria a corrente renovadora, enquanto os políticos forjavam pela reconstitucionalização imediata com o apoio cada vez maior, das situações depostas”.

Os dados acima revelam o grande espaço político conquistado pelos tenentistas no Governo Provisório, ou seja, o grupo dos tenentes influenciava as decisões a serem tomadas naquele momento. Isso fica mais evidente em relação à questão da reorganização partidária. Notamos, pela movimentação dos atores políticos e pelas tentativas realizadas, que o projeto partidário do Governo Provisório, para o país, passava pela criação de uma agremiação partidária nacional, objetivando eliminar o regionalismo que nutria os tradicionais partidos republicanos. Esse pensamento objetivando combater o regionalismo partidário, era uma visão claramente tenentista avessa ao conceito partidário regionalista da Primeira República, como se revela neste trecho do tenentista Paim Vieira transcrito por Souza (1990: 66 – 67):

“(...) Partido é o inimigo nato da harmonia social. Porque ‘partido’ é um conjunto de indivíduos de interesses semelhantes que disputam a posse do estado para dirigi-lo segundo suas exclusivas conveniências, sem atender aos interesses de mais ninguém (...) são simples agregados de clãs organizados para a exploração das vantagens do poder; meras associações de interesses privados ou delegações de pequenas oligarquias politicantes.”

Esse projeto tenentista de construção de uma agremiação nacional interessava aos objetivos de Vargas, já que, como argumenta Souza (1990), “os partidos políticos por serem organizações estaduais eram considerados mecanismos que haviam contribuído para o fortalecimento do regionalismo, para descentralização política e, conseqüentemente, para a perpetuação do poder das oligarquias”.

É a partir do descrito acima que temos que entender as várias tentativas feitas, na época, para a criação de uma agremiação nacional. Vale lembrar, aqui, a Liga Nacional, a Legião de Outubro e o Clube 3 de Outubro, mesmo que nenhuma delas tenha vingado. Após a Revolução Constitucionalista de 1932, Juarez Távora (líder dos estados do Norte e Nordeste) retoma esse projeto e procura se articular, primeiramente, com as lideranças estaduais do Norte e Nordeste, a formação de um partido nacional, como aponta outro importante líder do Norte, Lima Cavalcanti, neste trecho transcrito por Gomes (1974: 362):

“O Norte não deve esquecer que no Sul (...) os velhos partidos mineiros, gaúchos e paulistas poderão arregimentar uma massa considerável de elementos infensos à corrente de idéias contrárias surgidas após a revolução. É do norte, sobretudo, que todos esperamos uma reação conjunta e eficiente em defesa de nossas idéias.”

Essa iniciativa culmina no Congresso Revolucionário, em novembro de 1932⁸², no qual se define o programa do Partido Socialista Brasileiro (PSB) que tinha a pretensão de congregar todos os grupos políticos revolucionários para atuar em uma ação conjunta. No entanto, esse partido não consegue se organizar nacionalmente e se impor como agremiação nacional. A última tentativa nesse sentido ocorre já no ano de 1933, mas, agora, com outra lógica de organização, ou seja, na convenção revolucionária realizada em abril de 1933 é criada a União Cívica Nacional (UCN), que, na realidade, era uma confederação nacional com a responsabilidade de congregar os diversos partidos estaduais⁸³, que tinham sido criados pelos interventores. Essa tentativa, entretanto, fracassou já que, também, não conseguiu a adesão dos partidos do Sul e sua atuação ficou restrita às regiões Norte e Nordeste.

Pode se observar que a estratégia de criação de um partido nacional não se concretizou e, paralelamente a esse fracasso, explode, no dia 9 de julho de 1932, a Revolução Constitucionalista, que representava o desfecho da insatisfação - demonstrada pelos grupos oligárquicos apoiadores da Revolução de 30 - pelo crescente poder político que os tenentes vinham conquistando no Governo Provisório. Esse fato se revela no desenho do conflito revolucionário: de um lado, temos as frações oligárquicas do Centro-Sul (Frente Única Paulista⁸⁴, Facção bernardista⁸⁵ do PRM e a Frente Única Gaúcha) ávidas por reconquistar o poder perdido, as quais se radicalizam e se unem à principal oposição do governo provisório, à oligarquia paulista; e do lado, o Governo Provisório, os tenentes e os estados do Norte e Nordeste.

---

⁸² Reuniu vários grupos revolucionários, como a Legião Cívica 5 de Julho, Clube 3 de Outubro, Clube 5 de Julho de São Paulo, União Cívica Brasileira e o Partido Democrático-Socialista.

⁸³ Essa agremiação não apresentava liderança nacional, tampouco uma organização administrativa centralizada; era apenas uma espécie de fórum em que os partidos estaduais do Norte se reuniam para definir estratégias conjuntas de ação coletiva.

⁸⁴ Composta pelo Partido Republicano Paulista e pequenos grupos políticos existentes no estado, como o Partido Democrático (PD).

⁸⁵ Refiro-me à facção do PRM controlada pelo ex-presidente Artur Bernardes.

Embora o desfecho desse conflito tenha sido a vitória do governo, Vargas percebe que não seria possível dar continuidade ao seu projeto político, tendo como base de apoio os tenentes e as oligarquias do Norte e do Nordeste. Alijando as principais oligarquias, as do Rio Grande do Sul⁸⁶, Minas Gerais⁸⁷ e São Paulo, passa, então, a se movimentar no sentido de esvaziar o movimento tenentista levando o país à principal demanda dos grupos oligárquicos, a constitucionalização do país. Para tanto, Vargas acelera o processo de elaboração do código eleitoral de 1932⁸⁸ e estabelece, para 5 maio de 1933, as eleições para a Constituinte.

A intenção de Vargas de atender a demanda das antigas oligarquias, como também a das oligarquias dissidentes, fica clara nesta carta escrita por Vargas a Borges de Medeiros⁸⁹ e transcrita por Silva (1967):

“O apoio do Rio Grande é a condição da minha permanência no governo... eu quero começar a reconstitucionalização, mas tenho que agir lentamente por causa de certos elementos militares”.

---

⁸⁶ Refiro-me à parte da oligarquia rio-grandense (ala borgista e de Mauricio Cardoso), já que boa parte dela apoiava o Governo Provisório.

⁸⁷ Refiro-me à parte da oligarquia mineira (facção bernardista), já que parte dela apoiava o Governo Provisório. ***Dúvida – fração mesmo?)

⁸⁸ Lembrando que esse era um projeto das oligarquias dissidentes do Rio Grande do Sul, que tinham, como pivô, Assis Brasil, e visavam reformar as instituições liberais, mas manter o sistema político dentro dos parâmetros liberais, aos quais os tenentes eram contra.

⁸⁹ (Esse) Líder oligarca do Ri Grande do Sul e apoiador da revolução de 1932.

E neste trecho da obra de Silva (1967):

“Depois da guerra paulista os verdadeiros derrotados foram os tenentes. Vargas encontrara o caminho da reconstitucionalização que o libertaria dos militares”.

Assim, após o término da revolução paulista de 1932, Vargas prende e exila os principais líderes do movimento, como Arthur Bernardes, Borges de Medeiros, Maurício Cardoso, Lindolfo Collor e inicia o processo de preparação política para as eleições da Constituinte de 1933, com uma nova estratégia de organização partidária, que consistia na utilização dos interventores⁹⁰ como peças-chave na cooptação de grupos políticos regionais, visando à construção de partidos políticos estaduais comprometidos com o Governo Provisório. Fica claro, observando a movimentação de Vargas, o abandono do ‘plano A’ – que era a organização de um partido nacional – o que o leva a direcionar seu foco para um ‘plano B’, a construção de agremiações partidárias estaduais que o apoiassem, como demonstra o trecho abaixo:

“... Naquela época o governo interessado em demolir as estruturas dos partidos republicanos estaduais veio a incentivar a criação de novos partidos regionais que surgissem com o compromisso explícito com o objetivo de defender a revolução de 1930.”(Dicionário Histórico Biográfico da Fundação Getúlio Vargas)

---

⁹⁰ Indivíduos da confiança de Getúlio Vargas, que foram indicados ele, no ano de 1930, para governar os estados da federação.

Apesar de Vargas optar por manter a atuação partidária regional, tal fato não corresponde a um retrocesso da situação partidária existente na Primeira República, já que esse período foi marcado pelo predomínio de bancadas unânimes. No caso em questão, a criação de partidos estaduais se dava em outros termos, uma vez que a estratégia de Vargas era a de institucionalizar o conflito político que havia se radicalizado em conflito armado. Mantido o cenário anterior à revolução paulista, Getúlio temia a ocorrência de um novo conflito, já que as conspirações por parte dos opositores estavam bastante ativas, como demonstra a carta de Gregório da Fonseca⁹¹, em Rosalina⁹², e transcrita por Silva (1968):

“Cuidado com o armamento clandestino em São Paulo(...) Se a revolução paulista recommençar com os armamentos que dizem eles chegarem em São Paulo a vitória paulista é certa”.

Explicitando: A opção mais racional para o chefe do Governo Provisório, nesse momento, era abrir espaço político para atuação da oposição, a fim de desradicalizar o conflito político. Essa ação passava pela construção de um cenário partidário plural e de relativa competitividade, já que ela seria controlada, devido à criação de partidos políticos pelos interventores, cooptando grupos políticos regionais que se comprometeriam com o Governo Provisório, isto é, a competição política seria controlada pelo governo, pois seus partidos, nesse momento, eram muito mais fortes, politicamente, que os de oposição, por terem sido criados pelos interventores cooptando grupos regionais “fisiológicos”, ou seja, grupos que sempre estão do lado situacionista, fato que atribuía elevado capital político a esses partidos, tornando a disputa assimétrica. Fato revelado neste trecho da obra de Silva (1968):

---

⁹¹ Aliado de Vargas

⁹² Cidade próxima à fronteira argentina em que os exilados se encontravam.

“Como sói de acontecer na política municipal brasileira, todos querem ficar com o governo. Daí a escrupulosa escolha que temos feito dos elementos municipais para que tenhamos a maioria em todos os municípios, em alguns destes estão organizados dois diretórios, prestigiamos o melhor”.

A estratégia de reorganização partidária via interventores estaduais, é observada em todos os estados brasileiros. No estado do Rio Grande do Sul, Getúlio indica, para assumir a interventoria, seu amigo Flores da Cunha, que, como exposto acima, aproveita a desarticulação política da Frente Única Gaúcha (PRR, PL) - devido ao exílio de seus principais líderes, como Borges de Medeiros - e articula, com grupos provenientes desses partidos, a formação de um partido que respeitasse os princípios tradicionais do estado⁹³, mas que, em contrapartida, teria comprometimento com o governo central. Assim, após firmarem acordo sobre os principais pontos de seu interesse, fundam o Partido Republicano Liberal (PRL), que viria a ser um braço do Governo Provisório, no estado e na Constituinte, graças à liderança do interventor.

Dinâmica parecida ocorre nos demais estados. Em Minas Gerais, Getúlio, com o objetivo de enfraquecer, politicamente, a ala bernardista⁹⁴ do PRM, nomeia, como interventor, Olegário Maciel⁹⁵, em 1931, e inicia um processo de avanço sobre as tradicionais oligarquias, com a criação da Legião de Outubro, que passa a perseguir as tradicionais forças políticas do PRM ligadas a Artur Bernardes. Essa estratégia radical, à primeira vista, surtiu efeito, pois o PRM começa a perder espaço político dentro do estado; mas essa mesma radicalização provocou uma reação das oligarquias que passaram a se aglutinar em torno da facção bernardista e esvaziar a força política da Legião que, por fim, acabou fracassando.

---

⁹³ Autonomia regional.

⁹⁴ Este era opositor a Vargas.

⁹⁵ Grande rival político de Artur Bernardes

A próxima estratégia seria a de aglutinar, em torno de um único grupo político, as duas facções (os legionários e os bernardistas). Isso se concretizou em fevereiro de 1932, com a criação do Partido Social Nacionalista (PSN). No entanto, estoura a revolução constitucionalista, em 1932, e o pacto é desfeito pela facção bernardista que apoia os revolucionários. Passada a revolução, inicia-se o período decisivo de reaglutinação política de Minas Gerais⁹⁶. Artur Bernardes é exilado e sua facção é, praticamente, extinta, e com o interventor Olegário Maciel se inicia o período de novas articulações com os grupos políticos mineiros, visando a uma reorganização partidária tendo em vista a Constituinte. Surge, assim, assim, o Partido Progressista (PP), que viria a ser o partido de apoio ao Governo Provisório, no estado e na ANC.

No estado de São Paulo, do período de 1930 até a Revolução Constitucionalista de 1932, observa-se um processo de extrema radicalização das forças políticas, a qual leva o PD a romper com a aliança liberal e se aproximar de seu grande rival no estado o Partido Republicano Paulista (PRP), entrando em conflito com o Governo Provisório, que começava a querer fazer incursões políticas no estado. Passada a Revolução de 30, Getúlio nomeia, como interventor, Waldomiro Lima, que fica incumbido da difícil tarefa de pacificar e fazer alianças com os mais diversos grupos políticos de São Paulo (como os ligados à cafeicultura, ao empresariado do comércio, ao da indústria e, também, ao operariado), a fim de arregimentar uma substancial base política para o governo. Em meio a essa dinâmica, é criado o Partido Socialista Brasileiro (PSB), organizado em 1932 pelo interventor e visava atingir as classes trabalhadoras através da organização dos sindicatos; e também é criado o Partido da Lavoura (PL), que buscava conseguir o apoio dos trabalhadores da lavoura, via sindicato. Essas duas tentativas, no entanto, fracassam, por não conseguirem adesão que satisfizesse essas camadas sociais.

Do lado da oposição ao interventor, o PD, PRP e a federação dos voluntários⁹⁷ se unem e criam a chapa única por São Paulo unida, visando enfraquecer, ainda mais, o interventor e obter apoio político-eleitoral para disputar as eleições da Constituinte. A conturbada política paulista só é contornada por Getúlio, durante a ANC, quando

---

⁹⁶ Não só o de MG, mas o do RS, como apresentado acima, de SP e outros.

⁹⁷ Integrada pelos ex-combatentes da revolução constitucionalista de 1932, procurava manter os ideais deste.

nomeia Armado Sales de Oliveira⁹⁸, como interventor, que consegue elaborar uma aliança com as forças políticas do estado e fundam o Partido Constitucionalista (PC), com o compromisso de apoio ao governo central.

Na região Norte e Nordeste, o processo de reorganização político-partidária ocorre de maneira bem mais tranquila que nos estados acima citados, ou seja, os interventores ficam encarregados de criar um partido estadual que aglutinasse (em torno deste,) as forças políticas dos respectivos estados e que elas apoiassem o Governo Provisório. Essa tarefa é bem sucedida e, no dia 18 de fevereiro de 1933, é fundada a União Cívica Nacional (UCN), que correspondia a uma coligação de todos os partidos criados pelos interventores. Esse objetivo é alcançado com sucesso; foi obtida a adesão de todos os estados do Norte e do Nordeste, o que conferiu ao Governo Provisório boa penetração nessas regiões e o apoio delas na Constituinte.

A tabela abaixo mostra a configuração partidária, por estado⁹⁹, após esse processo de rearranjo político na história política brasileira:

---

⁹⁸ Paulista ligado aos banqueiros e industriais e bastante aceito nos grupos políticos regionais.

⁹⁹ Como foi elaborado o alinhamento político dos partidos em todas as tabelas presentes, neste trabalho, serão explicados, adiante, os detalhes da classificação dos partidos, que constam do anexo posto no fim da dissertação, mais precisamente, na nota metodológica 1. Para mais informações sobre os partidos desse período, consultar o anexo, na nota metodológica 5, em que é apresentada a tabela com o histórico dos partidos acima mencionados.

Tabela 4. Configuração do Sistema Partidário Pré-Constituinte de 1933

UF	Partido	Posição Política
AC	Legião Autonomista Acreana	Governo
AC	Lista Chapa Popular	Oposição
AL	Partido Nacional de Alagoas	Governo
AL	Partido Republicano de Alagoas	Oposição
AM	União Cívica Amazonense	Governo
AM	Coligação Trabalhista Liberal	Oposição
BA	Lista a Bahia ainda é a Bahia	Oposição
BA	Partido Social Democrático da Bahia	Governo
CE	Liga Eleitoral Católica	Oposição
CE	Partido Social Democrático	Governo
DF	Partido Democrático	Oposição
DF	Partido Economista do Brasil	Oposição
DF	Partido Autonomista do Distrito Federal	Governo
ES	Partido da Lavoura	Oposição
ES	Partido Social Democrático do Espírito Santo	Governo
GO	Partido Social Republicano de Goiás	Governo
GO	Coligação Libertadora	Oposição
MA	Partido Republicano do Maranhão	Oposição
MA	União Republicana Maranhense	Oposição
MA	Partido Social Democrático do Maranhão	Governo
MT	Partido Constitucionalista	Oposição
MT	Partido Liberal Mato-Grossense	Governo
MG	Partido Republicano Mineiro	Oposição
MG	Partido Progressista	Governo
PA	Partido Liberal do Pará	Governo
PA	Partido Republicano Conservador	Governo
PA	Frente Única Paraense	Oposição
PB	Partido Progressista da Paraíba	Governo
PB	Partido Republicano Libertador	Oposição
PR	Partido Social Democrático	Governo
PR	Partido Liberal Paranaense	Oposição
PE	Partido Republicano Social	Oposição
PE	Partido Social democrático de Pernambuco	Governo
PI	Partido Nacional Socialista	Governo
PI	Lista Hugo Napoleão	Governo
RJ	Partido Socialista Fluminense	Indefinido
RJ	Partido Republicano Fluminense	Oposição
RJ	Partido Popular Radical	Governo
RJ	União Progressista Fluminense	Governo
RN	Partido Popular do Rio Grande do Norte	Oposição
RN	Partido Social Nacionalista	Governo
RS	Partido Republicano Liberal	Governo
RS	Chapa Única	Oposição
SC	Col. P. Republicano/Leg. Republicana	Oposição
SC	Partido Liberal Catarinense	Governo
SP	Legenda Chapa Única	Oposição
SP	Partido Socialista Brasileiro	Governo
SP	Partido da Lavoura	Governo
SE	Lista Liberdade e Civismo	Governo
SE	União Republicana de Sergipe	Indefinido

Fonte: Boletim Eleitoral 1933; Dicionário Histórico – Biográfico.

Esse processo de rearranjo partidário recoloca o jogo político já presente no final da Primeira República, só que, agora, institucionalizado nas novas agremiações partidárias, as recém-criadas pelo Governo Provisório e os antigos partidos republicanos da Primeira República, ou seja, todo conflito político do período 1930- 1933 teve como resultado uma reconfiguração do sistema partidário, em que Getúlio e seu grupo político procuraram criar novos partidos comprometidos com o governo¹⁰⁰.

Notamos, portanto, que, com o processo de reconfiguração do sistema partidário, o *modus operandi* dos partidos políticos, antes das eleições para a Constituinte de 33, permanecia regional, no entanto, os partidos passaram a se enfrentar claramente numa dinâmica, governo-oposição, desenhando um cenário político relativamente competitivo. Assim, era de se esperar que, com o código de 32, a lógica descrita acima se refletisse nos resultados eleitorais dos pleitos realizados nesse período. Esse fato será explorado na seção seguinte.

---

¹⁰⁰ Como foram classificados os partidos em oposição e governo, os critérios para tal classificação e as fontes utilizadas para isso se encontram no apêndice metodológico.

3.2 Efeitos das Mudanças sobre a Competição Política

O primeiro efeito notório nos dados referentes aos pleitos pós-promulgação do código é a alteração no número de partidos. Franco (1974) argumenta que, em relação ao quadro partidário, observam-se mudanças, pois, em praticamente todos os estados, nas eleições ocorridas pós - Revolução de 30. Há uma divisão entre um partido situacionista e outro de oposição. Fato que, de acordo com o autor, não ocorria na lógica partidária da Primeira República, já que as oposições não encontravam espaço para atuação, pois eram sufocadas pelo partido governista.

A afirmação acima encontra amparo nos dados eleitorais¹⁰¹ correspondentes às eleições para a Constituinte em 1933, Câmara Federal e Constituinte Estaduais em 1934, como demonstram os gráficos 1, 2 e 3:

Gráfico 1. N° de Partidos Representados por Estado na Constituinte de 1933

Fonte: Boletim Eleitoral 1933.

¹⁰¹ Esses dados foram retirados dos boletins eleitorais de 1933, 1934 e 1935. A coleta deles se deu graças as minhas visitas constantes ao Instituto Estudos Brasileiro (IEB). Para mais detalhes sobre os dados e procedimentos de coleta e informações metodológicas, consultar o apêndice metodológico.

Notamos no gráfico 1 que apenas quatro estados tiveram bancadas monopartidárias: os estados da Paraíba, Alagoas, Goiás e Acre, o que revela que o monopólio dos partidos republicanos vinha sendo destruído. Essa lógica política também se evidencia nas eleições para a legislatura 1934-35.

Gráfico 2. N° de Partidos Representados por Estado para a Câmara Federal - 1934

Fonte: Boletim Eleitoral 1933 – 34.

O gráfico 2 também indica um processo de desmonopolização da política brasileira, pois, dos 22 estados da Federação, apenas o Amazonas e o Acre tiveram um partido representado, já os demais apresentaram bancadas plurais. O mesmo se verifica na representação das Constituintes estaduais de 1934.

Gráfico 3. N° de Partidos Representados por Estado nas Constituintes Estaduais de 1934

Fonte: Boletim Eleitoral 1933 – 34.

O gráfico 3 revela que o pluralismo político também está presente no plano regional, pois, dos 21 estados em que ocorreram eleições para a Constituinte estadual¹⁰², apenas o Rio Grande do Norte apresentou bancadas unânimes, já os demais estados apresentaram bancadas partidárias plurais. Observamos, portanto ao longo das três eleições realizadas após a Revolução de 30, que o sistema político brasileiro se tornou mais plural, como pode ser observado nos gráficos acima, que demonstram um processo de desmonopolização partidária no sistema político brasileiro, se comparado à situação anterior, de monopólio político dos partidos republicanos.

Não obstante, além do número de partidos, é necessário entender o alinhamento deles, ou seja, distingui se os partidos estavam alinhados com o governo, ou eram de oposição. Assim, o gráfico abaixo mostra a média percentual de cadeiras nos três pleitos realizados no período¹⁰³.

¹⁰² O estado do Acre não teve constituinte estadual.

¹⁰³ Os valores contidos no gráfico resultaram da média dos valores obtidos no pleito da Constituinte de 33 e nas eleições de outubro de 1934. Os valores isolados de cada pleito estarão presentes no anexo, posto no fim da dissertação, mais precisamente, na nota metodológica 2.

Gráfico 4. Resultados Eleitorais dos Pleitos Pós-Revolução de 30.

Fonte: Boletim Eleitoral 1933, 1934; Dicionário Histórico Biográfico.

Notamos, no gráfico acima, que o alinhamento partidário mostra uma grande maioria governista, com uma média percentual de 67,5%, como ocorria na Primeira República. A diferença notória é que a oposição obtém espaço nos pleitos ocorridos pós – revolução, com uma média percentual de 31,5%, ou seja, podemos considerar, pelos dados acima, que o sistema político brasileiro aumentou seu nível de competição política, com a oposição, que não existia, uma característica da Primeira República, ocupando, aos poucos, seu espaço em um modelo político mais competitivo, em que o *modus operandi* da Primeira República, referido por Leal (1949) como governismo, começa a se desestruturar.

Para demonstrar que o quadro partidário brasileiro se transformou e se tornou mais competitivo, é relevante identificar que força venceu as eleições nos estados, a fim de tornar mais claro se, realmente, o sistema político começa a possuir alguma competição política. Isso será mostrado nas tabelas abaixo¹⁰⁴:

¹⁰⁴ Para maiores detalhes sobre as eleições, por estado, sobre os partidos (etc), consultar o anexo, posto no fim da dissertação, na nota metodológica 1.

Tabela 5. Resultado Eleitoral por Estado na Constituinte de 1933

UF	GOVERNO	INDEFINIDA	OPOSIÇÃO	TOTAL GERAL	RESULTADO
AC			2	2	Oposição
AL	6			6	Governo
AM	4			4	Governo
BA	19		3	22	Governo
CE	4		6	10	Oposição
DF	6	1	3	10	Governo
ES	4			4	Governo
GO	4			4	Governo
MA			7	7	Oposição
MG	30		6	36	Governo
MT	3		1	4	Governo
PA	7			7	Governo
PB	5			5	Governo
PE	15		2	17	Governo
PI	4			4	Governo
PR	3		1	4	Governo
RJ	11		6	17	Governo
RN	1		3	4	Oposição
RS	13		3	16	Governo
SC	3		1	4	Governo
SE	4			4	Governo
SP	5		17	22	Oposição
Total Geral	151	1	61	213	

Fonte: Boletim Eleitoral 1933; Dicionário Histórico Biográfico.

Observamos, na tabela acima, que o governo ainda leva grande vantagem sobre a oposição, pois, dos 22 estados da Federação, em dezessete, o governo conseguiu a maioria das cadeiras e, apenas, em cinco estados a oposição saiu vitoriosa: os estados do Acre, em que a chapa popular, agremiação de oposição ao governo, obteve as duas cadeiras destinadas ao estado¹⁰⁵, vencendo o partido situacionista, Legenda Autonomista Acreana¹⁰⁶; no Ceará, onde a Liga Eleitoral Católica¹⁰⁷ conseguiu seis das dez cadeiras destinadas ao estado, tendo a situação, através do Partido Social Democrático do Ceará¹⁰⁸, obtido as quatro cadeiras restantes; no Maranhão, em que ocorreu a emergência de dois partidos de oposição, a União Republicana Maranhense¹⁰⁹, que conseguiu duas cadeiras de um total de sete, e o Partido Republicano do Maranhão¹¹⁰, que obteve as cinco cadeiras restantes, tendo a oposição vencido o partido situacionista, denominado Partido Social Democrático do Maranhão¹¹¹. No Rio Grande do Norte, onde a oposição, por meio do Partido Popular do Rio Grande do Norte¹¹², obteve três cadeiras de um total de quatro, tendo vencido o partido da situação, denominado Partido Social Nacionalista¹¹³, que ficou com a vaga restante; e, por fim, a oposição venceu em São Paulo, estado que foi histórico adversário político de Vargas e que, por meio da Chapa Única¹¹⁴, conseguiu obter dezessete das vinte e duas cadeiras destinadas a ele, vencendo, com folga, a oposição, que se dividiu em dois partidos, o Partido da Lavoura¹¹⁵ e o Partido Socialista Brasileiro¹¹⁶, tendo o primeiro, conquistado duas cadeiras e o segundo, três. No entanto, o relevante da tabela acima é mostrar que a oposição obteve vitória em cinco estados, o que, na Primeira República, não ocorria.

---

¹⁰⁵ Agremiação que reunia as antigas oligarquias acreanas

¹⁰⁶ Agremiação criada pelo interventor na qual reuniu os tenentistas.

¹⁰⁷ Agremiação ligada à igreja católica, que existia em todos os estados, mas apresentava autonomia estadual, ou seja, não apresentava uma diretriz de ação nacional. No caso do Ceará, ela era oposição ao governo, pois seus membros pertenciam às velhas oligarquias cearenses.

¹⁰⁸ Agremiação que reuniu as oligarquias dissidentes e o grupo dos tenentistas, com predomínio do último grupo.

¹⁰⁹ Agremiação que reuniu parte da velha oligarquia maranhense.

¹¹⁰ Partido que reuniu a outra parte da oligarquia maranhense.

¹¹¹ Partido, criado pelo interventor, que reuniu os membros do grupo tenentista, mas antigos opositores da Primeira República.

¹¹² Partido que reuniu as antigas oligarquias rio-grandenses

¹¹³ Partido que reuniu elementos civis que apoiaram a Revolução de 30, no entanto. Ele não foi, no entanto, o partido criado pelo interventor.

¹¹⁴ Agremiação que reuniu a antiga oligarquia paulista.

¹¹⁵ Partido, criado pelo interventor, que reuniu os sindicatos do setor agrícola do estado.

¹¹⁶ Partido, criado pelo interventor, que reuniu os sindicatos da indústria e comércio do estado.

Cenário parecido ocorre nas eleições para a Câmara Federal, em 1934, onde observamos o governo com uma ampla vantagem em relação à oposição, que, no entanto, encontra espaço de atuação no novo sistema político brasileiro.

Tabela 6. Resultado Eleitoral por Estado para Câmara Federal 1934

UF	GOVERNO	OPOSIÇÃO	TOTAL GERAL	RESULTADO
AC		2	2	Oposição
AL	6	2	8	Governo
AM	3	1	4	Governo
BA	17	7	24	Governo
CE	4	7	11	Oposição
DF	8	2	10	Governo
ES	3	1	4	Governo
GO	3	1	4	Governo
MA	2	4	6	Oposição
MG	27	11	38	Governo
MT	1	3	4	Oposição
PA	7	2	9	Governo
PB	8	1	9	Governo
PE	16	3	19	Governo
PI	4	1	5	Governo
PR	5	1	6	Governo
RJ	7	10	17	Oposição
RN	3	2	5	Governo
RS	14	6	20	Governo
SC	3	3	6	Empate
SE	4		4	Governo
SP	21	11	32	Governo
Total Geral	166	81	247	

Fonte: Boletim Eleitoral 1934-1935; Dicionário Histórico-Biográfico.

Observamos, na tabela acima, o mesmo resultado da tabela anterior, apenas com alteração de estados, ou seja, o governo saiu vitorioso do pleito em dezessete estados e a oposição conseguiu vencer em cinco, só que, dessa vez, perde São Paulo¹¹⁷ e o Rio Grande do Norte, mas conquista o Rio de Janeiro. Nesse estado, a oposição se dividiu em dois partidos: o Partido Evolucionista,¹¹⁸ que conseguiu uma cadeira, de um total de dezessete e a União Progressista Fluminense¹¹⁹, que obteve nove cadeiras. Já, da situação, o Partido Socialista Fluminense¹²⁰ e o Partido Popular Radical¹²¹ obtiveram um total de sete cadeiras; tendo o primeiro, obtido duas vagas e o segundo, cinco. Além do Rio de Janeiro, a oposição também venceu no Mato Grosso, por meio do Partido Evolucionista do Mato Grosso¹²² conquistando três cadeiras, de um total de quatro, tendo a situação, por meio Partido Liberal do Mato Grosso¹²³, ficado com a vaga restante. Por fim, é importante observar o cenário político, no plano regional, por ser a eleição para as constituintes estaduais de suma importância, já que dela é que sairão os futuros governadores de estado.

---

¹¹⁷ Lembrando que Armando Salles de Oliveira tinha conseguido, na medida do possível, contornar a situação política desfavorável ao governo no estado, mas reiterando que essa situação não era a mais sólida politicamente.

¹¹⁸ Partido que reunia as velhas oligarquias cariocas

¹¹⁹ Agremiação reuniu parte da oligarquia carioca que apoiou a Revolução de 30, mas que, depois, com o crescimento do poder do tenentismo, no Governo Provisório, passou a se opor a Vargas.

¹²⁰ Reuniu os socialistas

¹²¹ Partido que reuniu a oligarquia dissidente carioca, ou seja, aquela parte das antigas oligarquias que apoiaram a Revolução de 30 e o Governo Provisório.

¹²² Reuniram os oligarcas dissidentes do estado, aqueles que apoiaram a revolução de 30. No entanto, com o aumento do poder dos tenentistas, Governo Provisório, passaram a fazer oposição a ele.

¹²³ Reuniu a outra ala de oligarcas dissidentes, mas que não se voltaram contra Vargas, durante o Governo Provisório.

Tabela 7. Resultado Eleitoral por Estado para as Constituintes Estaduais 1934

UF	GOVERNO	INDEFINIDO	OPOSIÇÃO	TOTAL GERAL	RESULTADO
AL	26	-	4	30	Governo
AM	18	-	4	22	Governo
BA	29	-	13	42	Governo
CE	12	1	17	30	Oposição
ES	16	-	9	25	Governo
GO	15	-	7	22	Governo
MA	14	-	15	29	Oposição
MG	33	-	15	48	Governo
MT	9	-	15	24	Oposição
PA	21	-	9	30	Governo
PB	26	-	4	30	Governo
PE	20	10	-	30	Governo
PI	17	-	7	24	Governo
PR	20	-	10	30	Governo
RJ	20	-	25	45	Oposição
RN	11	-	14	25	Oposição
RS	21	-	11	32	Governo
SC	14	-	14	28	Empate
SE	20	-	-	20	Governo
SP	33	-	15	48	Governo
Total Geral	395	11	208	614	-

Fonte: Boletim Eleitoral 1934-1935; Dicionário Histórico-Biográfico.

Observamos, na tabela acima, que ocorreram constituintes estaduais em vinte estados da Federação¹²⁴, e desses, o governo saiu vitorioso (obteve maioria) em quinze e a oposição venceu em cinco, os mesmos estados da eleição para Câmara Federal, mais o Rio Grande do Norte¹²⁵, isto é, o cenário político brasileiro se apresenta estável nas três eleições analisadas, já que o governo sai vitorioso na maioria dos estados e perde, apenas, em cinco estados. Não obstante, é de substancial importância notar que a oposição teve espaço no cenário político; mesmo sendo pequeno, ela conseguiu vitórias em estados importantes, o que revela um sistema político com uma competição política institucionalizada ainda baixa, mas que pode vir a crescer.

Observamos, nas tabelas e gráficos acima, um crescendo no conflito político em relação ao existente na Primeira República. Contudo, é importante nos questionarmos a respeito do que a oposição representaria. Dito de outra forma seria, realmente, uma oposição ao governo Vargas? Esses partidos alinhados na oposição se reconfiguram como partidos contra o novo regime? Para responder a tais questionamentos,

¹²⁴ Não ocorreram constituintes no Acre e no Distrito Federal.

¹²⁵ A dinâmica política dos estados em que a oposição saiu vitoriosa é o mesmo que nas duas eleições passadas.

precisaríamos adentrar na história das siglas de oposição. Algo que vai além deste trabalho. Para encontrar evidências a respeito das diferenças entre governo e oposição, eu foquei o perfil sócio-político dos políticos eleitos pelos partidos presentes na tabela 4.

Os dados são interessantes¹²⁶ e mostram que o jogo político existente é o mesmo do final da Primeira República, que culminou na Revolução de 30. A diferença é que a disputa política existente pós-Revolução de 30 ganha novo formato, através da canalização dos grupos políticos para os partidos agora existentes. Isso é bastante evidente quando olhamos para o perfil sócio-político dos indivíduos recrutados para compor os partidos, na Constituinte de 1933 e Câmara federal de 1934, como mostram as tabelas 8 e 9:

Tabela 8. Perfil Sócio-Político dos Partidos na Constituinte de 1933

Tipo de perfil	Governo (%)	Oposição (%)	Total (%)
Não apresentou carreira política na Primeira República	20	20	
Ocupou cargos secundários na Primeira República	5	5	
Tenentista	10	0	
Opositor na Primeira República	25	0	
Oligarca dissidente	25	0	
Membro das antigas oligarquias	0	45	
Carreira política iniciada na Aliança Liberal	15	0	
Outros tipos	0	30	
Total	70	30	100

Fonte: Boletim Eleitoral 1933; Dicionário Histórico Biográfico.

Fica evidente, na tabela acima, que o jogo político de 1930-1933 se reproduz através das novas agremiações partidárias presentes na Constituinte de 1933, pois, na base do governo, notamos que 70% dos constituintes apresentavam um histórico político de oposição ao antigo regime (25% haviam participado de algum movimento de oposição, na Primeira República, 25% eram oligarcas que se rebelaram contra o sistema político anterior e 10% eram tenentistas¹²⁷); além de 35% não apresentarem antecedentes políticos, antes da Revolução de 30 (20% começaram a carreira política no

¹²⁶ Esses dados foram retirados dos boletins eleitorais de 1933, 1934 e 1935. A coleta deles se deu graças às visitas constantes ao Instituto Estudos Brasileiro (IEB). Para mais detalhes sobre os dados e procedimentos de coleta e informações metodológicas, consultar no anexo, posto no fim da dissertação, mais precisamente, na nota metodológica 4.

¹²⁷ É interessante notar como os tenentistas perderam força após revolução paulista.

Governo Provisório e 15% ingressaram na atividade política na revolução). Assim, podemos afirmar que os partidos da base aliada do governo correspondem aos mesmos grupos políticos que fizeram a revolução de 1930.

Na mesma tabela, também podemos observar que os partidos da oposição, em sua maioria, correspondem aos grupos combatidos pela Aliança Liberal, em 30 e pelo Governo Provisório, em 1930-1933 (as tradicionais oligarquias), já que 45% faziam parte das oligarquias, ou seja, desempenharam atividades políticas importantes ao longo da Primeira República. Cenário parecido ocorre na Legislatura em 1934:

Tabela 9. Perfil Sócio-Político da Legislatura 1934

Tipo de perfil	Governo (%)	Oposição (%)	Total (%)
Não apresentou carreira política na Primeira República	30	25	
Ocupou cargos secundários na Primeira República	5	5	
Tenentista	12	0	
Opositor na Primeira República	20	0	
Oligarca dissidente	15	0	
Membro das antigas oligarquias	0	50	
Oposição ao Governo Provisório	0	20	
Carreira política iniciada na Aliança Liberal	9	0	
Apoiou o Governo após a Constituinte	9	0	
Total	65	35	100

Fonte: Boletim Eleitoral 1934 – 35; Dicionário Histórico-Biográfico.

Na tabela acima, também fica evidente que o jogo político de 1930-1933 se reproduz nas novas agremiações partidárias presentes na Câmara Federal em 1934, já que, da base do governo, 47% eram contrários ao regime anterior (20% participaram de algum movimento de oposição, 15% eram oligarcas que se tornaram contrários ao regime anterior e 12% eram tenentistas); além de 39% não terem apresentado antecedentes políticos antes da Revolução (30% ingressaram na atividade política no Governo Provisório e 9% iniciaram na Revolução de 30). O mesmo raciocínio serve para os partidos de oposição, sendo que, do total dos 70%, que eram de oposição ao Governo Provisório, 50% pertenciam às antigas oligarquias e 20% começaram a fazer oposição ao governo naquele momento político.

Portanto, é nítido que o jogo político desenvolvido no período 1930-1933 (de um lado, Vargas, os tenentes e as oligarquias dissidentes e, de outro, as oligarquias tradicionais e parte das oligarquias apoiadoras da revolução de 1930¹²⁸) se reproduz na Constituinte e na Legislatura de 1934, com o acréscimo de alguns grupos, o que não altera, substancialmente, a essência do conflito político e os interesses envolvidos nele. Assim, pelos dados acima, notamos que o objetivo de Vargas de institucionalização do conflito político se concretizou, ao se constatar na constituição dos novos partidos a mesma configuração política da disputa que emerge pós-Revolução de 30 e que atinge seu ápice na Revolução Constitucionalista de 1932.

---

¹²⁸ Essas oligarquias podem ser classificadas como oligarquias dissidentes, pois apoiaram a revolução, mas, com o crescente ganho de poder do tenentismo, no transcorrer do Governo Provisório, mudam de lado e passam a se opor a ele.

Conclusão

Podemos considerar, pelos dados apresentados, que a lógica partidária do sistema político brasileiro sofreu modificações importantes, pois, apesar de os partidos permanecerem regionais, se notam, nesse período, mudanças importantes, como a quebra do monopólio político dos partidos republicanos e a instalação de certo pluralismo político (reconfiguração do sistema partidário); pode se observar, também, a presença de uma competição política ainda relativa, mas que apresenta sinais de desenvolvimento ao longo do tempo, ou seja, são evidentes as transformações ocorridas na lógica partidária brasileira da Primeira República para o período pós-Revolução de 30, basicamente, em dois aspectos: a emergência de um pluralismo de forças e o desenvolvimento de certa competição política institucionalizada, elementos inexistentes no período anterior.

Na introdução desta dissertação, o problema apresentado foi exatamente compreender o porquê dessas alterações presentes no quadro partidário no período em destaque e foram levantados dois possíveis elementos que pudessem explicá-lo: o efeito da reforma das instituições eleitorais presente no código eleitoral de 1932, e o jogo político e suas consequências em relação às decisões a serem tomadas pelo Governo Provisório, ou seja, seria um desses elementos ou a junção deles capazes de explicar as modificações no sistema partidário?

Ao longo da dissertação, esses dois elementos foram desenvolvidos. O primeiro foi pormenorizado na tentativa de compreender as intenções dos atores políticos ao reformarem as regras eleitorais, a fim de entender qual efeito que os agentes políticos esperavam das novas instituições eleitorais sobre o sistema político brasileiro e sobre a lógica política derivada dele; o segundo foi desenvolvido buscando compreender o conflito de preferências, entre os atores políticos, sobre o projeto de construção dos alicerces do novo regime político.

A explicação, em relação ao primeiro elemento trabalhado, foi a seguinte: Getúlio e aliados assumem o poder em 1930 e, de acordo com a literatura, apresentam, como prioridade, em sua agenda política, a moralização do processo eleitoral através da reforma das instituições eleitorais, visando eliminar práticas políticas condenadas por esse grupo, como as fraudes, a violência contra o eleitor, o monopólio político dos partidos republicanos, entre outras.

Entretanto, o objetivo acima não é o único que norteia as preferências dos atores revolucionários, pois eles apresentavam, como grande adversário político, as antigas oligarquias e toda estrutura político-jurídica que as mantinha no poder. Assim, o código eleitoral de 1932¹²⁹ seria condição *sine qua non* tanto para o aperfeiçoamento do sistema representativo como para o enfraquecimento político das oligarquias, pois ele iria atuar, exatamente, nas três fontes que abasteciam o poder delas: a prática da fraude, o controle sobre o voto do eleitor e a hegemonia política dos partidos republicanos, ou seja, no que se refere ao objetivo deste trabalho, a proposição que emerge dessa lógica de raciocínio é que as inovações institucionais contidas no código de 32 tinham o objetivo de retirar a hegemonia política dos partidos republicanos¹³⁰, através da ampliação representativa de opiniões (possibilitaria acesso de pequenos partidos às arenas decisórias federais); o que evitaria que os partidos republicanos obtivessem vitórias unânimes, pois, a escolha do modelo misto provocaria efeitos negativos às oligarquias (diminuição dos seus recursos políticos) e ampliaria a influência dos atores revolucionários sobre o sistema político¹³¹. Assim, uma das intenções dos atores, em relação às instituições presentes no novo código era a de tornar o sistema político brasileiro mais plural e competitivo.

No que tange ao desenvolvimento do segundo elemento, temos o seguinte raciocínio: O jogo político desenvolvido causou impacto nas escolhas do Governo Provisório em vários aspectos, inclusive na construção de um sistema partidário alternativo ao da Primeira República, uma vez que os mecanismos de constrangimento e incentivos gerados por ele sobre a quantidade de escolhas possíveis e mais vantajosas para os atores, naquele determinado momento, foram cruciais na estratégia política de

---

¹²⁹ Através da implantação da justiça eleitoral, do voto secreto e da representação mista.

¹³⁰ Lembrando que estes canalizavam os interesses das oligarquias regionais.

¹³¹ O argumento desta hipótese foi pormenorizado no decorrer do trabalho, assim, neste momento será apresentada de maneira superficial.

Getúlio em consentir a elaboração de partidos políticos regionais, tanto governistas como de oposição visando às eleições para a Constituinte em 1933.

Tal fato fica mais claro quando mergulhamos no contexto de criação desses partidos, ou seja, a radicalização do conflito político na revolução paulista de 1932 e a ameaça de um novo conflito armado enxugaram as possibilidades de escolhas dos atores, inclusive a desistência da elaboração de uma agremiação partidária nacional¹³²; o que restou, como opção mais racional, naquele momento, foi a escolha de um sistema partidário plural, com relativo espaço de atuação para a oposição, visando à institucionalização do conflito político, radicalizado em conflito armado na revolução constitucionalista.

Assim, ao longo do argumento desenvolvido na dissertação, têm-se evidências de que as alterações presentes no sistema partidário foram fruto da junção dos dois elementos descritos acima, porque eles, atuando isoladamente, não seriam capazes de criar e sustentar essa nova configuração partidária, ou seja, o que se pode propor da influência deles sobre o objeto em análise é que os constrangimentos e incentivos gerados pelo jogo político travado, naquele período, tiveram substancial influência sobre a ação política de Getúlio ao criar um sistema partidário regional; mas, plural. No entanto, a sustentação dessa nova situação partidária, observada ao longo dos três pleitos realizados pós-Revolução de 30, ocorreu graças ao efeito de instituições eleitorais mais inclusivas e neutras¹³³ presentes no código eleitoral de 1932, isto é, a criação desse novo sistema partidário foi fruto da atitude de Getúlio, mas a permanência desse quadro, nos três pleitos, se deu pelo efeito das novas instituições eleitorais presentes no novo código.

Em outras palavras, a proposição que pode ser feita, tomando como base o argumento desenvolvido ao longo da dissertação, é que os dois elementos aqui trabalhados não atuam como condição suficiente para emergência dessa nova configuração partidária, mas sim, tanto o jogo político como as instituições eleitorais correspondem, nesse caso, a condições necessárias para a ocorrência dessa nova situação do sistema partidário brasileiro, ou seja, a explicação para o fenômeno estudado por esta dissertação se dá pela presença do efeito das instituições eleitorais

---

¹³² Como já demonstrado ao longo da dissertação.

¹³³ Refiro ao Voto Secreto, à Representação Mista e à Justiça Eleitoral.

mais a escolha de Getúlio em construir um quadro partidário regional, no entanto, plural.

Portanto, essa é a conclusão que emerge, tomando como base os argumentos desenvolvidos por esta dissertação. No entanto, analisando o objeto aqui estudado se faz necessário propor novas agendas de pesquisa que se relacionem com ele, pois, ao longo dos estudos, se detectou a ausência de informações importantes para se ter maior clareza sobre o problema em tela e, os quais não foram tratados nesta dissertação por não fazerem parte do objetivo deste trabalho.

Assim, uma agenda de pesquisa de substancial importância relacionada a esse tema seria o estudo do desenvolvimento dos grupos políticos de oposição, na Primeira República, pois, apesar desta dissertação considerar o efeito das instituições políticas e o do jogo político sobre a escolha de Vargas - os grandes responsáveis pela emergência de um sistema partidário mais competitivo - a questão relevante é: só existia oposição porque havia dois grupos políticos com projetos políticos e interesses que se opunham nesse momento.

A existência de grupos políticos que disputavam o poder é clara, o que explica ocorrência da Revolução de 30. Entretanto, como pode ter se desenvolvido um grupo político de oposição em um sistema político, como o da Primeira República, que Leal (1975) afirma ser marcado pelo governismo e, conseqüentemente, pela ausência de espaço para atuação da oposição, sufocada pelas fraudes eleitorais, pelo “coronelismo”, pelo amesquinamento das instituições municipais, que tornavam os líderes locais dependentes do situacionismo estadual? Mais ainda, como foi possível uma força de oposição conseguir realizar uma revolução e sair vitoriosa dela, em um momento em que a literatura afirma que o situacionismo era muito forte política e economicamente? Para responder a essa inquietação, devem ser elaborados estudos sobre a atuação da oposição no decorrer da Primeira República.

Outra agenda de pesquisa importante na compreensão desse momento da história política brasileira corresponde ao seguinte problema: Por que Getúlio resolve instalar um regime autoritário como o Estado Novo, em 1937, se pelos dados obtidos, ao longo dos pleitos realizados pós-Revolução de 30, o governo saiu vitorioso e com uma boa vantagem em relação à oposição? Ou ainda, qual a motivação política que está por trás dessa atitude política de Vargas fechando o sistema político? Para responder a essas inquietações, deve ser estudado o jogo político no interior da Constituinte e no período pós-Constituinte, a fim de entender a correlação das forças políticas naquele momento.

Portanto, esta dissertação teve como foco de seu estudo um dos problemas desse período: a nova configuração partidária pós-Revolução de 30, propondo respostas para o problema. Para isso, se utilizou do efeito das inovações institucionais do código de 32 e do impacto dos constrangimentos e incentivos proporcionados pelo jogo político da época. No entanto, para melhor compreensão desse período, se faz necessária à elaboração de novos estudos relacionados a esse tema, como o da compreensão do desenvolvimento dos grupos de oposição na Primeira República, a fim de, compreender como foi possível acontecer a Revolução de 30 e também o porquê Vargas resolve dar um golpe em 1937 e instalar o Estado Novo, ou seja, qual a motivação política que está por trás desta ação de Getúlio.

Anexo:

Nota Metodológica 1: Os dados contidos em todas as tabelas desta dissertação foram retirados dos boletins eleitorais de 1933, 1934 e 1935, através da consulta deles nas visitas diárias realizadas no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). A elaboração das tabelas foi fruto da construção de um banco de dados feito pelo autor desta dissertação. A classificação dos partidos em oposição e governo, em todas as tabelas desta dissertação, foi feita com base na consulta do Dicionário Histórico Biográfico da Fundação Getúlio Vargas (FGV), obedecendo aos critérios de poder e importância: *Governo* - todos os partidos criados pelos interventores de estado, ou que, mesmo sendo criados por outro ator político, apresentassem uma postura de apoio ao Governo Provisório; *Oposição* – os partidos criados pelas antigas oligarquias, que visavam recuperar poder perdido ou, até mesmo, os grupos políticos que apoiaram Vargas na Revolução de 30, os quais, vendo o Tenentismo ganhar muito espaço no governo provisório se tornam de oposição a ele, como exemplo: os Republicanos Liberais – Partido Democrático de São Paulo e Partido Liberal do Rio Grande do Sul.

Tabela 10. Partidos Representados por Estado na Constituinte de 1933

UF	PARTIDO	POSIÇÃO POLÍTICA	N	(%)
AC	Lista Chapa Popular	Oposição	2	100
AL	Partido Nacional	Governo	6	100
AM	Aliança Trabalhista Liberal	Oposição	1	25
AM	União Cívica Amazonense	Governo	3	75
BA	Partido Social Democrático da Bahia	Governo	19	85
BA	Lista a Bahia ainda é a Bahia	Oposição	3	15
CE	Liga Eleitoral Católica	Oposição	6	60
CE	Partido Social Democrático	Governo	4	40
DF	Avulso		1	10
DF	Partido Autonomista do Distrito Federal	Governo	6	60
DF	Partido Democrático	Oposição	1	10
DF	Partido Economista do Brasil	Oposição	2	20
ES	Partido Social Democrático do Espírito Santo	Governo	3	75
ES	Partido da Lavoura	Oposição	1	25
GO	Partido Social Republicano de Goiás	Governo	4	100
MA	Partido Republicano do Maranhão	Oposição	5	70
MA	União Republicana Maranhense	Oposição	2	30
MG	Partido Republicano Mineiro	Oposição	6	17
MG	Partido Progressista	Governo	31	83
MT	Partido Liberal Mato-Grossense	Governo	3	75
MT	Partido Constitucionalista	Oposição	1	25
PA	Partido Republicano Conservador		2	30
PA	Partido Liberal do Pará	Governo	5	70
PB	Partido Progressista da Paraíba	Governo	5	100
PE	Avulso	Oposição	1	5
PE	Partido Republicano Social	Oposição	1	5
PE	Partido Social Democrático de Pernambuco	Governo	15	90
PI	Partido Nacional Socialista	Governo	3	75
PI	Lista Hugo Napoleão	Governo	1	25
PR	Partido Liberal Paranaense	Oposição	1	25
PR	Partido Social Democrático	Governo	3	75
RJ	Partido Republicano Fluminense	Oposição	1	5
RJ	Partido Socialista Fluminense	Governo	2	10
RJ	União Progressista Fluminense	Oposição	4	25
RJ	Partido Popular Radical	Governo	10	60
RN	Partido Social Nacionalista	Governo	1	25
RN	Partido Popular do Rio Grande do Norte	Oposição	3	75
RS	Chapa Única	Oposição	3	20
RS	Partido Republicano Liberal	Governo	13	80
SC	Aliança Por Santa Catarina	Oposição	1	25
SC	Partido Liberal Catarinense	Governo	3	75
SE	União Republicana de Sergipe	Governo	1	25
SE	Lista Liberdade e Civismo	Governo	3	75
SP	Partido da Lavoura	Governo	2	10
SP	Partido Socialista Brasileiro	Governo	3	13
SP	Legenda Chapa Única	Oposição	17	77

Fonte: Boletim Eleitoral 1933; Dicionário Histórico Biográfico.

Notamos, na tabela 10, que o cenário partidário é totalmente diferente da situação existente na Primeira República. Também observamos, na tabela acima, uma competição política relativa, e que há estados em que a competição ainda é baixa como: Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco, Rio Grande do Sul, entre outros. Mas notamos, também, estados em que existe competição política como: Ceará, Distrito Federal, Rio de Janeiro, entre outros, o que revela uma competição política oscilante de estado para estado da nação. Cenário parecido aparece na tabela 11.

Tabela 11. Partidos Representados por Estado na Câmara Federal 1934

UF	PARTIDO	POSIÇÃO POLÍTICA	N	(%)
AC	Partido Popular do Acre	Oposição	2	100
AL	Partido Nacional de Alagoas	Governo	6	76
AL	Partido Republicano de Alagoas	Oposição	1	12
AL	Liga Eleitoral Católica	Oposição	1	12
AM	Partido Popular do Amazonas	Governo	2	50
AM	Partido Socialista do Amazonas	Governo	1	25
AM	Aliança Trabalhista Liberal	Oposição	1	25
BA	Partido Social Democrático da Bahia	Governo	17	70
BA	Legenda Octavio Mangabeira	Oposição	7	30
CE	Liga Eleitoral Católica	Oposição	7	65
CE	Partido Social Democrático	Governo	4	35
DF	Partido Autonomista	Governo	8	80
DF	Legenda Frente Única	Oposição	2	20
ES	Partido da Lavoura	Oposição	1	25
ES	Partido Social Democrático do Espírito Santo	Governo	3	75
GO	Coligação Libertadora	Oposição	1	25
GO	Partido Social Republicano de Goiás	Governo	3	75
MA	Partido Republicano do Maranhão	Oposição	4	57
MA	União Republicana Maranhense	Oposição	1	15
MA	Partido Social Democrático do Maranhão	Governo	2	28
MG	Partido Progressista	Governo	27	70
MG	Partido Republicano Mineiro	Oposição	11	30
MT	Partido Evolucionista do MT	Oposição	3	75
MT	Partido Liberal de MT	Governo	1	25
PA	Partido Liberal do Pará	Governo	7	75
PA	Frente Única Paraense	Oposição	2	25
PB	Partido Republicano Libertador	Oposição	1	10
PB	Partido Progressista da Paraíba	Governo	8	90
PE	Dissidência Pernambucana	Oposição	2	10
PE	União Libertadora	Oposição	2	10
PE	Partido Social Democrático de Pernambuco	Governo	15	80
PI	Coligação Piauiense	Oposição	1	20
PI	Partido Progressista Piauiense	Governo	4	80
PR	Partido Social Nacionalista	Oposição	1	17
PR	Partido Republicano do Paraná	Oposição	1	17
PR	Partido Social Democrático do Paraná	Governo	4	66
RJ	Partido Evolucionista	Oposição	1	5
RJ	Partido Socialista Fluminense	Governo	2	10
RJ	Partido Popular Radical	Governo	5	30
RJ	União Progressista Fluminense	Oposição	9	55
RN	Aliança Social	Governo	3	60
RN	Partido Popular do RN	Oposição	2	40
RS	Frente Única Gaúcha	Oposição	6	30
RS	Partido Republicano Liberal	Governo	14	70
SC	Aliança por SC	Oposição	4	65
SC	Legenda Reação Republicana	Governo	2	35
SE	União Republicana de Sergipe	Governo	2	50
SE	Partido Social Democrático de Sergipe	Governo	1	25
SE	Partido Republicano de Sergipe	Governo	1	25
SP	Partido Republicano Paulista	Oposição	11	35
SP	Partido Constitucionalista	Governo	22	65

Fonte: Boletim Eleitoral 1934-35; Dicionário Histórico Biográfico.

Novamente, notamos, na tabela 11, um cenário partidário bastante diferente do existente na Primeira República. Também observamos que a competição política continua relativa para a Câmara Federal de 1934, onde encontramos estados em que a disputa é baixa como: Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Bahia, Rio Grande do Sul, entre outros, mas o pleito nesses estados se mostra mais disputado que o anterior. Também notamos estados em que a disputa é razoável, como: Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe, entre outros. Cenário parecido aparece na tabela 12.

Tabela 12. Partidos Representados por Estado nas Constituintes Estaduais 1934

UF	PARTIDO	POSIÇÃO POLÍTICA	N	(%)
AL	Partido Nacionalista de Alagoas	Governo	26	85
AL	Partido Republicano de Alagoas	Oposição	4	15
AM	Partido Popular do Amazonas	Governo	16	70
AM	Coligação Trabalhista Liberal	Oposição	4	20
AM	Partido Socialista do Amazonas	Governo	2	10
BA	Partido Social Democrático da Bahia	Governo	29	70
BA	Legenda Octávio Mangabeira	Oposição	13	30
CE	Legenda Érico de Paiva Motta	-	1	5
CE	Partido Social Democrático do Ceará	Governo	12	40
CE	Liga Eleitoral Católica	Oposição	17	55
ES	Partido Social Democrático do Espírito Santo	Governo	16	65
ES	Partido da Lavoura	Oposição	8	32
ES	Partido Proletário	Oposição	1	3
GO	Partido Social Republicano de Goiás	Governo	15	65
GO	Coligação Libertadora	Oposição	7	35
MA	Partido Socialista Brasileiro	Governo	1	2
MA	União Republicana Maranhense	Oposição	5	16
MA	Partido Republicano do Maranhão	Oposição	10	35
MA	Partido Social Democrático do Maranhão	Governo	13	45
MG	Partido Progressista	Governo	33	70
MG	Partido Republicano Mineiro	Oposição	15	30
MT	Partido Liberal do Mato Grosso	Governo	9	40
MT	Partido Evolucionista do Mato Grosso	Oposição	15	60
PA	Partido Liberal do Pará	Governo	21	70
PA	Frente Única Paraense	Oposição	9	30
PB	Partido Republicano Libertador	Oposição	4	15
PB	Partido Progressista da Paraíba	Governo	26	85
PE	Cristianismo Social	-	1	5
PE	Ação Libertadora	-	9	30
PE	Partido Social Democrático de Pernambuco	Governo	20	65
PI	Partido Progressista Piauiense	Governo	17	70
PI	Coligação Piauiense	Oposição	7	30
PR	Partido Social Democrático do Paraná	Governo	20	70
PR	Partido Social Nacionalista	Oposição	5	15
PR	Partido Republicano do Paraná	Oposição	5	15
RJ	Partido Republicano Fluminense	Oposição	1	3
RJ	Partido Popular Radical	Governo	15	30
RJ	Partido Socialista	Governo	5	10
RJ	União Progressista Fluminense	Oposição	22	50
RJ	Partido Evolucionista	Oposição	2	7
RN	Aliança Social	Governo	11	45
RN	Partido Popular do Rio Grande do Norte	Oposição	14	55
RS	Partido Republicano Liberal	Governo	21	65
RS	Frente Única Gaúcha	Oposição	11	35
SC	Legenda Reação Republicana	Governo	14	50
SC	Aliança por Santa Catarina	Oposição	14	50
SE	Partido Social Democrático de Sergipe	Governo	6	10
SE	Partido Republicano de Sergipe	Governo	14	45
SE	União Republicana de Sergipe	Governo	10	35
SP	Partido Constitucionalista	Governo	33	65
SP	Partido Republicano Paulista	Oposição	15	35

Fonte: Boletim Eleitoral 1934-35; Dicionário Histórico Biográfico.

A tabela acima mostra que o pleito para as constituintes estaduais também apresenta um cenário partidário diferente do existente na Primeira República, além de observamos uma competição política um pouco mais acirrada, em um maior número de estados como: Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, entre outros, mas ainda permanece uma competição relativa, já que estados, como Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Paraná, Pará, entre outros, a competição é baixa, ou seja, a tendência, no plano nacional, de maior competição e pluralismo entre os partidos se reflete, também, no âmbito regional.

Nota Metodológica 2: Os gráficos apresentados na dissertação foram elaborados pelo autor dela, baseados nos dados retirados dos boletins eleitorais citados acima, e a classificação: governo/oposição/indefinido é resultado da consulta feita ao Dicionário Histórico Biográfico da FGV, utilizando o mesmo critério já mencionado acima.

Gráfico 5. Resultado Eleitoral Constituinte de 1933

Fonte: Fonte: Boletim Eleitoral 1933; Dicionário Histórico Biográfico.

Podemos observar, no gráfico acima, que o governo apresenta uma maioria substancial na Constituinte - 70,4 % das cadeiras. Não encontra, no entanto, um apoio incondicional nela, pois a oposição conseguiu 28,6 % das cadeiras, demonstrando o delineamento de um cenário de maior competição política no sistema político brasileiro. Quadro parecido se tem no gráfico 6.

Gráfico 6. Resultado Eleitoral Câmara Federal 1934

Fonte: Fonte: Boletim Eleitoral 1933; Dicionário Histórico Biográfico.

Novamente, podemos observar, no gráfico acima, que o governo apresenta uma maioria substancial no pleito para Câmara Federal - 67,2% das cadeiras. Não encontra, no entanto, um apoio incondicional nela, pois a oposição conseguiu 32,8% das cadeiras, demonstrando a permanência de um cenário de maior competição política no sistema político brasileiro. Nas eleições para as constituintes estaduais, esse quadro se repete.

Gráfico 7. Resultados Eleitorais Constituintes Estaduais 1934

Fonte: Fonte: Boletim Eleitoral 1933; Dicionário Histórico Biográfico.

O gráfico acima confirma a tendência que o sistema político brasileiro vem apresentando, ou seja, a relativa competição política permanece. Mesmo tendo o governo ter obtido uma maioria de 65%, a oposição se garantiu com 33,3%, demonstrando a tendência já observada nos dados apresentados nesta dissertação.

Nota Metodológica 3: A classificação dos grupos políticos apresentados nas tabelas 2 e 3 foi baseada no trabalho de Hélio Silva (1966). Os tenentes no poder. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro e, também, na consulta feita ao Dicionário Histórico Biográfico da FGV, ou seja, foi utilizada a tipologia de Silva (1966) – oligarquia dissidente/republicano liberal/tenentes – e, a partir dela, foi elaborada a consulta ao histórico político dos nomes contidos na tabela, classificando-os com base nas informações coletadas no dicionário.

- 1) Oligarcas dissidentes: eram os políticos pertencentes aos antigos quadros dos PRs, mas que passaram a se opor a certa hegemonia da oligarquia paulista¹³⁴;
- 2) Republicano Liberal: históricos opositores aos grupos políticos dominantes na Primeira República, como o Partido Democrático, em São Paulo e o Partido Liberal, no Rio Grande do Sul¹³⁵;
- 3) Tenentes: grupo existente no Exército e tinha como ideologia política ser avesso às instituições liberais, principalmente, aos partidos políticos;

No que diz respeito à classificação referente aos civis ligados à Revolução de 30, eles são aqueles indivíduos que a apoiaram, mas que não pertenciam a nenhum grupo político na Primeira República.

---

¹³⁴ Principalmente, depois que o Presidente Washington Luís, que era paulista, indicou, para sua sucessão, outro paulista, Júlio Prestes.

¹³⁵ Históricos opositores, como Assis Brasil, Rui Barbosa, Nilo Peçanha e outros, que acusavam o *modus operandi* da Primeira República de ser baseado na fraude, na violência contra o eleitor, ferindo os valores liberais.

Nota Metodológica 4: Vale destacar, também, o processo de classificação dos políticos, tabelas 8 e 9. Primeiramente, o histórico político dos parlamentares foi retirado do Dicionário Histórico Biográfico e, de posse das informações obtidas, o autor desta dissertação elaborou as categorias que aparecem nas respectivas tabelas, com base nos seguintes critérios:

Categoria	Critério
Não apresentou carreira política na Primeira República	O indivíduo não praticou nenhuma atividade nos momentos políticos anteriores à instalação do Governo Provisório
Ocupou cargos secundários na Primeira República	O indivíduo ocupou cargos políticos não relevantes na Primeira República, como Vereador, Delegado etc.
Tenentista	O indivíduo era ligado ao Movimento Tenentista
Opositor na Primeira República	O indivíduo era de partidos(s) de oposição, ou havia participado de algum movimento oposicionista à Primeira República.
Oligarca dissidente	O indivíduo pertencia às oligarquias, mas se aliou à Aliança Liberal e se rebelou contra as oligarquias
Membro das antigas oligarquias	O indivíduo apresentava substancial carreira política na Primeira República, ocupando cargos relevantes, como: Presidente da República, Governador, Deputado, Ministro etc.
Oposição ao Governo Provisório	O indivíduo não apresentava histórico político na Primeira República e não foi personagem na Revolução de 30, apenas passou a fazer oposição após a instalação do Governo Provisório.
Carreira política iniciada na Aliança Liberal	O indivíduo começa a construir seu histórico político se tornando membro da Aliança Liberal e participando da Revolução de 30
Apoiou o Governo após a Constituinte	O indivíduo foi oposição até a Constituinte. Passada a Constituinte, ele se torna apoiador do governo.

Nota Metodológica 5: Vale destaque se pormenorizar sobre os partidos políticos presentes no contexto político pós revolução de 30 a fim de, compreender melhor seu alinhamento com o governo, ou, com a oposição. Lembrando que os dados contidos na Tabela 13 foram retirados do Dicionário Histórico Biográfico da FGV, por meio da consulta constante deste. No que tange a informação *quadro partidário* sua legenda estará logo abaixo da tabela e foi elaborada pelo autor com base nas informações retiradas do Dicionário consultado.

Tabela 13. Partidos Políticos Presentes no Contexto Político Pós Revolução de 30.

UF	Partido	Objetivo	Quadro partidário
AC	Lista Chapa Popular/Partido Popular	Chapa criada para fazer oposição ao Governo Provisório no Estado	1
AC	Legenda Autonomista do Acre	Legenda de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	2
AL	Partido Nacional Socialista	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	3
AL	Partido Republicano de Alagoas	Partido reorganizado para fazer oposição ao Governo Provisório	1
AM	Partido Popular do Amazonas	Partido criado visando às eleições de 1934	4
AM	União Cívica Amazonense	Aliança de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	4
AM	Aliança Trabalhista Liberal	União do Partido Trabalhista, Liberal e Republicano do Amazonas	2
AM	Partido Socialista do Amazonas	Partido criado para disputar as eleições para a constituinte	
BA	Lista a Bahia ainda é a Bahia	Chapa criada para fazer oposição ao Governo Provisório no Estado	1
BA	Partido Social Democrático da Bahia	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	3
BA	Legenda Octávio Mangabeira	Legenda criada para fazer oposição ao Governo Provisório em 1934	1
CE	Partido Social Democrático do Ceará	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	3
CE	Liga Eleitoral Católica	Legenda ligada a igreja católica e no Ceara fez oposição ao Governo Provisório	1
DF	Partido Economista Democrático do Brasil	Criado por comerciantes e industriais do Rio de Janeiro para fazer oposição ao GP	16
DF	Legenda Frente Única	Coligação de todos os partidos do DF para fazer oposição ao Partido Autonomista	
DF	Partido Autonomista do Distrito Federal	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no estado	2

ES	Partido Proletário	Partido criado para fazer oposição ao Governo Provisório	
ES	Partido Social Democrático do Espírito Santo	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	4
ES	Partido da Lavoura	Partido criado para fazer oposição ao Governo Provisório no Estado	1
GO	Coligação Libertadora	Coligação de oposição ao interventor e o governo federal	1
GO	Partido Social Republicano de Goiás	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	4
MA	União Republicana Maranhense	Legenda criada para fazer oposição ao Governo Provisório no Estado	1
MA	Oposições coligadas	Coligação formada pelo PRM e a URM para fazer oposição ao PSD nas eleições de 1934	1
MA	Partido Social Democrático do Maranhão	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	4
MA	Partido Republicano do Maranhão	Partido criado para fazer oposição ao Governo Provisório no Estado	1
MG	Partido Republicano Mineiro	Partido reorganizado para fazer oposição ao Governo Provisório no Estado	1
MG	Partido Progressista	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	6
MT	Partido Constitucionalista	Criado para fazer oposição ao Governo Provisório nas eleições para a constituinte	
MT	Partido Evolucionista do MT	Partido criado para fazer oposição ao Governo Provisório nas eleições de 1934	6
MT	Partido Liberal Mato Grossense	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	6
PA	Partido Liberal do Pará	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	4
PA	Frente Única Paraense	Aliança de oposição ao Governo Provisório no Estado	1
PB	Partido Progressista da Paraíba	Partido de sustentação ao Governo Provisório no Estado	5
PB	Partido Republicano Libertador da Paraíba	Partido criado para fazer oposição ao governo Provisório	1
PE	Partido Republicano Social	Partido criado para fazer oposição ao Governo Provisório	1
PE	Partido Social Democrático de Pernambuco	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	3
PI	Lista Hugo Napoleão	Chapa criada para disputar as eleições de 1933	
PI	Coligação Piauiense	Coligação criada para fazer oposição ao Governo Provisório no Estado	
PI	Partido Nacional Socialista	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	5
PI	Partido Progressista do Piauí	Partido criado em 1934 em	5

substituição ao Partido Nacional Socialista			
PR	Partido Republicano do Paraná	Partido criado para fazer oposição ao Governo Provisório	1
PR	Partido Liberal Paranaense	Partido criado para fazer oposição ao Governo Provisório no Estado	1
PR	Partido Social Democrático do Paraná	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	5
PR	Partido Social Nacionalista	Partido criado para fazer oposição ao Governo Provisório	
RJ	Partido Republicano Fluminense	Partido criado para fazer oposição ao Governo Provisório	1
RJ	Partido Popular Radical	Partido de apoio ao Governo Provisório no Estado	13
RJ	União Progressista Fluminense	Partido criado para fazer oposição ao Governo Provisório no Estado	13
RJ	Partido Evolucionista do RJ	Fundado por dissidentes do PRF visava fazer oposição ao Governo Provisório	1
RJ	Partido Socialista Fluminense	Criado com o propósito de se tornar uma opção socialista no estado	14
RN	Partido Social Nacionalista	Partido de apoio ao Governo Provisório no Estado	11
RN	Aliança Social do RN	Coligação criada entre PSD e o PSN visando combater o PPR nas eleições de 1934	8
RN	Partido Social Democrático do Rio Grande do Norte	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	8
RN	Partido Popular do Rio Grande do Norte	Partido criado para fazer oposição ao Governo Provisório no Estado	1
RS	Chapa Única	Chapa de oposição ao Governo Provisório no Estado	12
RS	Partido Republicano Liberal	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	7
SC	Partido Liberal Catarinense	Partido de sustentação política ao Governo Provisório	13
SC	Reação Republicana	Coligação de sustentação política ao Governo Provisório	13
SC	Coligação por SC	Criada para fazer oposição ao Governo Provisório	1
SE	União Republicana de Sergipe	Criado por Três políticos visando as eleições para a constituinte	1
SE	Lista Liberdade e Civismo/ Partido Republicano de Sergipe	Aliança de apoio ao Governo Provisório no Estado na constituinte	10
SE	Partido Social Democrático de Sergipe	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado nas eleições de 1934	5
SP	Partido da Lavoura	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	15
SP	Partido Socialista Brasileiro	Partido de sustentação política ao Governo Provisório no Estado	15
SP	Partido Constitucionalista	Partido organizado por Armando Salles	12

		a fim de solucionar a crise política paulista	
SP	Partido Republicano Paulista	Reorganizado em 1934 visava fazer oposição a Armando Salles e a Vargas	1
SP	Legenda Chapa Única	Legenda criada para fazer oposição ao Governo Provisório no Estado em 1933	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Partidos políticos e seus quadros partidários: legenda da categoria quadro partidário presente na tabela acima. Esses dados foram todos retirados do dicionário histórico – biográfico.

1 = Membros da antiga oligarquia

2 = Tenentistas

3 = Tenentistas + Oligarcas Dissidentes

4 = Tenentistas + Opositores da Primeira República, mas sem grande visibilidade política

5 = Tenentistas + civis ligados à revolução de 30

6 = Oligarcas Dissidentes + opositores a Primeira, mas sem grande visibilidade política

7 = Tenentistas + oligarcas Dissidentes e Liberais

8 = Tenentistas, opositores políticos sem grande visibilidade política e civis ligados à revolução de trinta

9 = Opositores políticos sem grande prestígio político e civis ligados à revolução de trinta

10 = Opositores políticos sem grande visibilidade política e liberais

11 = Civis ligados a Revolução de trinta

12 = Antigos oligarcas e liberais

13 = Oligarcas Dissidentes

14 = Socialistas

15 = Sindicalistas

16 = Empresários

Fontes Primárias:

Boletim eleitoral: 1932, 1933, 1934, 1935, 1936 e 1937.

Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil de 1932.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.

Outros Materiais:

Dicionário Histórico – Biográfico da Fundação Getúlio Vargas.

Bibliografia

AMARAL, Celina Vargas. (1995). Getúlio Vargas: Diário. São Paulo, Editora Leda Soares Peixoto.

ANTONACCI, Maria Antonieta (1981). RS As Oposições e a Revolução de 1923. Mercado Aberto. Porto Alegre.

BACKES, Ana Luiza. Fundamentos da Ordem Republicana: Repensando o Pacto de Campos Sales. Tese de Doutorado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFRGS), cap1, pp. 32 – 181.

BAWN, Katleen. (1993). The Logic of Institutional Preferences: German Electoral as a Social Choice Outcome. *American Journal of Political Science*. Vol. 37, (4): pp. 965 – 989.

BENOIT, Kenneth (2001). Institutional Choice in New Democracies: Bargaining over Hungary's 1989 Electoral law. *Journal of Theoretical Politics*, vol. 13, (2): pp. 153 – 182.

(2004). Models of Electoral System Change. *Electoral Studies*, vol. 94, (3): pp.: 363 – 389.

(2007). Electoral Laws as Political Consequences: Explaining the Origins and Change of Electoral Institutions. *Annual Review of Political Science*. Vol. 10, (1): pp.: 363 – 390.

BENOIT, Kenneth e **HAYDEN**, Jacqueline (2008). Institutional Change and Persistence: The Evolution of Poland's Electoral System, 1989 – 2001. *The Journal of Politics*, Cambridge, Cambridge University Press.

BLAIS, André e **DOBRZYNSKA**, Agnieszka e **INDRIDASON**, Indrid.(2004). To Adopto or Not To Adopt Proportional Representation: The Politics of Institutional Choice. Cambridge, Cambridge University Press.

BOIX, Carles. (1999). Setting the Rules of the Game: The Choice of Electoral Systems in Advanced Democracies. *American Political Science Review*, vol. 93, (3): pp.: 609 – 624.

BORIS, Fausto. (1974). A Revolução de 1930 in **MOTA**, Carlos Guilherme (org). Brasil em perspectiva. São Paulo, Difel.

BRASIL, Assis. (1983). Democracia Representativa: do voto e do Modo de Votar. Rio de Janeiro: Leusinger & Filhos.

CABRAL, João C. da Rocha. (1929). Sistema Eleitorais do Ponto de Vista da Representação Proporcional das Minorias. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

CARDOSO, Fernando Henrique. (1977). Dos governos militares a Prudente - Campos Sales. In **FAUSTO**, Boris (org.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, **DIFEL**. pp.: 13- 50.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. (2003). Os três povos da República. *Revista USP* (59): pp.: 96 – 115. São Paulo.

(2005). Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.

COLOMER, Josep. (2005). On the Origins of Electoral Systems and Political Parties the Role of Elections in Multi – Member Districts. Barcelona: UPF Economics and Bussiness, Working Paper.

COX, Gary W. (1987). The Efficient Secret: The Cabinet and the Development of Political Parties in Victorian England. Cambridge, Cambridge University Press.

DUVERGER, Maurice. (1987). Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, pp.: 242 – 289.

FAORO, Raymundo. (2001). Os Donos do Poder. Rio de Janeiro, Globo.

FAUSTO, Boris. (1982). Historiografia e História. São Paulo.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. (1965). Evolução da Crise Brasileira. São Paulo: Companhia editora nacional, pp.: 43 – 162.

(1974). História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Ômega.

(1975). Problemas Políticos Brasileiros. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. Cap. 3,4,5 e 6.

FERREIRA, Marieta de Moraes e **PINTO**, Suranna Conde Sá Pinto (2003). A Crise dos Anos 1920 e a Revolução de 1930. In **FERREIRA**, Jorge e **DELGADO**, Lucília de Almeida Alves. (Org). São Paulo. Companhia as Letras.

GALLAGHER, Michael e **MITCHELL**, Paul. (2005). The Politics of Electoral Systems. Oxford, Oxford University Press.

GOMES, Angela Maria de Castro (1974). Regionalismo e Centralização Política, Partidos e Constituinte nos Anos 30. São Paulo.

GOMES, Sandra C. (2006). O Impacto das Regras de Organização do Processo Legislativo no Comportamento dos Parlamentares: Um Estudo de Caso da Assembléia Nacional Constituinte. *Dados*, Vol. 49, (1) pp.: 87 – 118.

HOLLANDA, Cristina Buarque (2009). Modos da Representação Política – O experimento da Primeira República brasileira -. EDITORA UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ.

JÚNIOR, Olavo Brasil Lima. (1999). Reformas de Sistemas Eleitorais: Mudanças, Contextos e Consequências. *Dados*, Vol. 42, (1).

KINZO, Maria D'alva. (1980). Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil. São Paulo: Editor Símbolo, PP.: 61 – 132.

LAMOUNIER, Bolívar. (2005). Da Independência a Lula: Dois Séculos de Política Brasileira. São Paulo: Augurium Editora, Cap. 2.

LEAL, Victor Nunes. (1975). Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo: Alfa-Ômega.

LIMONGI, Fernando (2008). O Poder Executivo na Constituição de 1988, in **OLIVEN**, Ruben George. **RIDENTI**, Marcelo. **BRANDÃO**, Gildo Marçal (orgs.). A Constituição de 1988 na Vida Brasileira. São Paulo: Editora Hucitec, pp.: 23 – 56.

(2012). Eleições e Democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a Transição de 1945. *Dados*, Vol. 55 (1): pp: 37 – 69.

LIPHART, Arendt. (2003). Modelos de Democracia. Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Cap. 5 e 8.

MACKERRAS, Malcolm. (1993 – 94). Reform of New Zealand Voting System, 1985 – 1996. *Representation*, Vol. 32 (118).

MARCHETTI, Vitor. (2008). Governança Eleitoral: O Modelo Brasileiro de Justiça Eleitoral, *Dados*, Vol. 51, (4): pp.: 865 – 893. Rio de Janeiro.

MELO, Marcus André. (2004) Escolha Institucional e a difusão dos paradigmas de política: O Brasil e a segunda onda de reformas previdenciárias, *Dados*, Vol. 47, (1): pp.: 1 – 19.

NICOLAU, Jairo e **SCHIMITT**, Rogério (1995). Sistema Eleitoral e Sistema

Partidário. *Lua Nova*, vol. 36. pp.: 129 – 147.

NICOLAU, Jairo. (2002). *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

(2004). *Sistemas Eleitorais*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

(2012). *Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.

OCTÁVIO, José. (1984). *A Revolução Estatizada: Um Estudo Sobre a Formação do Centralismo em 30*. Paraíba: União CIA Editora.

PASQUINO, Gianfranco. (1997). No Longer a Party State? Institutions, Power and Problems of Italian Reform. *West European Politics*, Vol. 20 (1).

PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral (1995). *Diário de Getúlio Vargas 1930 - 1936*. Rio de Janeiro: FGV editora.

PILET, Jean Benoit e **BOL**, Damien. (2010). Strategic Motivations in Electoral Reforms When Past Results are More Decisive than Prospective Simulations. Working in Progress.

PIRES, Juliano Machado (2009). *A Invenção da Lista Aberta: O Processo de Implantação da Representação Proporcional no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política IUPERJ/Câmara dos Deputados, Brasília.

PORTO, Walter Costa (2002). *O Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: To Books.

PRZEWORSKI, Adam. (1994). *Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, Cap1, pp.: 25 – 76.

(2005). *A Última Instância: As Instituições São a*

Causa Primordial do Desenvolvimento Econômico? *Novos Estudos CEBRAP*, Vol. 72, (1): pp. 59 –77.

RAE, Douglas (1967). A Lei Eleitoral Como Instrumento Político. In **CRUZ**, Manuel Braga (org.), *Sistemas Eleitorais: O Debate Científico*. Lisboa: ICS, pp.: 155 – 168.

RENEWICK, Alan (2010). *The Politics of Electoral Reform – Changing the Rules of Democracy* -. Cambridge, Cambridge University Press.

ROLAND, Gerard. (2004). Understanding Institutional Change: Fast-Moving and Slow-Moving Institutions, *Studies in Comparative International Development*, Vol. 38, (4): pp.: 109 – 131.

SANTOS, Ruy de Oliveira. (1937). *Código Eleitoral Anotado*. Rio de Janeiro, Editora Metrôpole.

SARTORI, Giovanni. (1986). A Influência dos Sistemas Eleitorais: Leis Defeituosas ou Defeitos Metodológicos? In **CRUZ**, Manuel Braga (org.), *Sistemas Eleitorais: O Debate Científico*. Lisboa: ICS, pp.: 223 – 247.

SILVA, Hélio. (1966). *A Revolução Traída*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

(1967). *Os Tenentes no Poder*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

(1968). *A Crise do Tenentismo*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

(1969). *A Constituinte*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. (1974). O Processo Político Partidário na Primeira República in **MOTA**, Carlos Guilherme (org), *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difel. pp.: 162 – 226.

(1990). Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Editora Alfa-Ômega.

SKIDMORE, Thomas. (1982). Brasil: De Getúlio a Castelo. São Paulo: Paz e Terra, Cap. 1.

TSEBELIS, George. (1998) *Jogos Ocultos*. Edusp, São Paulo.

TRINDADE, Hégio. (1979). Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio- Grandense. In **DACANAL**, José Hildebrando e **GONZAGA**, Sergius (org.) RS: Economia e Política. Porto Alegre, Editora Vértice.

VALE, Teresa Cristina de Souza Cardoso. (2009). Justiça Eleitoral e Judicialização da Política: Um Estudo Através de sua História. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. (1982). O Rio Grande do Sul e a Política Nacional: As Oposições Cíveis na Crise dos anos 20 e na Revolução de 30.

VOWLES, Jack. (1995). The Politics of Electoral Reform in New Zealand. *International Political Science Review*, Vol. 16 (1).